



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

GEISA MÜLLER DE CAMPOS RIBEIRO

**O PROCESSO DE INCUBAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
GOIÁS: OS DESAFIOS PARA A INTERAÇÃO SIGNIFICATIVA NA CONSTRUÇÃO DO  
CONHECIMENTO**

Goiânia  
2016

GEISA MÜLLER DE CAMPOS RIBEIRO

**O PROCESSO DE INCUBAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
GOIÁS: OS DESAFIOS PARA A INTERAÇÃO SIGNIFICATIVA NA CONSTRUÇÃO DO  
CONHECIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

**Área de concentração:** Comunicação, Cultura e Cidadania

**Linha de pesquisa:** Mídia e Cultura

**Orientadora:** Profa. Dra. Suely Henrique Gomes

**Co-Orientadora:** Profa. Dra. Laura Vilela Rodrigues Rezende

Goiânia  
2016

R484i Ribeiro, Geisa Müller de Campos.

O processo de incubação social da Universidade Federal de Goiás: os desafios para a interação significativa na construção do conhecimento / Geisa Müller de Campos Ribeiro. – Goiânia: UFG, 2016.  
183 f. : il.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suely Henrique Gomes.

Co-orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Laura Vilela Rodrigues Rezende.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2016.

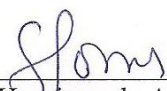
Inclui lista de quadros.

1. Comunicação. 2.Cultura. 3.Incubadora social. 4. Produção do conhecimento. 5. Tríplice Hélice. 6. Tecnologia social. I. Título.

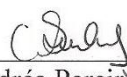
GEISA MÜLLER DE CAMPOS RIBEIRO

**O PROCESSO DE INCUBAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
GOIÁS: OS DESAFIOS PARA A INTERAÇÃO SIGNIFICATIVA NA CONSTRUÇÃO DO  
CONHECIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação para obtenção do título de Mestre em Comunicação, aprovada em 05 de maio de 2016 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Profª. Dra.  (Presidente)  
Suely Henrique de Aquino Gomes  
FIC/UFG/PPGCOM (Orientadora)

Prof. Dra.   
Laura Vilela Rodrigues Rezende  
FIC/ UFG (Co-orientadora)

Profª. Dra.   
Andréa Pereira dos Santos  
FIC/UFG/PPGCOM (Examinadora)

Profª. Dra.   
Asa Fujino  
USP/ECA/PPGCI (Examinadora)

Goiânia  
2016

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**      ☒ **Dissertação**      ☐ **Tese**

### 2. Identificação da Tese ou Dissertação

|                                                                                                                     |                                                                                                                                                   |       |    |        |       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|----|--------|-------|
| Autor (a):                                                                                                          | Geisa Müller de Campos Ribeiro                                                                                                                    |       |    |        |       |
| E-mail:                                                                                                             | <a href="mailto:geisamuller@hotmail.com">geisamuller@hotmail.com</a>                                                                              |       |    |        |       |
| Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |                                                                                                                                                   |       |    |        |       |
| Vínculo empregatício do autor                                                                                       |                                                                                                                                                   |       |    |        |       |
| Agência de fomento:                                                                                                 |                                                                                                                                                   | CAPES |    | Sigla: | CAPES |
| País:                                                                                                               | Brasil                                                                                                                                            | UF:   | GO | CNPJ:  |       |
| Título:                                                                                                             | O processo de incubação social da Universidade Federal de Goiás: os desafios para a interação significativa na construção do conhecimento         |       |    |        |       |
| Palavras-chave:                                                                                                     | Comunicação. Cultura. Catadores de material reciclável. Incubadora Social. Produção do conhecimento. Tríplice Hélice. Tecnologia Social.          |       |    |        |       |
| Título em outra língua:                                                                                             | The process of Social Incubation in the Federal University of Goiás: the challenges to the significant interaction in the production of knowledge |       |    |        |       |
| Palavras-chave em outra língua:                                                                                     | Communication. Culture. Collectors of recyclable material. Social Incubator . Production of knowledge. Triple Helix . Social technology.          |       |    |        |       |
| Área de concentração:                                                                                               | Comunicação, Cultura e Cidadania                                                                                                                  |       |    |        |       |
| Data defesa: (dd/mm/aaaa)                                                                                           | 05/05/2016                                                                                                                                        |       |    |        |       |
| Programa de Pós-Graduação:                                                                                          | PPGCOM - Mestrado em Comunicação – Linha de pesquisa Mídia e Cultura                                                                              |       |    |        |       |
| Orientador (a):                                                                                                     | Suely Henrique Gomes                                                                                                                              |       |    |        |       |
| E-mail:                                                                                                             | <a href="mailto:suelyhenriquegomes@gmail.com">suelyhenriquegomes@gmail.com</a>                                                                    |       |    |        |       |
| Co-orientador (a):                                                                                                  | Laura Vilela Rodrigues Rezende                                                                                                                    |       |    |        |       |
| E-mail:                                                                                                             | <a href="mailto:Lauravil.rr@gmail.com">Lauravil.rr@gmail.com</a>                                                                                  |       |    |        |       |

### 3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?<sup>1</sup>      ☒ total      ☐ parcial

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Geisa Müller de Campos Ribeiro

Data: 05/06/2016

Assinatura do (a) autor (a)

<sup>1</sup> Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

## **AGRADECIMENTOS**

Deus, que me permitiu chegar até aqui, pelas oportunidades e por ter me dado força nos momentos de angústia.

Meus pais Marinês de Campos e Geraldo Cesário por todo apoio e incentivo para que eu pudesse finalizar o mestrado.

Minhas irmãs queridas Aline Müller e Beatriz Müller pelo amor e carinho, minhas sobrinhas Lavínia, Aimee e Olívia que são fontes de inspiração.

Meu esposo Malconn Pimentel, pela cumplicidade, amor, dedicação e paciência diante das minhas dificuldades na realização desta pesquisa.

Em especial à Suely Gomes e Laura Rezende, que mais do que orientadoras, foram verdadeiras parceiras durante a caminhada pela dedicação, cooperação, auxílio, respeito e incentivo.

Agradeço a equipe da Incubadora Social pelas colaborações com a pesquisa e aos catadores cooperados dos empreendimentos autogestionários.

Agradeço a grande amiga Cristina Rosa Franco pela força e companheirismo.

Por fim, agradeço a todos que me ajudaram a chegar ao final de mais um desafio.

O meu carinho a todos!

*Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar no sonho que se tem, ou que seus planos nunca vão dar certo, ou que você nunca vai ser alguém...*

*Quem acredita sempre alcança!*

*Renato Russo*

## RESUMO

Estudo que analisa a interação significativa entre a Universidade e dois empreendimentos populares autogestionários - cooperativas de materiais recicláveis - localizadas na cidade de Goiânia que fazem parte do programa de Incubação Social da Universidade Federal de Goiás (UFG). Trata-se de uma pesquisa empírica na qual o movimento interacional entre a Universidade (Incubadora social) e os empreendimentos incubados pressupõe que há tensionamentos causados pelas diferenças culturais entre os atores envolvidos: os conhecimentos de natureza não científica, provenientes das experiências empíricas dos cooperados, suas atividades práticas, religiosas e técnicas do trabalho, e os conhecimentos científicos produzidos na Universidade posicionados, muitas das vezes como verdade. Trata-se de um estudo qualitativo. Para a coleta de dados, a observação participante constituiu-se como um elemento fundamental. Alguns dados foram obtidos com entrevistas informais e semi-estruturadas, além da pesquisa documental que oportunizou entendimento do contexto geral das cooperativas e da incubadora social. No estudo, concebeu-se que a relação que se estabelece entre os atores não é linear e permanente e exige a construção do conhecimento em conjunto. É assim que o conhecimento depois de problematizado entre os cooperados passa por transformações, significações e resignificações, decorrentes da prática dialógica necessária. As experiências, vivências e crenças dos atores envolvidos são imanentes na construção do conhecimento e do capital humano. O processo dialógico pressupõe, trocas de saberes e trocas simbólicas e é premissa do ato comunicacional entre os envolvidos. Ficou evidente que no processo de incubação dos empreendimentos há uma complexidade que demanda esforços consideráveis dos gestores da incubadora e dos cooperados e dificuldades/resistências de ambas as partes que precisam ser rompidas. Concluindo, o contexto da incubadora social possibilitou pensar a atuação da Universidade por meio da extensão que ainda é uma atividade com pouco envolvimento e reconhecimento por parte dos docentes e discentes. Além disso, existe a necessidade de superação do capitalismo no qual as universidades estão inseridas para um redirecionamento de produção de tecnologia e ciência voltadas para interesses populares. É neste aspecto que as relações políticas ainda são frágeis para a realidade em estudo.

**Palavras-chave:** Comunicação. Cultura. Catadores de material reciclável. Incubadora Social. Produção do conhecimento. Tríplice Hélice. Tecnologia Social.

## **ABSTRACT**

This research analyses the significant interaction of the University with two popular self-management Enterprises - cooperative societies that work with recyclable materials – located in Goiania city as part of a program named originally as Social Incubation developed by the Federal University of Goiás (UFG). It is an empirical research, in which the interactional movement between the University (Social Incubation) and the enterprises assume that there are conflicts caused by the cultural differences among the participants. These differences are represented by the non-scientific type knowledge derived from the participants' empirical experience, from the practical and religious activities and working techniques, and by the scientific knowledge produced in the University posted as truth. It is a qualitative study. For the data collection, the participative observation constituted fundamental element. Some data were obtained from informal and semi-structured interviews, besides the documental research that was an opportunity to understand the general context of the cooperative societies and the Social Incubation. In this study, it was conceived that the relation established between the participants is not linear and permanent and it demands that the construction of the knowledge must be done in group. That's how the knowledge among the cooperators goes through changes, significations and resignifications, caused by the dialogical practice needed. The participants' experiences, perceptions and beliefs are inherent to the construction of knowledge and human capital. The dialogical process assumes knowledge and symbolic exchanges and it is an assumption to the communicational process among those involved. It was clear that in the process of incubation of the enterprises, there is a complexity that demands considerable efforts from the agents of the Incubator and the cooperators. There were difficulties from both parts that were broken. This way, the context of the Social Incubator enabled to think in the performance of the University through the extension, that is still an activity with little involvement and recognition by professors and students. Besides that, there is also the need to overcome capitalism in which universities are inserted into redirection of production of technology and science focusing in popular interests. This is the aspect in which the political relations are still fragile under this study's reality.

**Keywords:** Communication. Culture. Collectors of recyclable material. Social Incubator . Production of knowledge. Triple Helix . Social technology.

## LISTA DE FIGURAS

|           |                                                                |     |
|-----------|----------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1  | Processo inter-retroativo                                      | 22  |
| Figura 2  | Efeito recursivo da Tríplice Hélice                            | 31  |
| Figura 3  | Evolução do conceito de inovação social                        | 59  |
| Figura 4  | O que faz a TC ser diferente da TS.                            | 61  |
| Figura 5  | Catadores da Cooperativa Crecer                                | 91  |
| Figura 6  | Catadores em discussão                                         | 91  |
| Figura 7  | Cooperativa Cooperabem                                         | 93  |
| Figura 8  | Construindo a identidade visual da cooperativa                 | 95  |
| Figura 9  | Cartilha, Curso para Gestão de Cooperativas                    | 95  |
| Figura 10 | Pirâmide de Interação Universidade – Empreendimentos Incubados | 156 |

## LISTA DE QUADROS

|          |                                                                           |    |
|----------|---------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 | Modos de produção de conhecimentos científicos                            | 25 |
| Quadro 2 | Tipos de incubadoras                                                      | 42 |
| Quadro 3 | Lista de materiais                                                        | 47 |
| Quadro 4 | O que mudou com a Lei de Resíduos Sólidos – Poder Público                 | 48 |
| Quadro 5 | O que mudou com a Lei de Resíduos Sólidos – Empresas                      | 49 |
| Quadro 6 | O que mudou com a Lei de Resíduos Sólidos – Catadores                     | 49 |
| Quadro 7 | O que mudou com a Lei de Resíduos Sólidos – População                     | 49 |
| Quadro 8 | Conceitos de Capital Social                                               | 56 |
| Quadro 9 | Instrumentos de coleta de dados relacionados com os objetivos específicos | 88 |

## **LISTA DE TABELAS**

|          |                                   |    |
|----------|-----------------------------------|----|
| Tabela 1 | Quadro de funcionários Crecer     | 89 |
| Tabela 2 | Perfil dos membros Crecer         | 89 |
| Tabela 3 | Quadro de funcionários Cooperabem | 92 |
| Tabela 4 | Perfil dos membros Cooperabem     | 92 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|             |                                                                                        |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| ACI         | Aliança Cooperativa Internacional                                                      |
| AST         | Adequação Sócio-Técnica                                                                |
| CNPQ        | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico                          |
| COMURG      | Companhia de Urbanização de Goiânia                                                    |
| COOPER RAMA | Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável “Reciclamos e Amamos o Meio Ambiente” |
| DRS         | Desenvolvimento Regional Sustentável                                                   |
| ECTS        | Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade                                          |
| EES         | Empreendimentos Econômicos Solidários                                                  |
| ES          | Economia Solidária                                                                     |
| FBB         | Fundação Banco do Brasil                                                               |
| FSA         | Fundo socioambiental da Caixa                                                          |
| IADH        | Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano                                  |
| IES         | Instituições de Ensino Superior                                                        |
| IPEA        | Instituto de Pesquisa Econômica aplicada                                               |
| ITCP        | Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares                                     |
| ITS         | Instituto de Tecnologia Social                                                         |
| MCT         | Ministério da Ciência e Tecnologia                                                     |
| MPE         | Micro e Pequenas Empresas                                                              |
| PCT         | Política Científica e Tecnológica                                                      |
| PGCS        | Programa Goiânia Coleta Seletiva                                                       |
| PROEC       | Pró-Reitoria de Extensão e Cultura                                                     |
| PRONINC     | Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares                             |
| RTS         | Rede de Tecnologia Social                                                              |
| SEBRAE      | Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas empresas                              |
| SENAES      | Secretaria Nacional de Economia Solidária                                              |
| SRTE-GO     | Superintendência Regional do Trabalho e Emprego                                        |
| TA          | Tecnologia Apropriada                                                                  |
| TC          | Tecnologia Convencional                                                                |
| TH          | Tríplice Hélice                                                                        |
| TS          | Tecnologia Social                                                                      |
| U-E         | Universidade – Empresa                                                                 |
| UFG         | Universidade Federal de Goiás                                                          |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                            |           |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>APRESENTAÇÃO DO TEMA.....</b>                                                                                           | <b>13</b> |
| 1.1      | JUSTIFICATIVA .....                                                                                                        | 17        |
| 1.2      | OBJETIVOS.....                                                                                                             | 18        |
| 1.2.1    | <b>Objetivo geral.....</b>                                                                                                 | <b>18</b> |
| 1.2.2    | <b>Objetivos específicos.....</b>                                                                                          | <b>18</b> |
| <b>2</b> | <b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL.....</b>                                                                               | <b>19</b> |
| 2.1      | MOVIMENTAÇÕES HISTÓRICAS DA CIÊNCIA: DO NASCIMENTO DA CIÊNCIA MODERNA A UMA NOVA LÓGICA PARA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO..... | 19        |
| 2.1.1    | <b>Ciência e tecnologia: ligação com o mercado e capital.....</b>                                                          | <b>21</b> |
| 2.1.2    | <b>A produção do conhecimento científico e sua aplicação à interação.....</b>                                              | <b>24</b> |
| 2.2      | INTERAÇÃO UNIVERSIDADE – EMPRESA: A “UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA”.....                                                      | 28        |
| 2.2.1    | <b>Tríplice Hélice e o espaço propício à inovação.....</b>                                                                 | <b>29</b> |
| 2.2.3    | <b>O embate entre o conhecimento científico e o não científico .....</b>                                                   | <b>35</b> |
| 2.3      | INCUBADORA COMO MECANISMO DE INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA: ASPECTOS CONCEITUAIS.....                                     | 41        |
| 2.3.1    | <b>As incubadoras sociais de empreendimentos populares.....</b>                                                            | <b>43</b> |
| 2.3.2    | <b>Reciclagem: contribuição para o desenvolvimento sustentável.....</b>                                                    | <b>46</b> |
| 2.4      | ECONOMIA SOLIDÁRIA E ORGANIZAÇÕES DE AUTOGESTÃO.....                                                                       | 50        |
| 2.4.1    | <b>Cooperativismo: definições e princípios.....</b>                                                                        | <b>53</b> |
| 2.4.2    | <b>Capital Social.....</b>                                                                                                 | <b>56</b> |
| 2.5      | INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO SOCIAL.....                                                                                         | 57        |
| 2.5.1    | <b>Tecnologia Social.....</b>                                                                                              | <b>60</b> |
| 2.6      | COMUNICAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA INTERAÇÃO UNIVERSIDADE – EMPREENDIMENTOS INCUBADOS.....                       | 65        |
| 2.6.1    | <b>Complexidade na interação e cultura: relação dialógica.....</b>                                                         | <b>68</b> |
| <b>3</b> | <b>CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....</b>                                                                                   | <b>72</b> |
| 3.1      | PROJETO DE INCUBAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.....                                                                 | 76        |
| 3.1.1    | <b>Cooperativa CRECER.....</b>                                                                                             | <b>80</b> |
| 3.1.2    | <b>Cooperativa COOPERABEM.....</b>                                                                                         | <b>80</b> |
| <b>4</b> | <b>METODOLOGIA.....</b>                                                                                                    | <b>82</b> |
| 4.1      | PÚBLICO ALVO.....                                                                                                          | 82        |
| 4.2      | CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....                                                                                            | 83        |
| 4.3      | INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS .....                                                                      | 84        |
| 4.3.1    | <b>Observação participante.....</b>                                                                                        | <b>85</b> |
| 4.3.2    | <b>Entrevistas informais e semi-estruturadas.....</b>                                                                      | <b>85</b> |
| 4.3.3    | <b>Pesquisa documental.....</b>                                                                                            | <b>86</b> |
| 4.3.4    | <b>Limitações na coleta de dados.....</b>                                                                                  | <b>87</b> |
| <b>5</b> | <b>DADOS COLETADOS E ANÁLISES SEGUNDO OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>                                                       | <b>89</b> |
| 5.1      | CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS POPULARES DE AUTOGESTÃO INCUBADOS.....                                                  | 89        |

|             |                                                                                                    |            |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.1.1       | <b>Cooperativa de reciclagem do cerrado: CRECER.....</b>                                           | <b>89</b>  |
| 5.1.2       | <b>Cooperativa COOPERABEM.....</b>                                                                 | <b>92</b>  |
| 5.2         | <b>O PROCESSO DE INTERAÇÃO.....</b>                                                                | <b>93</b>  |
| 5.2.1       | <b>Interação dos cooperados com a equipe gestora do programa de incubação..</b>                    | <b>93</b>  |
| 5.2.1.1     | Estratégias dialógicas formalizadas para as interações.....                                        | 94         |
| 5.2.1.2     | A participação da equipe gestora da incubadora no processo de construção do conhecimento.....      | 96         |
| 5.2.1.2.1   | A metodologia de incubação social para a construção do conhecimento como um processo criativo..... | 97         |
| 5.2.1.2.2   | Interação entre os saberes.....                                                                    | 100        |
| 5.2.1.2.3   | Dificuldades da equipe de incubação na orientação aos cooperados.....                              | 103        |
| 5.2.1.2.3.1 | Dificuldades e resistência dos cooperados sob o olhar da equipe de incubação.....                  | 104        |
| 5.2.1.2.4   | O orientador enquanto “sujeito em transformação” no processo de incubação.....                     | 108        |
| 5.2.2       | <b>Interação entre Incubadora Social – Docentes e Discentes – Agentes Externos.....</b>            | <b>110</b> |
| 5.2.2.1     | Interação: incubadora social e docentes e discentes.....                                           | 110        |
| 5.2.2.2     | Interação: incubadora social e agentes externos.....                                               | 114        |
| 5.2.2.3     | Tríplice Hélice.....                                                                               | 116        |
| 5.3         | <b>O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO.....</b>                                                              | <b>119</b> |
| 5.3.1       | <b>Problematização: apropriação do conhecimento e experiências em inovação social.....</b>         | <b>120</b> |
| 5.3.1.1     | Roda: problematização, reflexão e apropriação dialógica.....                                       | 123        |
| 5.3.1.2     | Quadro social: A resignificação da identidade do catador por meio da interação dialógica.....      | 126        |
| 5.3.1.2.1   | Apropriação do lugar: o pertencimento á cooperativa.....                                           | 132        |
| 5.3.1.2.2   | O significado do local fixo de trabalho.....                                                       | 138        |
| 5.3.1.3     | Estruturação empresarial: apropriação do novo modo organizacional de trabalho                      | 140        |
| 5.3.1.4     | Autonomia e autogestão: resultados da atuação da equipe gestora de incubação...                    | 148        |
| 6           | <b>CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                      | <b>151</b> |
|             | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                            | <b>159</b> |
|             | <b>APÊNDICE A – Guia para entrevista – Cooperativas.....</b>                                       | <b>172</b> |
|             | <b>APÊNDICE B – Guia para entrevista – Incubadora Social.....</b>                                  | <b>174</b> |
|             | <b>APÊNDICE C – Termo de compromisso: Comitê de Ética em Pesquisa.....</b>                         | <b>176</b> |
|             | <b>APÊNDICE D – Termo de anuência: Universidade Federal de Goiás.....</b>                          | <b>177</b> |
|             | <b>APÊNDICE E – Termo de anuência: Incubadora Social.....</b>                                      | <b>178</b> |
|             | <b>APÊNDICE F – Termo de anuência: Cooperabem.....</b>                                             | <b>179</b> |
|             | <b>APÊNDICE G – Termo de anuência: Crecer.....</b>                                                 | <b>180</b> |
|             | <b>APÊNDICE H – Termo de Consentimento Livre Esclarecido- TCLE.....</b>                            | <b>181</b> |

## 1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O discurso sobre inovação e competitividade na sociedade contemporânea reserva ao conhecimento um papel de centralidade. Esse protagonismo vem estimulando um novo modo de produção baseado em ciência e tecnologia, com múltiplas e complexas interações entre diferentes instituições como evidencia Silva (2010).

Neste contexto, as universidades se confrontam com diversas exigências para a intensificação do processo de produção de conhecimento científico voltado ao atendimento às demandas de diferentes segmentos sociais e econômicos. É o estabelecimento de novos contratos sociais, o que provoca profundas transformações no modo em que a ciência e a tecnologia se relacionam, atuam e se expressam em sociedade.

Estes novos contratos sociais, ou seja, as novas estratégias são caracterizadas pela iniciativa do Governo e das Universidades na criação de parques e pólos tecnológicos, arranjos produtivos, a criação de incubadoras de empresas, entre outros, a fim de estimular a inovação compreendendo-a como fator essencial para a competitividade frente às dinâmicas da sociedade contemporânea. Todas essas estratégias possuem suas especificidades e, no entanto, caminham para o mesmo objetivo de capacitação empresarial, desenvolvimento social, transferência de conhecimento e tecnologia com o fito específico de incrementar e fortalecer a produção de riqueza de uma determinada região ou setor.

Este modelo de atuação, denominado de Tríplice Hélice, inaugura um novo modo de interação e parceria entre Universidade – Empresa – Governo. Entre as três hélices de natureza espiral e recursiva o empreendimento é considerado mediador entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Trata-se de um modelo que possui como matriz ideológica o capitalismo para privilegiar o mercado. De acordo com seus idealizadores Etzkowitz e Leydersdoff (1998), as constantes interações entre as hélices geram inovação e a universidade se torna empreendedora integrando como função o desenvolvimento econômico (CASTELFRANCHI, 2008, p.88). As Empresas como *locus* de inovação, a Academia como fonte de conhecimentos e tecnologia e o Governo com as providências contratuais que asseguram estabilidade nas interações e trocas (políticas de C,T&I e recursos).

Neste sentido, os programas de incubação gestados pelas universidades, sob a égide da Tríplice Hélice, procuram contribuir para o desenvolvimento regional e impulsionar o setor produtivo, notadamente os pequenos e micro empreendimentos. As incubadoras apresentam-se com o objetivo de fortalecer e assessorar pequenos e médios empreendimentos de diversas naturezas e como uma ferramenta para tentar diminuir o índice de mortalidade que são cada

vez maiores. Logo, funcionam como um mecanismo de incentivo e de apoio à promoção da ciência, tecnologia e inovação como agentes de desenvolvimento através da aproximação entre o conhecimento científico e as demandas do mercado.

Encontradas em seus diversos tipos<sup>2</sup> como as de base tecnológica, incubadoras mistas, incubadoras sociais, entre outras, a incubadora é uma forma de socializar o conhecimento gerado no âmbito acadêmico e promover o desenvolvimento científico, tecnológico e social dos empreendimentos incubados. Segundo Borges (2010), é uma forma de garantir que haja retorno do conhecimento científico produzido para a sociedade, seja em forma de geração de riquezas, emprego, qualidade de vida, ou novos produtos. Este arranjo têm apresentado excelentes resultados nos estados brasileiros e o cenário das incubadoras sociais será o foco da presente pesquisa.

No que tange especificamente os programas de incubação social, de acordo com o site do SEBRAE<sup>3</sup>, pode-se dizer que apoiam "empreendimentos oriundos de projetos sociais, ligados aos setores tradicionais, cujo conhecimento é de domínio público e que atendam à demanda de emprego, renda e de melhoria da qualidade de vida da comunidade". Proporciona o surgimento de um ambiente empreendedor que beneficia a sociedade e amplia as chances dos empreendimentos sobreviverem em mercados com mais competitividade.

É para esta formação e tipo de desenvolvimento que a Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás<sup>4</sup> (UFG) se posiciona juntamente com o setor econômico, adotando a perspectiva de incubação para a construção da autogestão em empreendimentos populares – cooperativas de catadores de materiais recicláveis - que são locais de iniciativa coletiva com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital. A receita de venda dos produtos pertence integralmente aos trabalhadores associados que, democraticamente, decidem como ela deve ser dividida entre investimentos e gastos de consumo dos trabalhadores e, como deve ser repartida entre os sócios (GADOTTI, 2009).

Para Dagnino (2010) é uma ação considerada “ponta de lança”, ou seja, o momento de proporcionar aos segmentos excluídos socialmente oportunidades de trabalho, renda e melhoria na qualidade de vida.

---

<sup>2</sup> As especificações dos tipos de incubadora encontram-se na página 42 desta pesquisa.

<sup>3</sup> Informação retirada do site do SEBRAE disponível em:

<<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4827&%5E%5E>>. Acesso em: 18 jan 2015.

<sup>4</sup> A incubadora social está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC, onde através do seu programa de extensão apoia iniciativas que visam integração entre a universidade e diversos setores da sociedade.

Inserido no contexto da incubadora social da UFG, o espaço de discussão deste estudo constitui-se em um grande desafio observado para a interação Universidade-Empresa: acredita-se que a dinâmica cultural representada pela característica de cada ator envolvido (Incubadora/empresa) pode ser um fator que dificulta o estabelecimento dos vínculos entre eles ou a construção do diálogo. De um lado a Universidade como campo científico aqui representado pelo programa de incubação social, contextualizado na sociedade contemporânea como paradigma dominante de pensamento e de sistematização de verdades que, ao se deparar com realidades diferentes do seu universo pode exercer mecanismos de manipulação o que pode gerar caminhos de “domesticação”. Do outro, os empreendimentos com os conhecimentos considerados não científicos ligados à práxis histórica, cultural e do seu trabalho diário.

No caso específico da presente pesquisa, são pessoas inseridas em um contexto de exclusão social que ainda é um cenário latente no Brasil. Vivendo em situações de vulnerabilidade e sofrendo todas as pressões inerentes ao seu ambiente, mas que possuem seus conhecimentos populares, práticos e técnicos de sua vida cotidiana e laborativa.

Este processo de interação que evidencia uma dinâmica de construção do conhecimento a ser gerado exige diálogo e troca de saberes. Para esta reflexão, os conceitos de diálogo fundado em um processo de ensino/aprendizagem em Paulo Freire (2013) são essenciais. O que foge deste diálogo, isto é, a “antidialogicidade” é visto como invasão cultural. O próprio autor menciona que toda invasão cultural, sugere um sujeito que invade. “Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos o seu sistema de valores”. “[...] as relações entre invasor e invadido, que são relações autoritárias, situam seus pólos em posições antagônicas” (FREIRE, 2013, p.48).

Não se pretende aqui afirmar que as ações da Universidade com os empreendimentos incubados possam ser vistas (ou não) como uma invasão cultural. Porém, partimos da hipótese de que no processo de interação há duas realidades culturais diferentes (valores, símbolos e linguagem) representadas pelas características de cada ator envolvido que podem interferir na construção do diálogo significativo e no processo de ensino-aprendizagem, assim como no estabelecimento dos vínculos. Ainda, os cooperados possuem múltiplas mediações particulares e são agentes fundamentais de significação no processo de comunicação para que haja a construção do conhecimento. Portanto, ensinar não é transferir e nem excluir o outro

como ser de transformação do mundo, mais um processo no qual o conhecimento é construído e reconstruído em conjunto (FREIRE, 2013).

Logo, sabendo que a construção do conhecimento acontece por meio do diálogo e nas interações entre a Universidade e os empreendimentos, surge a seguinte questão problema da pesquisa:

**Qual a dinâmica de interação para a construção do conhecimento na relação Universidade - Empreendimentos populares de autogestão incubados?**

A construção do conhecimento para esta pesquisa está relacionada às estratégias de diálogo por meio das ações desenvolvidas pelo programa de incubação social da UFG nos empreendimentos, como diz Freire (2013), no momento de troca das experiências, intervenções e problematizações que são levantadas, a fim de construir em conjunto com os sujeitos cooperados um ambiente autogestionário e cooperativo. O homem constitui uma natureza existencial e a forma como ele se situa e age sobre/no mundo atribuindo significados geram as representações chamadas de conhecimento. O seu deslocamento e as suas relações geram novas possibilidades. É na dialógicidade destas ações, que os sujeitos envolvidos podem dar novo sentido ao conhecimento compartilhado, descartar, produzir, reproduzir, subverter ou resistir a este conhecimento.

Desse modo, há necessidade de entender como se dá a comunicação e os fatores que interferem na construção do diálogo, assim como, identificar nas interações a existência/adoção de estratégias dialógicas formalizadas para cooperação. Pretende-se também compreender a participação da equipe da incubadora social no processo de construção do conhecimento sem adentrar em questões que envolvem sua gestão, a participação dos docentes e discentes da Universidade e, compreender a apropriação dos sujeitos cooperados.

Tomam-se as cooperativas como *locus* privilegiados na pesquisa, isto é, todas as observações ocorreram nos espaços dos empreendimentos incubados. São analisadas por meio do programa de Incubação Social da UFG duas cooperativas de materiais recicláveis “Cooperabem” e “Creceer” localizadas na cidade de Goiânia - GO. As duas recém incubadas.

Trata-se de uma pesquisa que possui fundamentação teórica no campo da comunicação e enfoca temáticas que sustentam o objeto de estudo em questão, como um novo modo de atuação entre Universidade – Empresa – Governo para gerar inovação e competitividade (Tríplice Hélice) e sua operacionalização por meio de projetos de incubação; Inovação e

tecnologia social para inclusão; Cultura e comunicação como elementos constitutivos do processo de construção do conhecimento; Economia solidária com a prática de autogestão e cooperativismo.

Mediante os objetivos e finalidades deste estudo optou-se pela classificação metodológica de abordagem qualitativa descritiva- exploratória. Para a coleta de dados a observação participante constituiu elemento fundamental para a pesquisa. Alguns dados também foram obtidos com a técnica de entrevistas informais e semi-estruturadas, além da pesquisa documental que favoreceu o entendimento do contexto geral da incubadora social e as cooperativas em estudo.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A incubadora social da Universidade Federal de Goiás representa um grande marco para o município de Goiânia e região Metropolitana em sua atuação na organização dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas. Suas ações têm oportunizado aos cooperados trabalho, melhoria da qualidade de vida e a geração de renda. Por esta razão, a incubadora como estratégia do estabelecimento de novos contratos para interação Universidade – empreendimentos populares de autogestão se apresenta como uma perspectiva relevante na academia.

Esta pesquisa justifica-se na área de comunicação, pois, para construção do conhecimento e inserção do novo modo organizacional de trabalho nas cooperativas existe a necessidade de que as interações sejam dialógicas e este diálogo como trocas simbólicas é comunicação, o que implica para o processo de incubação, cooperação mútua entre as partes envolvidas. Representa uma ação de diálogo, de conhecimentos acumulados por mecanismos diferentes que se misturam e se produzem, podendo surgir algo novo que influencia quem produz e quem utiliza, como argumenta Freire (2013). É assim que a produção do conhecimento passa por um processo de apropriação podendo os sujeitos cooperados significar ou (re) significar este conhecimento, descartando-o, produzindo-o, modificando-o ou reproduzindo-o.

Neste movimento de interação os indivíduos são portadores e, ao mesmo tempo, produtores de cultura na medida em que os sujeitos se interagem, compartilham e criam sentidos. Sendo assim, a cultura pressupõe e exige comunicação, pois é nela que a comunicação encontra sua possibilidade de realização. É nos valores centrais da cultura que a comunicação encontra sua orientação.

Dessa forma, acredita-se que, para o campo da comunicação, esta pesquisa irá contribuir para compreender o cenário comunicacional de trocas simbólicas em um contexto diferente e pouco explorado pela área que são os empreendimentos populares autogestionários.

Inserido neste contexto e através da incubadora social da UFG é que este estudo se propôs a compreender a dinâmica de produção do conhecimento dado na interação entre a Universidade (incubadora social/equipe de incubação) e os empreendimentos (cooperativas/cooperados) incubados para assim perceber como é estabelecida a relação entre ambas, como é este processo de produção. Esta dinâmica também é atribuída sobre as interações entre os próprios cooperados, pois é na convivência diária entre eles que é possível a percepção das apropriações e dos resultados das ações da equipe de orientadores da incubadora.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Compreender o processo comunicacional oriundo da interação entre Universidade e os empreendimentos populares de autogestão para a construção do conhecimento.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar os empreendimentos sociais incubados;
- Analisar a interação dos cooperados com a equipe gestora do programa de incubação, assim como os docentes e discentes da Universidade no processo de construção do conhecimento;
- Compreender a apropriação dos cooperados na interação com a equipe da incubadora no processo de construção do conhecimento.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Por meio do fundamento teórico conceitual deste estudo, busca-se apresentar os principais conceitos que ajudarão na delimitação do foco da pesquisa e o universo no qual ela está inserida.

### 2.1 MOVIMENTAÇÕES HISTÓRICAS DA CIÊNCIA: DO NASCIMENTO DA CIÊNCIA MODERNA A UMA NOVA LÓGICA PARA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Neste momento, não é objetivo discorrer de forma ampla a temática sobre a constituição da ciência, mas percebê-la em suas diversas evoluções, uma vez que cada momento histórico, influenciado pelo tempo e lugar, possui um modo, uma tentativa de conceber, explicar a realidade. Ou seja, não existe um método imutável no campo científico, pois o mesmo se modifica decorrente de dimensões históricas, sociológicas, epistemológicas. Schwartzman (2009) certifica que “o conceito de ciência varia de uma época para outra, de uma linguagem para outra, de uma cultura para outra” (SCHWARTZMAN, 2009, p.36). Cada paradigma exige uma nova postura, um novo modo de produzir conhecimento.

Por esta razão, a ciência precisa ser compreendida como atividade humana intrínseca a condições históricas, direcionada para a busca da verdade e produtora de significações que refletem o momento em que foram elaboradas. Como afirma Santos (2011, p.1), “a ciência se instaura em determinado momento para determinada sociedade”. Portanto, tem na comunicação seu princípio constitutivo relacionado aos processos de produção e difusão do conhecimento, a forma como são construídas novas teorias, leis e as novas formas de saber.

O homem constitui uma natureza existencial e ao interpretar a si mesmo e ao mundo em que vive, atribui-lhe significações com representações da realidade. A forma como se posiciona no mundo para compreendê-lo, como se situa e como é capaz de agir sobre ele através do estabelecimento de semelhanças, diferenças, continuidades e causalidades geram representações as quais podem ser chamadas de conhecimento. (KÖCHE, 2001).

Logo, o conhecimento inerente à existência do ser é fruto de um movimento de “deslocamento” do homem no mundo, das relações de transformação, da superação de conflitos. Essas superações, os fatos e fenômenos que acontecem na vida prática e diária, geram como consequência novas possibilidades. A necessidade do homem em dominar e transformar a natureza só é possível a partir do processo de acúmulo de conhecimento e da atuação no mundo que o cerca. Assim, o conhecimento que se apresenta na relação entre

sujeito e objeto, é produto desta relação e vem do “estranhamento” destes dois elementos, da apropriação, o que cria novas formas ou possibilidades de análise (HESSEN, 2012).

Foi a partir desta relação e ligação do sujeito que busca o conhecimento e o objeto a ser conhecido que o homem descobriu o fogo, evoluiu historicamente, ampliou e desenvolveu suas próprias necessidades.

Essa ampliação do homem em conhecer e buscar fundamentos do objeto e da própria verdade do conhecimento gerou diversificadas formas de conhecer e de apropriações que o homem faz da realidade ao trilhar caminhos diferentes, com as experiências do cotidiano, por exemplo, no desenvolvimento de habilidades para lidar com situações do dia a dia, outros por atribuições a causas naturais ou divinas a determinados fenômenos.

Desde as civilizações anteriores à Idade Moderna, como os gregos, os romanos e cristãos, a humanidade já investigava a natureza das coisas com um aspecto prático baseado na experimentação. Estas investigações passaram a ganhar tons mais indutivos, a verdade se dava através da argumentação e da divindade religiosa. Aranha e Martins (2003, p. 172) afirmam que “as civilizações constituíram seu conhecimento e sua técnica, portanto, a partir do bom senso, pelo uso espontâneo da razão e da imaginação, às vezes por ensaio e erro, outras por dedução ou indução”. São conhecimentos que produziram técnicas surpreendentes, mas que segundo alguns autores, apontam sua fragilidade em suas imprecisões, presos a interesses práticos imediatos. Deste modo, por meio de cada cultura e cada contexto, se buscavam suas próprias respostas.

No entanto, houve um momento em que a curiosidade se manifestou e a ideia de mito, dogmas religiosos, filosóficos, ou decorrentes de crenças culturais que marcavam a época, passaram a ser questionados (KÖCHE, 2001).

É nesta transição que há o momento chave para a história, marcada pelo nascimento da Ciência Moderna e as consequências epistemológicas deste nascimento. A grande novidade é que a ciência moderna passa a dar centralidade e traz à tona a experimentação como um suporte para o conhecimento indutivo e a problematização da certeza a partir do surgimento do método científico, o que caracteriza a grande revolução científica. Trata-se de um modelo totalitário que se defendia de duas formas de conhecimentos não científicos: o senso comum e os estudos humanísticos.

No contexto do seu surgimento, é o método que serve de norte e o que permite adequar o que é verdadeiro ou não. Nesse processo, o conhecimento científico é apenas uma das

formas que a humanidade desenvolveu para se apropriar da realidade que a cerca e com ela interagir.

Segundo Chaui (2001, p. 255) “a ciência moderna nasce vinculada à ideia de intervir na natureza, de conhecê-la para apropriar-se dela, para controlá-la e dominá-la”, é o exercício de poderio humano sobre a natureza. Portanto, é a partir do século XVI, através da revolução causada por Copérnico, Newton e Galileu, que a fé é tensionada e a razão se posiciona à frente como uma forma de dominar a vida e a sociedade.

Galileu Galilei é considerado uma das figuras históricas mais relevantes do nascimento da ciência moderna e responsável por usar pela primeira vez a experimentação. Assim, ele traz alguns desenvolvimentos para o campo da ciência e modelos que vão ser marcados ao longo do desenvolvimento científico, ou seja, ocorre uma nova ordem de conhecimento, um episódio de reafirmação da racionalidade que parte de uma luta de natureza política, econômica e simbólica marcando a passagem do século XIV para o século XVI (KÖCHE, 2001).

É a transição da Idade Média para a Idade Moderna e, neste contexto, a afirmação do desenvolvimento de uma cultura diferente da cultura grega, conceitua-se o período da cultura científica. Cultura esta que obteve um desenvolvimento extraordinário e modificou todos os sentidos dos campos sociais, alterando o mundo do saber, a economia, as relações sociais, as políticas e posteriormente consolidou uma sociedade capitalista. Era o surgimento da modernidade e a imagem do progresso científico, a ciência e sua inter-relação com a produção (ARANHA E MARTINS, 2003).

### **2.1.1 Ciência e tecnologia: ligação com o mercado e capital**

Nos séculos XXI e XX, a ciência passa a ter sua profunda ligação direta com o mercado e com o capital. Existiria uma economia do conhecimento ou nova era da informação, produzidas e circuladas em forma de mercadoria. Destarte, a ciência que antes era uma atividade intelectual autônoma, juntamente com a tecnologia, passa a se complementar no saber e na aplicação prática.

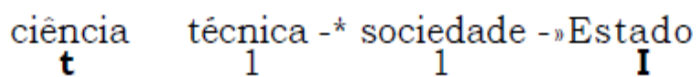
As profundas ligações com o mercado, capital e Estado induziram a produção do conhecimento científico para o atendimento de interesses econômicos e ao desenvolvimento tecnológico. Sendo assim, este “entrelaçamento” do desenvolvimento tecnológico com o desenvolvimento científico passa a complementar o saber e a exigência de produção para responder às novas necessidades, principalmente, do setor produtivo.

Segundo Morin (1998), o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento científico funcionam como um fenômeno circular, em que a ciência permite produzir a tecnologia e esta permite o desenvolvimento da ciência. Em função deste processo, o papel da ciência na sociedade se modificou. Além disso, o autor ainda argumenta que a ciência hoje “tornou-se poderosa e maciça instituição no centro da sociedade, subvencionada, alimentada, controlada pelos poderes econômicos e estatais” (MORIN, 2005, p.19).

Ao fazer esta afirmação, Morin (2005) mostra seu descontentamento com a ciência enquanto meio de salvação da humanidade. O caminho percorrido pela ciência tem proporcionado métodos cada vez mais eficazes, mas vive-se uma era científico - tecnológica de forma ambígua, que se apresenta como significativa e ao mesmo tempo prejudicial. Esta mesma ciência que brilha, cada vez mais apresenta problemas e possibilidades de subjugação, sendo subvertida em muitos momentos por interesses políticos e econômicos (MORIN, 2005).

É importante destacar que, no período entre guerras, o Estado diante do acirramento e disputa pela hegemonia de mercado e da necessidade de novas estruturas de produção, assume o papel de articulador da atividade científica. Digamos que, em um processo inter-retroativo como exposto por Morin (1998) abaixo:

**Figura 1:** Processo inter-retroativo



Fonte: Morin, 1998, p.20.

A técnica e a ciência produzem e transformam a sociedade que, influenciada pela tecnologia, passa a transformar a própria ciência. Os interesses econômicos, capitalistas e estatais, imbuídos nesse circuito, desempenham papel ativo de acordo com suas finalidades, programas e subvenções, não sendo guiados pelo espírito científico e sim pela utilização de poderes que a investigação científica lhes oferece (MORIN, 1998).

Por este motivo, Castelfranchi (2008, p. 68) alega que há um jogo empresarial em que a tecnociência é integrante de acumulação. É preciso “gerir o sistema ciência como uma grande empresa de capital misto com flexibilidade, mobilidade, capitais de risco, alta competitividade e performance”. A produção do conhecimento científico impulsiona o capitalismo e a racionalidade econômica passa a ter peso para moldar a ciência e sua

construção. É, na perspectiva do autor, uma ciência capitalista, uma forma de conhecimento mercadoria.

Assim sendo, o mercado como parte deste movimento é habitado e reconfigurado a partir da ciência e das tecnologias. Funciona como um entrelaçamento, um circuito em que cada termo retroage sobre o precedente, “a ciência ‘fala’ de tecnologia e de mercado e o mercado ‘fala’ de ciência e tecnologia” (CASTELFRANCHI, 2008, p. 9).

Em outras palavras, a ciência não é a fusão ciência mais (+) tecnologia, mas um entrelaçamento específico entre estes elementos mais o capital, situados no contexto e nas condições de possibilidade da racionalidade. Por isso, segundo Castelfranchi (2008),

A ciência de hoje não é a mesma coisa da filosofia natural do século XVII. Não é a mesma atividade praticada na época em que foi inventada a palavra “cientista” (o sec. XIX). Tampouco a ciência é a mesma *Big Science* surgida na primeira metade do século XX e estruturada ao longo da Guerra Fria (Galison e Helvy, 1992). Tecnologia e ciência, embora diferentes, são hoje cada vez mais representadas e geridas como se fossem produzidas em conjunto (CASTELFRANCHI, 2008, p. 8).

Deste “casamento” entre a técnica e a ciência, a inovação é quem assume o desenvolvimento do capitalismo e seu crescente desenvolvimento, engrenando o termo tecnociência, o que caracteriza esta cooperação. Sendo assim, “a tecnociência é um conjunto de práticas, de técnicas, de saberes, um modo de governar e de se relacionar com o governo e a natureza inserida numa economia de poder” (CASTELFRANCHI, 2008, p. 315).

Desde o século XX, nos períodos da I e II Guerra Mundial, a ciência e a tecnologia mostram sua interdependência e intensa cooperação com Universidades e empresas diante de novas demandas. Neste cenário, as reformulações da transformação do conhecimento científico em atividade econômica mudam as estruturas do papel das Universidades e suas relações com a sociedade. O fato é que ao longo da história as universidades passaram por diversas reinvenções, por um constante processo evolutivo e reformulações que se confundem com as urgências da atualidade. Enunciados dominantes introduzem a Universidade para além da educação e da pesquisa, apresentando uma terceira missão: a “transferência” do conhecimento para o sistema produtivo e para sociedade (CASTELFRANCHI, 2008).

Desta forma, caracteriza como componente central do sistema de formação de competências e habilidades de um país, através de sua função básica de criar, transmitir e disseminar conhecimento, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que configuram seu âmbito de atuação como determina a Legislação Brasileira sobre Educação (2013). Portanto, é considerado espaço de articulação intelectual e

*locus* privilegiado para produção do conhecimento, de cultura, tecnologia e legitimação científica, além de possuir o papel fundamental no desenvolvimento local e de refletir sobre as problemáticas da sociedade e do mundo contemporâneo.

Assim sendo, como entidade difusora do saber e da pesquisa, as universidades são responsáveis por contribuir com a sociedade que a permeia. É neste sentido que geridas com espírito empreendedor, são posicionadas cada vez mais para o contexto e desenvolvimento econômico e tornam-se força produtiva a serviço dos interesses particulares e de capital atendendo à lógica do mercado (GREGÓRIO, 2015).

Nesta nova lógica de produção do conhecimento científico, o pesquisador não tem autonomia para decidir sua agenda de pesquisa. O conhecimento precisa ser útil à sociedade em geral, à indústria e ao governo. É neste âmbito que surgem as negociações e articulações de interesses de diversos atores e assim são criados meios de interações com a “sociedade”.

### **2.1.2 A produção do conhecimento científico e sua aplicação à interação**

Diante das grandes transformações apontadas, pode-se dizer que não há nenhum aspecto da vida humana e da vida social que não tenha sido tocado ou alterado de alguma forma pela concepção contemporânea científica de mundo. É a ciência que parte do isolamento acadêmico para servir o desenvolvimento nacional e a produção do conhecimento para responder a incitações das novas necessidades por meio do uso intensivo do conhecimento determinado pelas interações.

Algumas abordagens têm dado sentido às transformações da emergência do novo paradigma econômico e produtivo, do uso intensivo de conhecimento e informação e, de forma geral, se pautado em associar a produção do conhecimento e sua aplicação à interação, como os estudos de diversos autores e de Gibbons *et al* (1994) em sua obra *The new production of knowledge* (A nova forma de produzir conhecimento) em que são exploradas características significativas dessas mudanças.

Considera-se um novo contrato social ou agenciamento entre ciência e sociedade, no qual a produção do conhecimento é orientada pela aplicação, é socialmente distribuída, transdisciplinar com muitas responsabilidades, ou seja, possui características que mudam as prioridades da pesquisa, a comercialização e responsabilidade social. São “enunciados que fazem parte integrante do próprio dispositivo da tecnociência”, conforme apresenta Castelfranchi (2008, p. 77).

Portanto, para Gibbons *et al* (1994), o novo modo de produção do conhecimento afeta não apenas a sua forma de produção, mas o contexto em que está inserido, sua organização e seus mecanismos. Nesta nova forma de produção e disseminação de conhecimento, a produção científica está a serviço da economia global com uma responsabilidade de caráter social que é determinada via interação. Dessa maneira, esse novo modo de produção encontra-se num contexto de aplicação, através da necessidade de resolver problemas práticos que atendam demandas econômicas e sociais, distantes da intenção de acumulação do conhecimento.

Gibbons *et al* (1994) chamam atenção ao definir este modo de produção como “Modo 2” de produção de conhecimento, caracterizado pela interdisciplinaridade, pelos interesses relacionados ao contexto da aplicação, pelas organizações científicas diversificadas, descentralizadas e transitórias com valorização do saber reflexivo, e também pela preocupação com a responsabilidade social da ciência e valorização da divulgação dos resultados das pesquisas para a sociedade em geral, não somente entre pares. De forma mais ampla, é o modo que tem como característica levar a ciência ao conhecimento do cidadão comum e estabelecer vias de interação. Os autores enfatizam que esta mudança, podendo ser caracterizada como um fenômeno, diverge do modo antigo de produção do conhecimento chamado de “Modo 1”. A pesquisa científica neste contexto era realizada nos limites das Academias de Ciências ou nas Universidades, o que envolvia a lealdade dos cientistas. Este modo de produção do conhecimento, segundo Silva (2010), tem como características os interesses acadêmicos, a pesquisa no contexto disciplinar, homogeneidade de tendências na comunidade científica nacional e regional, organizações científicas hierarquizadas com pouca diversificação e centralizadas de poder permanente, autonomia de cada área científica e predomínio da divulgação de resultados das pesquisas entre os próprios pares. É a ciência tradicional situada no interior da Universidade com função de buscar conhecimento por si.

O quadro abaixo sintetiza as diferenças entre os modos citados.

**Quadro 1** - Modos de produção de conhecimentos científicos

| <b>MODO I</b>                                                                | <b>MODO II</b>                                             |
|------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Problemas propostos e resolvidos especificamente pela comunidade científica; | Problemas propostos e resolvidos no contexto da aplicação; |
| Campo e modo de organização da pesquisa de forma disciplinar e homogêneo;    | Transdisciplinar, heterogêneo;                             |
| Menos responsável socialmente;                                               | Mais responsável e reflexiva socialmente;                  |
|                                                                              | Qualidade e avaliação por diversos atores de               |

|                                            |                                                           |
|--------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| Qualidade e avaliação realizada por pares. | interesses intelectuais, sociais, econômicos e políticos. |
|--------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|

Fonte: Gibbonset *al* (1994), adaptado pela autora.

De acordo com as informações do quadro, percebe-se uma ciência mais linear e tradicional (Modo I) e outra mais suscetível ao contexto contemporâneo (Modo II), com novas práticas e diferentes características como menciona Gibbons *et al* (1994, p.14) ao apresentarem cada um destes elementos, sendo:

- a) Produção do conhecimento realizado no contexto da aplicação: Neste modo de produção do conhecimento, a pesquisa é realizada para resolução de problemas práticos ou que atendam demandas sociais fora do âmbito acadêmico. É um conhecimento que se produz sempre com negociação contínua incluídos nos interesses dos diversos atores. Aqui a aplicação não visa interesse da indústria ou do mercado, ou processo de demanda, e sim interesses sociais definidos pela sociedade.
- b) Transdisciplinaridade: a produção do conhecimento neste momento exige interação entre diversas áreas e instituições para solução de um problema. Segundo o autor, a transdisciplinaridade apresenta quatro características:
- Os esforços são orientados para resolução de problemas gerados e sustentados no contexto da aplicação. A exigência está na criatividade e a solução não se ancora somente no conhecimento já existente; assim, o consenso teórico não fica reduzido a uma disciplina ou área do conhecimento.
  - A solução de problemas abarca componentes tanto empíricos quanto teóricos. A contribuição é a base de conhecimento existente. Apesar da solução emergir a partir de um contexto particular de aplicação, o conhecimento transdisciplinar desenvolve suas próprias estruturas teóricas, métodos de investigação e modo de práticas que podem não ser predominantes de uma disciplina. Como o esforço é acumulativo, pode ser dirigido em diferentes direções.
  - No modo I, os resultados da pesquisa são comunicados por meio de canais institucionais. No modo II, a comunicação é dirigida aos participantes do processo e da produção. A difusão é realizada na medida em que um novo contexto de problema é assumido sem a preocupação de publicações em periódicos científicos e conferências.

- A transdisciplinaridade é dinâmica. É a capacidade de solução de problemas em ação. Uma solução pode ser o campo cognitivo para o surgimento de novos avanços, porém o modo como esse conhecimento será utilizado e desenvolvido se esbarra em questões bem difíceis, precisando assim que novas configurações de comunicação - que incluem canais formais e informais - sejam compartilhados por todos interessados pela produção do conhecimento.

c) Heterogeneidade: Outro importante atributo é a heterogeneidade e diversidade organizacional que, segundo o autor, é caracterizado por:

- Aumento potencial dos locais onde o conhecimento é criado, tanto em universidades, como em instituições não universitárias, institutos de pesquisa, agências governamentais, laboratórios, entre outros.
- Interações dos locais de pesquisa de forma eletrônica, organizacional, social, por meio de redes de comunicação funcional.
- Diferenciação simultânea entre locais, áreas de estudo e especialidades. A reconfiguração destas sub áreas formam a base para novos formatos de conhecimento. Neste contexto, com o passar do tempo, a produção do conhecimento se distancia da atividade disciplinar tradicional em direção a novos contextos sociais.

d) Responsabilidade social: Gibbons *et al* (1994) mencionam que nos últimos anos tem havido uma crescente preocupação pública por temas relacionados com o meio ambiente, saúde, comunicação, privacidade e reprodução. Esta crescente consciência estimula a produção do conhecimento e avanço da ciência e tecnologia, o que tem propiciado o maior número de grupos interessados a influenciar o destino no processo da pesquisa. Esse processo de produção do conhecimento pela responsabilidade social reflete também na interpretação e difusão dos resultados e principalmente na definição do problema para estabelecimento das prioridades de pesquisa.

e) Qualidade e avaliação: No modo II de produção de conhecimento, os critérios para avaliação da qualidade do trabalho é diferente das investigações aplicadas na ciência disciplinar mais tradicional, cujo julgamento de revisão é realizado pelos pares e o controle é mantido por aqueles que se julgam competentes. Os critérios neste novo contexto de aplicação do conhecimento (modo II) refletem a composição social do sistema de revisão, operando um

controle multidimensional. Isto é, os critérios de revisão trazem questões como: se a solução foi encontrada, sua competitividade no mercado, a efetividade de seu custo e sua aceitação social.

## 2.2 INTERAÇÃO UNIVERSIDADE – EMPRESA: A “UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA”

No contexto de emergência do conhecimento, as universidades vivenciam um momento de mudança de paradigmas, ou seja, a transição de seu papel com relação ao desenvolvimento econômico e social de uma região. Logo, uma de suas estratégias tem sido estabelecer relações com o setor produtivo para gerar inovação. É o desafio de criar “universidades empreendedoras” que sejam capazes de atuar para a comercialização da pesquisa, uma segunda revolução acadêmica que impulsiona o avanço da tecnociência dando origem a este novo modelo de Universidade (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 1998).

Representa a capitalização do conhecimento e o estabelecimento da instituição como ator econômico por mérito próprio. Conforme Etzkowitz (2013, p. 37) uma Universidade empreendedora apoia-se sobre quatro pilares:

- a) Liderança acadêmica capaz de formular e implementar uma visão estratégica;
  - b) Controle jurídico sobre os recursos acadêmicos, incluindo propriedades físicas, como os prédios da Universidade e a propriedade intelectual que resulta da pesquisa;
  - c) Capacidade organizacional para transferir tecnologia através de patenteamento, licenciamento e incubação;
  - d) Ethos empreendedor entre administradores, corpo docente e estudantes
- (ETZKOWITZ, 2013, p. 37).

É neste sentido que a Universidade empreendedora busca pesquisa com potencial tecnológico e os coloca em prática.

O processo de interação entre a Universidade e empresas é bem complexo e suas possibilidades estão fortemente associadas à realização de atividades inovadoras para transformação e desenvolvimento. Neste sentido, através da emergência dessa visão do conhecimento e considerando o fato das universidades estarem ligadas “à capacidade estratégica de desenvolver novos processos organizacionais e técnicos de produção e distribuição de conhecimentos ou de transferência tecnológica”, é que se insere a cooperação Universidade-Empresa (SENHORAS, 2012, p. 17).

Esta cooperação minimiza os problemas dos empreendimentos que possuem ciclos de vida cada vez mais curtos e são setores que, mesmo se movendo sob lógicas distintas, atuam

com domínio para geração de conhecimentos. É uma forma de oportunizar a competitividade das empresas e dar visibilidade e maior atuação da atividade acadêmica junto à sociedade. As empresas com as demandas de novas criações e informações de mercado e as universidades fornecem ciência para uso e desenvolvimento. O governo nesta dinâmica se apresenta com o suporte, seja político ou através de financiamento para a efetivação destes projetos.

Segundo Mota (1999), cabe ao Estado oportunizar esta interação colaborando com o aumento da competitividade do setor empresarial, assim como fortalecer um sistema de inovação. Provavelmente este seja um dos motivos pelo qual o fluxo de trocas de conhecimento entre a Universidade e as empresas possua baixo índice no Brasil. (SILVA, 2010).

Mota (1999, p.5) ainda menciona que “a parceria entre esses dois agentes sociais – Empresa e Universidade - é possível, desde que haja a predisposição à cooperação, o que exige flexibilidade e um redesenho permanente das instituições”.

Logo, as iniciativas nas Universidades para gestão de contratos com empresas, como os parques tecnológicos, a criação de incubadoras, entre outros, com o propósito de fornecer estruturas para os empreendimentos funcionarem, estimulam inovação (SILVA, 2010, p. 147). Neste contexto, as incubadoras tornaram-se o principal instrumento de fortalecimento destes arranjos e, como agentes, adquirem o papel das empresas. Assim, as incubadoras atuam como mecanismo de apoio à inovação. É a operacionalização da chamada “Tríplice Hélice”.

Cabe ressaltar que a universidade, pela própria natureza, deve ser inovadora, investindo no avanço do conhecimento e, nesse sentido, o empreendedorismo não visa necessariamente lucro, mas visa benefícios para a sociedade e no caso das cooperativas em estudo, inovação para a inclusão social.

### **2.2.1 Tríplice Hélice e o espaço propício à inovação**

Frente aos novos desafios das enunciações recentes sobre a tecnociência contemporânea, um dos modelos que teve sucesso no Brasil é o da Tríplice Hélice. Os estudos dos autores Etzkowitz e Leydersdoff (1998) apresentam este novo modo de fazer ciência pautada na produção e aplicabilidade do conhecimento científico via interação. Trata-se de uma abordagem que valoriza a criação de espaços de cooperação estratégica, uma forma nova na contemporaneidade de relação entre Estado, Empresa e Universidade.

Através do princípio de interação:

- A Universidade torna-se indutora das relações com o setor produtivo (bens e serviços);
- O Governo, visando à produção de novos conhecimentos e o desenvolvimento econômico por meio de políticas para o fortalecimento das ações entre as empresas e as instituições de ciência, tecnologia e inovação.

Em outras palavras, “Universidades como fonte de conhecimento, setor produtivo como recurso de implementação com prioridades a responsabilidade social e empreendedorismo e o Governo para aportar recursos” (ETZKOWITZ, 2010, p.7).

Esta interação complexa entre Universidade - Empresa - Governo é denominada de “Tríplice Hélice” e representa um modelo que destaca a importância e articulação desta interação para promoção da ciência, tecnologia e inovação como agentes de desenvolvimento.

Por consequência, criam-se políticas de ciência e Tecnologia<sup>5</sup> (PCT) para priorizar maior interação entre os autores, a fim de promover inovações causando desenvolvimento da região em torno dessas organizações. É assim que cada hélice, além de suas constantes conexões, assume cada vez mais o papel das outras: as Universidades se tornam empreendedoras através do licenciamento de patentes e a criação de empresas de base tecnológica introduzindo a capitalização do conhecimento; as empresas se desenvolvem em dimensões acadêmicas pelo compartilhamento, treinamento e qualificação de seus funcionários; o Governo como capitalista público (STAL; FUJINO, 2005).

Ao assumir um o papel do outro, além das transformações internas das instituições, surge outro nível de inovação: quando os atores adotam novas tarefas. É assim que cada esfera institucional possui mais probabilidade de se tornar uma fonte criativa de inovação para dar apoio à emergência da criatividade que surge em outras espirais, mantendo seu papel primário e sua identidade distinta (ETZKOWITZ, 2013).

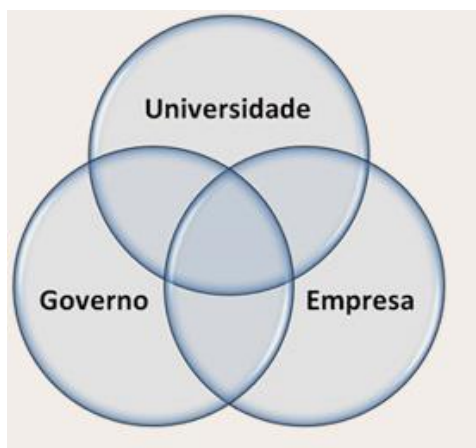
O conceito da “Tríplice Hélice” desenvolvido pelos trabalhos dos autores Etzkowitz e Leydersdoff (1998), segundo Silva (2010), posiciona a inovação e sua dinâmica em um contexto de evolução pautado pela produção e compartilhamento do conhecimento científico, “onde novas e complexas relações se estabelecem entre as três esferas institucionais” em

---

<sup>5</sup>PCT “é definida como um conjunto ordenado de objetivos que se traduzem em programas e condicionam as ações envolvendo o setor público e o setor privado, visando o desenvolvimento nacional. Nesse sentido é uma política transversal baseada no intercâmbio e integração dos atores da capacitação científica nacional, objetivando garantir a excelência em áreas temáticas consideradas estratégicas em função do seu potencial contributivo para o crescimento da economia e da melhoria das condições de vida da população” (FUJINO, 2004, p. 2).

efeito recursivo, a fim de gerar riquezas e promover competitividade (SILVA, 2010, p.143). É uma estratégia de reforço para a inovação e a criação de vantagens competitivas para empresas e territórios.

**Figura 2:** Efeito recursivo da Tríplice Hélice



Fonte: Triple Helix Research Group – Brazil

Disponível em: <http://www.triple-helix.uff.br/sobre.html>

De acordo com Etzkowitz e Leydersdoff (1998), a inovação é fruto desse processo de interação apresentado na figura acima. Na medida em que o conhecimento inovador, juntamente com as possibilidades de mercado e dos incentivos das políticas públicas se misturam, geram novas e complexas relações, tornando o processo de inovação evolutivo. Seria o resultado das transferências internas em cada ator e sua influência sobre os demais (LOPES, 2012). O mesmo autor ainda argumenta que:

A universidade age como o setor empresarial quando gera empresas como as empresas *spin off*, as empresas agem como universidades quando abrem universidades corporativas, promovem treinamentos e o governo se comporta como agente financiador disponibilizando o capital de risco ou inicial de pesquisa e desenvolvimento para ajudar novos empreendimentos em conjuntos com suas atividades regulatórias (LOPES, 2012, p. 46).

Nesse sentido, a necessidade de rede de relacionamento entre os atores institucionais de cada hélice é o que possibilita a geração de novos mecanismos de transferências.

Na economia baseada no conhecimento, Castelfranchi (2008, p. 88) argumenta que “o sistema de C&T passa a incorporar um ‘estrato a mais’, caracterizado pela ação de alguns grupos específicos dentro das universidades, das empresas e dos governos, que se juntam para

encarar os problemas criados pelo contexto econômico e social”. Diferente dos argumentos clássicos como o Triângulo de Sabato, onde o Estado é ator proeminente em impulsionar o desenvolvimento técnico científico, na Tríplice Hélice a interação desta tríade pode criar novos atores institucionais híbridos onde somente as universidades podem ter um papel central na inovação (CASTELFRANCHI, 2008, p. 88).

Prontamente, a relação Universidade-Empresa passa a ter um papel central na inovação emergindo como função o desenvolvimento econômico.

Baseado em Dagnino (2003), a Tríplice Hélice vem da combinação de duas correntes de pensamento elaboradas nos países avançados — “a Segunda Revolução Acadêmica e a que ressalta a importância das relações com o entorno na competitividade das empresas — e de uma proposição de Política Científica e Tecnológica (PCT) — os Pólos e Parques Tecnológicos — delas decorrente” (DAGNINO, 2003, p. 267).

A primeira corrente trata-se de um novo contrato social entre instituições produtoras do conhecimento e o setor produtivo. Percebe-se que há um grande aumento da parceria entre universidades e empresas para atividades conjuntas.

Dagnino (2003) explica que há diversas razões para estimular essa interação por parte das empresas, sendo:

O custo crescente da pesquisa associada ao desenvolvimento de produtos e serviços necessários para assegurar posições vantajosas num mercado cada vez mais competitivo; a necessidade de compartilhar o custo e o risco das pesquisas pré competitivas com outras instituições que dispõem de suporte financeiro governamental; elevado ritmo de introdução de inovações no setor produtivo e a redução do intervalo de tempo que decorre entre a obtenção dos primeiros resultados de pesquisa e sua aplicação; decréscimo dos recursos governamentais para pesquisa em setores antes profusamente fomentados, como os relacionados ao complexo industrialmilitar. (WEBSTER & ETZKOWITZ *apud* DAGNINO, 2003, p. 272)

Já para a Universidade os motivos seriam:

A dificuldade crescente para obtenção de recursos públicos para a pesquisa universitária e a expectativa de que estes possam ser proporcionados pelo setor privado em função do maior potencial de aplicação de seus resultados na produção; interesse da comunidade acadêmica em legitimar seu trabalho junto à sociedade que é, em grande medida, a responsável pela manutenção das instituições universitárias. (WEBSTER & ETZKOWITZ *apud* DAGNINO, 2003, p. 272)

A segunda corrente fundamenta-se na teoria da inovação, que “atribui importância fundamental ao processo de inovação que ocorre na empresa e às relações que se estabelecem entre ela e seu entorno como determinante da competitividade dos países” (DAGNINO, 2003,

p. 271). É uma corrente que se conhece como Teoria da Inovação com inspiração *schumpeteriana*. Segundo essa corrente, a empresa é considerada lócus privilegiado de inovação e agente empresarial, no caso, as universidades, agentes do progresso técnico onde o caráter tácito do conhecimento atua como elemento de natureza empírica, diferente do modelo linear (DAGNINO, 2003). Nesta concepção, há a necessidade de um ambiente favorável para que a inovação contribua para o desenvolvimento.

Em tese, pode-se dizer que o modelo de tríplice hélice oportuniza um ambiente propício para inovação através da interação entre as esferas Universidade – Governo – Empresa e viabiliza a transformação do conhecimento em produtos, processo e serviços. É o modelo que “através de seus discursos” traz para a arena científica o princípio de cooperação e a interação entre o pesquisador e novos atores sociais. Este modo de pesquisa passa a ser orientado pela necessidade de contribuir para o desenvolvimento econômico e resolução de problemas práticos da sociedade de forma inovadora.

Nesse sentido, Mota (1999) argumenta que a dinâmica de inovação “depende mais dos processos de aprendizagem do conhecimento do que da disponibilidade de recursos, assim como seu impulso ocorre de maneira sistêmica”. Desta forma, “[...] ela está fortemente vinculada aos processos de interação entre as organizações e agentes que permitem gerar, reproduzir, e retroalimentar processos de aprendizagem e convertê-los em atividade inovadora” (MOTA, 1999, p.1).

Assim, as incubadoras como “novos arranjos interinstitucionais”, como menciona Silva (2010), são alicerçadas no modelo de “Tríplice Hélice” e por meio desta interação promovem o desenvolvimento regional. A Universidade então passa a ter um papel no Sistema Nacional de Inovação<sup>6</sup> de grande importância conforme discutido por Castelfranchi (2008).

As constantes interações entre as “hélices” são dadas pela postura que a Universidade assume em se tornar empreendedora, ampliar o seu conhecimento e operar de forma interativa, diferentemente de um modelo linear de inovação. Enquanto isso, as empresas elevam seu nível acompanhado de um modelo acadêmico através do compartilhamento de conhecimentos e o Governo age como empreendedor público capitalista. Neste movimento entre as esferas, além do desenvolvimento de inovação, um assume o papel do outro. (ETZKOWITZ, 2013).

---

<sup>6</sup>O Sistema Nacional de Inovação pode ser definido como o conjunto de instituições e organizações responsáveis pela criação e adoção de inovações em um determinado país.

Trigueiro (2001), a respeito do que foi mencionado, tenciona o modelo de Tríplice Hélice ao questionar a validade deste conceito para explicar a dinâmica do desenvolvimento científico-tecnológico brasileiro. De acordo com o autor, o conceito é limitado para ressaltar as características desse desenvolvimento e assim seria mais viável articular o conceito como uma “Hélice Ênupla” (n-upla), que se refere a “uma múltipla articulação de enésimo grau entre instituições e organizações da sociedade, sendo o enésimo ou a ênupla um indicativo de um número bastante grande “n” de elementos de instituições articuladas”. Poderiam ser articulados outros atores como organizações não governamentais, não-empresariais, movimentos sociais e, outras comunidades científicas (TRIGUEIRO, 2001, p.30).

Seguindo esta argumentação, a noção de Tríplice Hélice desenvolvida pelos autores Etzkowitz e Leydersdoff (1998) parece limitada e, sob os argumentos de Trigueiro (2001), diversos grupos e atores podem estar incluídos nesta dinâmica de relação complexa de uma “hélice ênupla” possibilitando a abrangência de envolvimento destacada somente entre o Governo – Universidade – Empresa.

As universidades apontadas como imprescindíveis, quando comparadas com os outros participantes, não são superiores para o processo de desenvolvimento e avanço científico tecnológico nacional como aponta Trigueiro (2001). Elas se constituem como órgãos complexos e sede para cientistas, espaço de interesses ligados ao ensino, aos serviços e movimentos prestados à comunidade, mas não se fundamentam como atores da dinâmica científico-tecnológica brasileira. São as comunidades científicas com o Estado que assumem esta condição “numa combinação de interesses e necessidades específicas” (TRIGUEIRO, 2001, p.37).

Além das críticas apontadas por Trigueiro (2001), preocupações com as questões sociais e o desenvolvimento sustentável também têm sido causa de debates ao modelo tradicional. Assim os autores Etzkowitz e Zhou (2006) desenvolveram o modelo da *Triple Helix Twins*, no qual tentam compreender a dinâmica da inovação em contexto com a sustentabilidade. A proposta é introduzir um elemento que falta para o modelo mantendo suas propriedades e dinâmicas.

De acordo com Lopes (2012), são casos em que as empresas podem ser inexistentes ou não participativas, sendo substituídas por instituições envolvidas nas ações sociais locais. Então se tem “o modelo tradicional Universidade – Empresas - Governo e o modelo Universidade – Público – Governo” (LOPES, 2012, p. 60).

Senhoras (2008) faz algumas argumentações ao modelo e desenvolve um outro similar ao “Tríplice Hélice Twins”, porém utilizando o termo público-social. De acordo com o autor o modelo pressupõe:

[...] que o SPPEs deve responder às necessidades sociais específicas de forma ativa com preocupação e comprometimento da agenda de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas locais, regionais e nacionais de inclusão social. Nessas redes de interação de hélice tripla entre a universidade, o governo (em níveis descentralizados) e a sociedade (através de movimentos sociais), apreende-se o SPPEs como espaço institucional privilegiado de diálogo com outros dois atores e propulsor de iniciativas de geração e difusão de idéias e projetos de fim social. (SENHORAS, 2008, p.142).

O autor menciona que as universidades têm se posicionado quanto à minimização de problemas sociais dos locais de sua atuação através dos projetos de extensão social. Normalmente, estes projetos nascem de demandas das prefeituras municipais e dos governos estaduais. Sendo assim, as incubadoras populares são locais importantes onde o tripé de parcerias de incubação é a “Universidade (como instituição provedora de educação e recursos de ciência e tecnologia), o Governo (como órgão local mediador e aparelho decisor) e a própria sociedade (como ator beneficiado e implementador das políticas através dos movimentos sociais)” (SENHORAS, 2008, p.148).

Neste movimento de interação, são apresentadas necessidades relevantes e formulação de políticas públicas de desenvolvimento local e combate ao desemprego. Desta forma haveria geração e distribuição de renda e estímulo ao empreendedorismo e à autogestão. Também é mencionada a necessidade do compromisso acadêmico das universidades de socializar o conhecimento com estes grupos (SENHORAS, 2008).

Acredita-se que as críticas levantadas de caráter construtivo pelos autores colaboram para a reflexão da dinâmica de desenvolvimento do modelo de Tríplice Hélice, assim como a compreensão de que é um modelo que sempre existirá uma maneira mais apropriada para a realidade de cada local.

### **2.2.3 O embate entre o conhecimento científico e o não científico**

A discussão da relação entre o conhecimento de natureza científica e os conhecimentos não científicos se faz extremamente necessária na medida em que entendemos que o diálogo entre os saberes constitui o que deve ser aplicado à realidade de projetos de incubação. Em outras palavras, a dialogicidade necessária para projetos de incubação social nos obriga a

repensar essa relação para a reflexão de novas práticas e ações que podem ser desenvolvidas em meio à pluralidade cultural que permeia a realidade acadêmica e a realidade de empreendimentos sociais, no caso da pesquisa, as cooperativas de materiais recicláveis.

Entende-se por conhecimentos “não científicos”, aqueles vindos do senso comum, das crenças, o conhecimento popular criado de acordo com a realidade cultural de grupos específicos que produzem seus significados, os das tradições, práticas diárias do trabalho, de experiências repetidas. São os diversos tipos de conhecimento constituídos na luta pela sobrevivência através de mecanismos nas práticas cotidianas, religiosas, e que dizem respeito à produção de artefatos para o trabalho, culinária, entre outros. Geertz (1989, p.1) considera que “as formas de saber são sempre e inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos”.

Não se tem a pretensão aqui de categorizar os tipos de conhecimentos que se enquadram como “não científicos” e discuti-los, mas de compreendê-los de forma genérica como diferentes ao conhecimento científico e que de fato precisam estabelecer relações de diálogo para que haja produção do conhecimento nos empreendimentos.

Já o conhecimento científico, em oposição, configura observações metódicas e verificação sistemática baseada em leis. Tem início quando se descobre “que os conhecimentos existentes originários - quer das crenças do senso comum, das religiões ou da mitologia, quer das teorias filosóficas - são insuficientes e impotentes para explicar os problemas e as dúvidas que surgem” (KÖCHE, 2001, p. 30).

Neste sentido, é o conhecimento considerado em algumas abordagens eficaz, progressivo, manipulador e de previsão que busca desvendar e compreender a natureza através de métodos seguros e sistemáticos, ainda que seus resultados sejam sempre reformulados ou provisórios, sem caráter permanente. Segundo Targino (2000, p. 1), é o conhecimento que “altera convicções, modifica hábitos, gera leis, provoca acontecimentos e amplia de forma permanente e contínua as fronteiras do conhecimento”.

Consequentemente, possui discurso posicionado na sociedade como verdade, o que nega em princípio os demais conhecimentos. Na articulação da ciência, sobre uma trajetória histórica, o discurso conviveu em confronto com diferentes correntes. Desde a Antiguidade, por exemplo, o surgimento da ideia da razão acentuada com a questão da verdade na filosofia grega antiga denota a inquietação centrada na verdade construída através de uma categoria aplicável exclusivamente a questões de divindade. Sendo assim, a primeira técnica de verdade foi desenvolvida na forma da lógica, condições lógicas que tinham até certo ponto a pretensão

de retirar a ideia de verdade dos vínculos de argumentação de autoridade e concentrá-los nos instrumentos de linguagem e em seguida partir para uma análise dessas condições na modernidade.

Na modernidade, após a ruptura religiosa e o modo medieval de pensá-la, a verdade deixa de ser “algo pressuposto ao texto e ao discurso do conhecimento e passou a se situar depois deles. Em outras palavras, verdade não é o que se pressupõe, mas sim o que se pode concluir”, ou seja, a verdade, o critério de autoridade estaria no método. No contexto da articulação racionalista da modernidade, a própria separação da ciência e da filosofia, a falseabilidade Popperiana colocou abaixo a pretensão de verificabilidade. Então a ciência perdeu sua capacidade de dizer a verdade e “passou a trabalhar com as aproximações plausíveis, seja pelo cálculo de probabilidades, seja pelos gradientes de intensidade dos métodos qualitativos” (SIGNATES, 2012, p. 137).

É assim que cada momento histórico denota suas concepções como formas dominantes do pensamento e produzem padrões investigativos. Estas inquietações trouxeram um importante desenvolvimento do pensamento epistemológico, em que a ciência e a filosofia não são representações da realidade mais sim discurso sobre elas, seja na visada pós-moderna com as disputas discursivas ou no âmbito da modernidade tardia com os processos de linguagem.

Evidentemente, todos os conhecimentos alimentam o mesmo propósito e mesmo objetivo para chegar à verdade sobre o homem e seu universo, o ser e sua realidade em formas discursivas. Cada ser, ou grupo, pensa, fala e age em nome de verdade, valores e critérios que pressupõem corretos, válidos e, até certo ponto, inquestionáveis. São elementos formadores de nossa identidade cultural e nosso perfil ideológico. Dessa forma, cada ser constrói seu paradigma que é a chave de interpretação da realidade. “Um povo cria sua própria cultura ao instaurar um conjunto de verdades, valores e critérios” (SANTIN, 1988, p. 14). Nesse caso, “no plano das ideias, as possibilidades de luta contra os erros, as buscas e problematizações da verdade estão ligadas ao pluralismo, diálogos e aberturas culturais” (MORIN, 2005, p. 105).

Massena e Castro (2012) reportam-se ao conhecimento científico posicionado como verdade em nossa sociedade, alegando que esta verdade está centrada em um processo de produção por crenças, costumes e interesses que constantemente são usados e controlados pela produção econômica, pelo poder político e difundidos por instâncias educativas e informativas da sociedade. As autoras evidenciam como exemplo desse modelo de “controle” a igreja católica, que produziu todo um saber religioso através de suas criações de “verdades”.

Modelo este que, mesmo não tendo tanta força como em outras épocas, ainda dita a moral da sociedade, e em muitos momentos de forma subjetiva, até os dias de hoje.

Santos, Meneses e Nunes (2010) argumentam que há uma crítica que tem permitido o reconhecimento da existência de saberes plurais, que podem ser alternativos à ciência moderna e se articulam em novas configurações de conhecimento. Os autores que partilham desta crítica lutam por maior abertura epistêmica, a fim de, tornar visíveis campos de saber que a ciência neutralizou ou ocultou ao longo do tempo. A abertura a uma pluralidade dos conhecimentos e seu relacionamento com a ciência têm sido conduzidos com resultados proveitosos, especialmente no encontro entre saberes hegemônicos e não hegemônicos que, de acordo com os autores, são mais desiguais e violentos. Os autores ainda levantam um questionamento sobre os conhecimentos não científicos serem considerados como locais, tradicionais, alternativos ou periféricos e de permanecerem sob dominação.

As metamorfoses da hierarquia entre o científico e o não científico têm sido, pois, variadas, e incluem as dicotomias monocultural/multicultural e moderno/tradicional; global/local; desenvolvidos/subdesenvolvidos; avançado/atrasado, etc. Cada uma delas revela uma dimensão da dominação (SANTOS; MENEZES; NUNES, 2010, p. 35).

Há uma diferença epistemológica, que, conforme demonstram, não reconhecem a existência de outros saberes como “igualitários” e por este motivo se constituem em hierarquia, o que gera marginalizações, silenciamentos, exclusões ou liquidações de outros conhecimentos, sendo assim, uma luta cultural. Nisto, há percepção de que o conhecimento é contextual, e a ciência como uma forma de particularismo. Os autores definem como particular, pelo poder que exercem todos os conhecimentos que com ela concorrem. O cidadão normalmente é remetido a um lugar de silêncio, de mero consumidor de ciência. Esta concepção legitima a autonomia científica. Então, percebe-se também que a fronteira que separa esses dois conhecimentos são organizações a serviço do poder (SANTOS; MENEZES; NUNES, 2010, p. 42).

Ainda em conformidade, Santos (2011) considera uma época de transição entre o paradigma da ciência moderna (crises) para um novo paradigma de ciência pós-moderna que está exposto em suas três obras - *Um discurso sobre as ciências; Introdução a uma ciência pós-moderna; A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência* –.

Para o autor, a ciência moderna constituiu-se contra o senso comum, e a ciência pós-moderna vem para reconhecer que o senso comum produz conhecimento enriquecedor, que

pode ser ampliado através do diálogo com o conhecimento científico. Isto é, compõe uma ruptura epistemológica cultural, que configura a tentativa e a necessidade de retorno do saber sistematizado, em direção ao senso comum, a uma reivindicação pela democratização da ciência, ao esclarecimento, à popularização do conhecimento. Em outras palavras, a reconciliação entre os saberes sistematizados da filosofia e da ciência com o senso comum. Uma visão sociológica, com retorno da ciência para os povos de forma participativa. Dever-se-á ser uma ciência que dialoga.

O conhecimento científico através dos seus desdobramentos, mesmo com uma construção e reconstrução constante nos processos de investigação, não é um enunciado de sistemas certos ou verdadeiros, os conhecimentos são passíveis de alteração. Justamente porque o conhecimento científico possui um caráter provisório. A ciência contemporânea constrói modelos explicativos, mas não nos dá um conhecimento definitivo da realidade. Como diz Köche (2001), a ciência está apenas demonstrando que é capaz de fornecer respostas dignas e seguras, submetidas continuamente a um processo de revisão crítica, bem fundada e sistemática.

Isto significa que uma teoria, proposição ou fato que se considera verdadeiro, podem não o ser mais “amanhã”. “A evolução do conhecimento científico não é unicamente de crescimento e de extensão do saber, mas também de transformações, de rupturas, de passagem de uma teoria para outra” (MORIN, 2005, p.22). Há um processo em que o conhecimento progride no plano empírico ao acrescentar as verdades, e no plano teórico por eliminação de erros, é praticamente como argumenta Morin (2005, p. 23) um jogo no qual o combate pela verdade se confunde com a luta contra o erro, ou seja, “o jogo da ciência não é o da posse e do alargamento da verdade”.

Com base nos argumentos expostos, estabelecer uma forma de diálogo entre o conhecimento científico e os conhecimentos “não científicos” é uma tarefa complexa, pois conforme se observou, existem fatores culturais, mecanismos de poder, ideológicos e discursos intrínsecos a estes dois contextos que posicionam um conhecimento superior ao outro. O adjetivo científico hoje significa critério de autoridade e, como diz Signates (2012), talvez seja a grande religião da contemporaneidade.

Nessa lógica, cabe repensar as duas formas de conhecer como complementares, mesmo possuindo estruturas de organização diferentes. Como diz Santos (2011), não são formas totalmente distintas e é necessário reconhecer suas proximidades, seus vínculos e elo. Sem eles, a ciência se afastaria tornando estranha sua ideia de pertencimento à humanidade.

Assim, para a interação de duas realidades completamente distintas (Universidade e empreendimentos populares), o ideal é que esta relação “se inicie no diálogo, intensifique-se com a convivência, até atingir a identificação cultural e a confiança”, além de ser um processo de modificação e alteração do conhecimento (MOTA, 1991, p.4).

Nisto o contato deve ser feito de forma dialógica e cada grupo deve se abrir para uma experiência de crescimento por meio de uma cultura solidária, com ações de reciprocidade, respeito, entendimento das diferenças culturais peculiares de cada indivíduo. É o processo educacional que mobiliza para a sensibilidade, abrindo-se para o novo, para o outro e para o diverso. Trata-se de não impor padrões culturais, mas de compartilhá-los, valorizá-los, e não estabelecer relação de hierarquia entre eles (GADOTTI, 2009).

O sujeito, quando se reconhece como sujeito e reconhece o outro como sujeito, pode compartilhar os mesmos símbolos em relação de igualdade. É por este motivo que comunicação é definida para Freire (2013) como uma relação social que implica reciprocidade dialética, um processo educacional caracterizado pela comunicação e não por um simples comunicado. É o encontro dos sujeitos que buscam a significação dos significados e o conhecimento é construído mediante suas relações (LIMA, 1981)

Freire (2013) aponta a invasão cultural como uma das características do anti dialogismo, onde “o invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação” (FREIRE, 2013, p. 48). É uma relação autoritária, não no sentido de repressão física, mas no sentido de “isso é assim porque é”. Ação esta que pressupõe conquista e manipulação, o que descaracteriza a cultura invadida, para enchê-las de subprodutos da cultura invasora. Daí a necessidade do humanismo autêntico, como argumenta o autor, através do diálogo. “Ser dialógico é não invadir, é não manipular”, “[...] é empenhar-se na transformação constante da realidade” (FREIRE, 2013, p. 51).

Outro aspecto a ser observado é que Freire (2014) discorda da ideia de uma “ruptura epistemológica”. Para o referido autor, entre os saberes que resultam de procedimentos metodológicos e sistemáticos e os saberes da experiência, os não científicos, os populares, não há uma ruptura e sim uma superação. O homem se aproxima de forma espontânea, ingênua do mundo e não de forma crítica e esta superação da visão ingênua só se dará no diálogo e não por meio de comunicados e imposição de liderança.

É nesse sentido que o autor acredita nos homens oprimidos e em sua capacidade de pensar. Afinal, em se tratando das cooperativas em pesquisa, cada grupo específico, cada âmbito e contexto, as pessoas criam métodos, formas e meios de sobrevivência, produzem

conhecimentos através de crenças e práticas populares, criando seu espaço histórico-social e legitimam seus próprios conhecimentos.

### 2.3 INCUBADORA COMO MECANISMO DE INTERAÇÃO UNIVERSIDADE – EMPRESA: ASPECTOS CONCEITUAIS

No contexto atual, as palavras de ordem para o desenvolvimento econômico são inovação e competitividade. Neste sentido, os programas de incubação de empresas vêm assumindo papéis de destaque, se tornando mecanismos institucionais/empresariais que impulsionam o setor produtivo através da transformação do conhecimento em produtos, processos e serviços.

Com uma história recente no Brasil, as incubadoras surgiram como desdobramento de uma política científica, tecnológica e de inovação inaugurada a partir de iniciativas do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) na década de 1980 com a implantação do primeiro parque tecnológico no país. Com esta iniciativa, a noção de empreendimento “inovador” associa-se ao governo, à ciência e à tecnologia – associação essa denominada de “tríplice hélice”. O modelo tríplice hélice é operacionalizado em forma de parques tecnológicos, arranjos produtivos e programas de incubação de empresas, todas elas caracterizadas como programas de incentivo ao empreendedorismo e à inovação (ANPROTEC, 2012).

Conforme o Manual para Implantação de Incubadoras de Empresas do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT (1998):

Uma Incubadora é um mecanismo que estimula a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas industriais ou de prestação de serviços, de base tecnológica ou de manufaturas leves por meio da formação complementar do empreendedor em seus aspectos técnicos e gerenciais e que, além disso, facilita e agiliza o processo de inovação tecnológica nas micro e pequenas empresas (MCT, 1998, s.p).

Assim, as incubadoras de empresas são entidades que promovem inovação em micros e pequenos empreendimentos através de suportes que subsidiam desenvolvimento de ideias inovadoras, trazendo orientações quanto à gestão de negócios e sua competitividade, ou seja, oferecem suporte para que os empreendimentos consigam se preparar e se fortalecer no/para o mercado. Para isso, oportuniza infraestrutura, capacitação e assessoria sobre aspectos administrativos.

Para Etzkowitz (2013, p. 146), uma incubadora é “uma expressão da missão educacional da Universidade, bem como das suas missões de desenvolvimento econômico e de serviços”. Portanto, expande o formato acadêmico tradicional do ensino de pessoas para o ensino de grupos que desejam trabalhar em conjunto, como organização.

De acordo com o Portal Brasil<sup>7</sup>, estatísticas revelam que a taxa de mortalidade de empresas que passam pelo processo de incubação é reduzida de 70% (setenta por cento) para 20% (vinte por cento) em comparação com as empresas normais. É neste aspecto que contribuem os projetos de incubação. Além de minimizar a taxa de mortalidade das empresas, fortalece a capacidade gerencial dos empresários e incorpora tecnologias aos produtos e processos da empresa (MCT, 1998).

Segundo Salgado *et al* (2013), a inovação nas pequenas e médias empresas deveriam ser o veículo mais comum para os avanços tecnológicos e para o desenvolvimento econômico, pois desempenham um papel crucial na economia nacional. Contudo, um dos principais problemas identificados pelo SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas empresas - que aumenta a taxa de mortalidade das empresas são as dificuldades gerenciais e burocráticas que permeiam suas atividades.

Os programas de incubação abrangem, pela caracterização do SEBRAE/SC<sup>8</sup>, oito tipos de incubadoras conforme descritas no quadro abaixo:

**Quadro 2: Tipos de incubadoras**

|                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Incubadoras de Base Tecnológica</b>         | Organização que abriga empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas e nos quais a tecnologia representa alto valor agregado.                                                                                                                                          |
| <b>Incubadoras de Setores Tradicionais</b>     | Organização que abriga empresas dos setores tradicionais da economia, as quais detêm tecnologia largamente difundida e queiram agregar valor aos produtos, processos ou serviços por meio de um incremento no nível tecnológico que empregam. Devem estar comprometidas com a absorção ou o desenvolvimento de novas tecnologias. |
| <b>Incubadoras Mistas</b>                      | Organização que abriga tanto empreendimentos de Base Tecnológica como de Setores Tradicionais.                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Incubadoras de Empresas de Agronegócios</b> | Apoiam empresas atuantes em cadeias produtivas de agronegócios, que possuem unidades de produção externas à incubadora e utilizam os módulos da incubadora para atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico e ao aprimoramento da gestão empresarial.                                                                      |

<sup>7</sup>Informações retiradas do site Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/incubadoras-de-empresas-estimulam-o-empreendedorismo>> Acesso em: 20 abr 2015.

<sup>8</sup>Informações retiradas do site do SEBRAE/SC. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4827&^>>> Acesso em: 20 abr 2015.

|                                          |                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Incubadoras de Cooperativas</b>       | Abrigam por período médio de dois anos, empreendimentos associativos em processo de formação e/ou consolidação instalados dentro ou fora do município. Representam uma das modalidades de incubadoras de setores tradicionais. |
| <b>Incubadoras de Empresas Culturais</b> | Incubadora de Empresas que tenham a arte e a cultura como valor agregado aos seus produtos. Essas incubadoras desenvolvem negócios relacionados à arte e a cultura regional, gerando trabalho e rendas alternativas.           |
| <b>Incubadoras de Design</b>             | Organização que abriga empreendedores e/ou empreendimentos ligados diretamente ao segmento de design. Esses empreendimentos devem estar comprometidos com a absorção e o desenvolvimento de novas tecnologias.                 |
| <b>Incubadora Social</b>                 | São incubadoras que apoiam empreendimentos oriundos de projetos sociais e que atendem à demanda de emprego e renda e de melhoria da qualidade de vida da comunidade.                                                           |

Fonte: SEBRAE/SC (2009)

Os variados tipos de incubadoras vêm no sentido de atender às demandas de incubação. Cada uma com suas peculiaridades, modalidades e metodologias de trabalho, mas com o mesmo princípio de orientar os empreendimentos quanto ao mercado, seus processos gerenciais e sua inovação. Portanto, a pesquisa aqui proposta volta-se para estudar as *incubadoras sociais* que apoiam empreendimentos populares de autogestão – cooperativas de materiais recicláveis.

### 2.3.1 As incubadoras sociais de empreendimentos populares

No Brasil, a diferença na distribuição de renda é uma realidade cada vez mais preocupante e tem causado desigualdade e exclusão social. Neste sentido, a incubadora social surge com a intenção de minimizar e mudar a realidade de comunidades mais carentes através da geração de emprego e renda com a formação de cooperativas populares, sob a égide de uma economia solidária. Sendo assim, em sua proposta de atuação, almejam o desenvolvimento do capital humano e não apenas o aquecimento da economia.

A Economia solidária consiste no “conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade” (NASCIMENTO, 2004, p.2). É um ideal de democracia econômica caracterizada por um novo modo de produção e gestão coletiva pautada pela igualdade no empreendimento.

De acordo com o site da PRONINC<sup>9</sup>, as incubadoras de cooperativas,

[...] residem no trabalho com empreendimentos coletivos e de base autogestionária, recém-criados ou em vias de criação, que exigem processos específicos de formação, assessoria e assistência técnica, em aspectos administrativos, produtivos e organizativos, com o objetivo principal de contribuir para sua autonomia e sustentabilidade.

Portanto, as incubadoras sociais enquanto espaço de socialização do conhecimento, vem na perspectiva de assessoramento de empreendimentos advindos de projetos sociais, a fim de beneficiar a sociedade em diversos aspectos e na melhoria da qualidade de vida. Além disso, normalmente elas estão ligadas a instituições de ensino superior (IES) ao tripé: ensino – pesquisa – extensão, podendo ser também um local de produção de conhecimento e de ciência. Os projetos de incubação propiciam também maior competitividade e o surgimento de novas tecnologias sociais e inovações que fortalecem o setor econômico e valorizam o ser humano.

No processo educativo de uma incubadora, há o relacionamento entre o saber popular, oriundo do trabalhador, com o saber científico/acadêmico pertencente a equipe gestora da incubadora. Ambos sujeitos na troca de saberes. Mais do que isso, o processo prático de incubação é entendido como um processo de produção de conhecimento no qual os saberes se misturam, se tencionam (teórico/prático) e são utilizados como matéria-prima por ambos, de maneira a transformar em conhecimentos aplicáveis ou mais adequados à natureza do empreendimento e do trabalhador cooperativo (CULTI, 2009).

É por meio deste processo educativo, orientado no diálogo e na participação que as incubadoras ajudam na prática a organizar, formar, orientar e acompanhar sistematicamente os empreendimentos. Nesse sentido, todo trabalho trata de uma construção e reconstrução de conhecimento em que o conhecimento adquirido “implica um conjunto complexo de atividades de caráter técnico e social orientado por objetivos, o que faz desta prática uma atividade conscientemente buscada e orientada para um fim” (CULTI, 2009, p. 154).

A mesma autora ainda menciona que este processo:

- Valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão social econômica;
- Acrescenta conhecimentos básicos de trabalho cooperativo e técnicas específicas de produção e gestão administrativa;

---

<sup>9</sup>Informação disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/proninc.htm>> Acesso em: 20 jan 2015.

- Orienta para o mercado;
- Une saber popular e saber científico numa tentativa de transformação de prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- É um processo educativo que modifica as circunstâncias, os indivíduos e a sociedade na sua maneira de ser e agir;
- É um processo de construção e reconstrução de conhecimentos para os atores envolvidos em vários aspectos.

De acordo com a Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (PRONINC) realizada em 2011<sup>10</sup>, são 77 (setenta e sete) programas de incubadoras de empreendimentos solidários em todo o território nacional, sendo aproximadamente 537 (quinhentos e trinta e sete) empreendimentos incubados. Esses programas são organizados em duas redes: Unitrabalho e a Rede Universitária de ITCPs.

A Unitrabalho<sup>11</sup> é uma Rede Nacional onde estão agregadas Instituições de Ensino Superior e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país (universidades e institutos filiados, núcleos locais, incubadoras de empreendimentos solidários) que apoiam trabalhadores que lutam por melhores condições de vida e trabalho, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, visa estimular e democratizar o acesso ao conhecimento produzido na Universidade a partir de projetos articulados nos programas de Educação e trabalho, Relações de trabalho e emprego, Economia solidária e Desenvolvimento sustentável. Neste sentido, tem a função de apoiar o corpo acadêmico, estudantes e técnicos das universidades filiadas e os diferentes segmentos da sociedade na busca de alternativas para a transformação social.

Criada em 1999, a Rede Universitária de ITCPs<sup>12</sup> tem o objetivo de desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, a fim de integrar de forma dinâmica as incubadoras, favorecendo a transferência de tecnologias e conhecimentos. É um programa de extensão universitária do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para que, por meio dos recursos e conhecimentos acumulados na universidade, haja suporte à

<sup>10</sup>Estes são os dados da última pesquisa realizada pelo programa, portanto, o mais atual.

<sup>11</sup>Informações disponíveis em: <<http://www.unitrabalho.org.br/>> Acesso em: 20 jun 2015.

<sup>12</sup> Informações disponíveis em: <[http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede\\_itcp.php](http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php)> Acesso em: 20 jun 2015.

formação e desenvolvimento de projetos de incubação. Neste sentido, possui o objetivo de apoiar a formação e consolidação de empreendimentos de economia solidária, assim como prestar assessoria à formação de grupos já consolidados.

Dessa forma, as ações dos programas citados consistem em apoiar e consolidar a ampliação das incubadoras favorecendo a criação e o acompanhamento de novos empreendimentos solidários.

### **2.3.2 Reciclagem: contribuição para o desenvolvimento sustentável**

A degradação do meio ambiente tem sido alvo de preocupação de órgãos e instituições, bem como das comunidades e seus representantes. O homem como elemento da própria natureza tem potencial para desequilibrar o ecossistema.

Grippi (2006) alerta dizendo que a pressão do homem sobre a terra é nítida em dois aspectos fundamentais: o próprio crescimento da raça humana e a exploração econômica dos recursos naturais. Na medida em que a população cresce, o homem muda a geografia da terra aumentando sua própria vulnerabilidade, o que pode causar diversos eventos, como, inundações, deslizamentos, entre outros fenômenos.

O desenvolvimento sustentável resulta de um comportamento consciente e ético face aos bens e serviços limitados da Terra e se torna viável quando surge da interação da comunidade com seu respectivo ecossistema local e regional. É fruto de um processo de educação pela qual o ser humano redefine o feixe de relações que entretém com o universo, com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo dentro dos critérios assinalados de equilíbrio ecológico, de respeito, amor à comunidade de vida, de solidariedade para com as gerações futuras e da construção de uma democracia socioecológica (BOFF, 2013). Por esta razão, há necessidade do equilíbrio das ações humanas para sobrevivência da própria espécie.

Um das situações conflitantes existentes de degradação do meio ambiente recaem sobre a geração de resíduos sólidos<sup>13</sup> e o impacto que este processo causa ao meio ambiente, alterando a qualidade de vida no planeta. Em outras palavras, estes resíduos considerados “lixo”, são responsáveis por um dos mais graves problemas ambientais de nosso tempo e tem afligido as prefeituras municipais brasileiras, a quem cabe gerenciar adequadamente o seu destino ambiental e sanitário adequado. Percebe-se que os espaços de reserva são cada vez menores frente ao crescimento populacional e a quantidade excessiva em que é gerado,

---

<sup>13</sup>São resíduos, nos estados sólidos e semi-sólidos, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, de serviços, de varrição ou agrícola, de construção.

enviado aos aterros sanitários e aos verdadeiros lixões a céu aberto dos municípios brasileiros é inevitável.

Considerado um dos problemas ambientais, diferente em quantidade e qualidade, em volume e em composição nos últimos 30 anos, o lixo tornou-se uma questão que necessita também da participação da sociedade. O descarte inadequado ainda é um grande desafio.

É neste contexto que a reciclagem de resíduos surge como uma medida econômica, social e ambiental, ou seja, uma das possibilidades no conjunto de soluções ambientais viável para minimizar o problema. Constitui um dos aspectos mais importantes no gerenciamento sustentável de resíduos, além de catalisar interesses do poder público, empresas e sociedade.

Segundo Grippe (2006)

A reciclagem é o resultado de uma série de atividades através das quais materiais que se tornariam lixo ou estão no lixo, são desviados, coletados, separados, processados para serem usados como matéria-prima na manufatura de outros bens (GRIPPE, 2006, p.35).

É um meio de diminuir a quantidade de materiais aterrados, preservar os recursos naturais, a poluição ambiental e gerar empregos diretos e indiretos. O lixo destinado de forma incorreta é danoso para o meio ambiente e a saúde pública (GRIPPE, 2006, p. 23).

Segue abaixo o tempo de degradação dos principais materiais encontrados no lixo, o que justifica de forma clara a preocupação com as questões ambientais:

**Quadro 3:** Lista de materiais

| <b>Resíduo</b>             | <b>Tempo</b>     |
|----------------------------|------------------|
| Jornal                     | 2 a 6 semanas    |
| Embalagens de papel        | 1 a 4 meses      |
| Guardanapo de papel        | 3 meses          |
| Ponta de cigarro           | 2 anos           |
| Palito de fósforo          | 2 anos           |
| Chiclete                   | 5 anos           |
| Casca de frutas            | 3 meses          |
| Náilon                     | 30 a 40 anos     |
| Copinho de plástico        | 200 a 450 anos   |
| Lata de alumínio           | 100 a 500 anos   |
| Tampinhas de garrafa       | 100 a 500 anos   |
| Pilhas e baterias          | 100 a 500 anos   |
| Garrafas vidro ou plástico | Mais de 500 anos |

Fonte: GRIPPE, 2006, p. 23.

Como um marco histórico da gestão ambiental no Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010 - conforme exposto pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem<sup>14</sup> (CEMPRE), possui como princípio a responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e população. A nova legislação impulsiona o retorno dos produtos às indústrias após o consumo e obriga o poder público a realizar planos para o gerenciamento dos resíduos. Além disso, a lei consagra o viés social da reciclagem, com participação formal dos catadores organizados em cooperativas e fortalece as atividades de coleta seletiva.

Como já mencionado, o gerenciamento de limpeza urbana, assim como seu destino ambiental e sanitário é de responsabilidade do poder público de cada município. Em resposta à lei de resíduos sólidos, os municípios têm implantado programas de coleta seletiva como fonte de abastecimento do mercado da reciclagem. Como um processo que antecede a reciclagem, os programas visam o recolhimento de materiais passíveis de serem reciclados, separados de rejeitos e de resíduos orgânicos.

Após esta nova legislação, a expectativa de reciclagem passa a ser de crescimento do mercado com investimento público e empresarial. Seguem abaixo as mudanças no âmbito do poder público, das empresas, dos catadores e da população com a implantação da lei de resíduos sólidos:

**Quadro 4:** O que mudou com a Lei de Resíduos Sólidos – Poder Público

| ANTES                                                                  | DEPOIS                                                                                                                                      |
|------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pouca prioridade para questão do lixo urbano                           | Municípios devem traçar um plano para gerenciar os resíduos da melhor maneira possível, buscando a inclusão dos catadores                   |
| A maioria dos municípios destinava os dejetos para lixões a céu aberto | Lixões passam a ser proibidos e devem ser erradicados até 2014, com a criação de aterros que sigam as normas ambientais                     |
| Sem aproveitamento dos resíduos orgânicos                              | Municípios devem instalar a compostagem para atender a toda a população                                                                     |
| Coleta seletiva ineficiente e pouco expressiva                         | Prefeituras devem organizar a coleta seletiva de recicláveis para atender toda a população, fiscalizar e controlar os custos desse processo |
| Falta de organização                                                   | Municípios devem incentivar a participação dos catadores em cooperativas a fim de melhorar suas condições de trabalho                       |

Fonte: Adaptação da autora (CEMPRE, 2013, p.8.).

<sup>14</sup>CEMPRE é uma associação sem fins lucrativos dedicada à promoção da reciclagem dentro do conceito de gerenciamento integrado do lixo. Fundado em 1992, é mantido por empresas privadas de diversos setores. Informação disponível em: < <http://cempre.org.br/artigo-publicacao/artigos> > Acesso em: 24 set 2015.

**Quadro 5:** O que mudou com a Lei de Resíduos Sólidos – Empresas

| ANTES                                                                                  | DEPOIS                                                                                                                   |
|----------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Inexistência de regulação sobre os investimentos privados na administração de resíduos | Legislação prevê investimentos das empresas no tratamento dos resíduos                                                   |
| Poucos incentivos financeiros                                                          | Novos estímulos financeiros para a reciclagem                                                                            |
| Desperdício de materiais e falta de processos de reciclagem e reutilização             | A reciclagem estimulará a economia de matérias-primas e colaborará para a geração de renda no setor                      |
| Sem regulação específica                                                               | Empresas apoiam postos de entrega voluntária e cooperativas, além de garantir a compra dos materiais a preços de mercado |

**Fonte:** Adaptação da autora (CEMPRE, 2013, p.8.).

**Quadro 6:** O que mudou com a Lei de Resíduos Sólidos – Catadores

| ANTES                                                        | DEPOIS                                                                                                                              |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Manejo do lixo feito por atravessadores, com riscos à saúde  | Catadores deverão se filiar à cooperativas de forma a melhorar o ambiente de trabalho, reduzir os riscos à saúde e aumentar a renda |
| Predominância da informalidade no setor                      | Cooperativas deverão estabelecer parcerias com empresas e prefeituras para realizar coleta e reciclagem                             |
| Problemas tanto na qualidade como na quantidade dos resíduos | Aumento do volume e melhora da qualidade dos dejetos que serão reaproveitados ou reciclados                                         |
| Catadores sem qualificação                                   | Os trabalhadores passarão por treinamentos para melhorar a produtividade                                                            |

**Fonte:** Adaptação da autora (CEMPRE, 2013, p.8.).

**Quadro 7:** O que mudou com a Lei de Resíduos Sólidos – População

| ANTES                                                     | DEPOIS                                             |
|-----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Separação inexpressiva de lixo reciclável nas residências | População separará o lixo reciclável na residência |
| Falta de informações                                      | Realização de campanhas educativas sobre o tema    |
| Atendimento da coleta seletiva pouco eficiente            | Coleta seletiva será expandida                     |

**Fonte:** Adaptada pela autora. (CEMPRE, 2013, p.8.).

Sabe-se que os catadores e as cooperativas de materiais recicláveis desempenham um importante papel na sociedade. Entre os diversos setores excluídos do processo de acumulação de capital, talvez nenhum outro grupo ocupe posição tão desfavorável no interior da sociedade quanto os catadores de materiais recicláveis. Além disso, possuem uma rotina exaustiva, muitas vezes ultrapassando doze horas de trabalho.

Um trabalho exaustivo, visto as condições a que estes indivíduos se submetem, com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de quatro toneladas por mês) e percorrendo mais de vinte quilômetros

por dia, sendo no final, muitas vezes explorados pelos donos de depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam os resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhes um valor simbólico insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo (MEDEIROS e MACEDO, 2007, p.9).

São diversas as condições difíceis que marcam o dia-a-dia dos catadores. Um aspecto observado é que o comércio normalmente passa pela mediação dos atravessadores. Estes recebem o material coletado, pesam e estabelecem o preço a ser pago para encaminhá-los às indústrias de reciclagem.

Marginalizados pela sociedade em meio à informalidade do trabalho, com a falta de reconhecimento do poder público e em condições precárias, muitos catadores buscam no lixo materiais que possam ser vendidos e transformados em fonte de renda. Sendo assim, são sujeitos considerados verdadeiros agentes ambientais e contribuem para o processo de educação ambiental da comunidade onde estão inseridos provocando a atenção para a responsabilidade de cada cidadão quanto ao lixo por ele gerado. Isto é, realizam um serviço de utilidade pública.

## 2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E ORGANIZAÇÕES DE AUTOGESTÃO

As atribuições sobre o conceito de Economia Solidária (ES) podem ser encontradas na literatura e nos movimentos sociais em diversos significados, principalmente porque as ideias que surgem ao seu respeito são construídas a partir do universo particular dos diversos estudos. Portanto, não se pretende aqui levantar as diversas definições, mas abordar o conceito chave que representa a prática autogestionária.

Pode-se dizer que a economia solidária passou por diversos momentos históricos que determinaram seu contexto na atualidade. Gadotti (2009) afirma que a prática solidária e seus valores sociais são anteriores ao capitalismo. Platão, em sua obra a *República*, já enaltecia a chamada “família societária” e a exclusão da propriedade privada. Até mesmo durante a Idade Média, eram desenvolvidas experiências de economia social, mas a oposição e o poder da igreja sempre defendiam a propriedade privada, combatendo o ideal societário. (SINGER, 2002).

Para Singer (2002), a Economia Solidária teve suas origens no capitalismo industrial em resposta à pobreza e ao desemprego gerados pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A criação das cooperativas estava ligada à luta de classes que eram conduzidas pelos sindicatos, a fim de eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão.

Em outras palavras, era uma tentativa por parte dos “trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas”. Assim, todo movimento operário era baseado na ideologia socialista (SINGER, 2002, p.4). Por essa perspectiva, a partir da prática, o conceito de economia solidária parte de um contexto cultural do movimento operário na busca pela igualdade, melhores condições de trabalho e salário.

Por isso, as grandes mudanças estruturais de ordem econômica e social fragilizaram o modelo tradicional do capitalismo permitindo o espaço para avanço de outras formas de organização do trabalho. Sendo assim, a economia solidária se fundamenta na tese de que as “contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organização econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (SINGER, 2002, p.112).

Desde os tempos remotos, conforme mencionado anteriormente, a luta da oposição pelo combate ao ideal societário sempre esteve presente, posicionando o capitalismo como dominante na sociedade e permitindo espaços para outras formas de organização do trabalho. Assim, o capitalismo atua de forma tão natural que a competitividade abrange a economia de mercado em todos os sentidos, além de causar alguns efeitos sociais. Um dos efeitos crescentes que o capitalismo produz na sociedade é a desigualdade; um princípio que divide a sociedade em duas classes: a prioritária e possuidora do capital, e a classe que ganha a vida vendendo sua força a outra classe. (SINGER, 2002).

Para resolver esta questão, uma das alternativas é a busca pela sociedade onde a economia se torna solidária em vez de competitiva. Isso significa que, os participantes na “atividade econômica devem cooperar entre si em vez de competir” (SINGER, 2002, p. 9). Esta solidariedade na economia se torna possível quando for organizada de forma igualitária: produção, comércio, consumo. Desta forma, o princípio básico de uma economia solidária está na divisão igualitária do capital e do direito de voto em todas as decisões, independentemente da função que executam, esclarecendo que sua característica marcante está no seu sistema de gestão, bem distinto do setor privado capitalista.

Mediante as considerações levantadas, a economia solidária corresponde a outro modo de produção: a propriedade é coletiva, as decisões e os controles pertencem aos próprios profissionais que integram o empreendimento e todos os trabalhadores possuem o capital por igual. Resume-se em outra forma de administrar e se organizar de forma democrática praticando então a autogestão. “É um ideal de democracia econômica” em que a auto-organização é feita pelos próprios trabalhadores, que governam a si mesmos e enfrentam situações comuns (NASCIMENTO, 2004, p. 2).

A autogestão, não se constitui tarefa fácil. Os trabalhadores em seu cotidiano se deparam com exigências complexas, como a viabilização das atividades econômicas que realizam. As práticas funcionam sob uma perspectiva de transformação geral da sociedade, onde todo trabalho realizado é pautado pela cooperação numa relação mútua de trocas. Todo este processo envolve uma alternância cultural, ou seja, a necessidade de uma mudança nos valores e princípios que orientam o comportamento humano.

Gadotti (2009) corrobora com o que foi exposto acima ao tratar da economia solidária como uma forma de cooperativa que tem o componente educativo “educação para cooperar”; necessário para formar as pessoas envolvidas com os empreendimentos solidários a compreender sua empresa, administrando-a de forma adequada.

Nisto, é fundamental inserir processos educativos que agreguem em sua formação e, como diz Singer (2005), é um ato pedagógico em si mesmo, em que o aprendizado da economia solidária é construído por meio da prática. Portanto, caracteriza-se como um processo de construção social emancipatório, na busca por novos valores e conceitos que são baseados na solidariedade e na promoção do desenvolvimento territorial e sustentável. Todos trabalham para todos, a forma de relacionamento e atuação determina o trabalho. Nesse sentido, é estabelecida a confiança na qual não há concorrência e nem mesmo competição; em decorrência, a atividade constitui um movimento que depende da própria sociedade, de sua adesão e disposição de princípios de cooperação, autogestão, dimensão econômica, solidariedade, envolvidos pela igualdade e democracia.

No contexto brasileiro, a economia solidária se expandiu e hoje vem recebendo apoio de governos municipais e estaduais. A SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária - é parte da história de mobilização do movimento da economia solidária no país e foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

De acordo com o Atlas de Economia Solidária no Brasil (2009, p.18), os EES compreendem as organizações:

- a) coletivas-organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais, etc.;
- b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbanos e rurais que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência do real sobre o registro legal e;

e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

Os dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - (EES) realizado pela SENAES de 2009 a 2013 mostram cerca de 20 (vinte) mil empreendimentos econômicos solidários – EES, distribuídos entre os estados brasileiros em áreas urbanas e rurais. No estado de Goiás, são 843 (oitocentos e quarenta e três) empreendimentos, e em sua maioria, influenciados pela atividade rural.

Como uma atividade complexa caracterizada pela sua diversidade, a Economia Solidária reconhece o trabalho como princípio educativo e, por este motivo, o processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários é fundamental e inerente para a transformação dos sujeitos e da sociedade.

#### **2.4.1 Cooperativismo: definições e princípios**

O cooperativismo popular surge como parte do movimento de economia solidária. Enquanto movimento específico, manifesta-se no século XIX na Revolução Industrial em 1844 através da primeira cooperativa “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”. Por meio dos princípios de Robert Owen, considerado um dos precursores do cooperativismo, foi a primeira organização que sistematizou seus valores e princípios em seu estatuto. (SINGER, 2002).

A Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale era uma cooperativa de consumo, com objetivo central de fornecer produtos em melhores condições de preço, prazo e qualidade, além de desejarem educação dos membros e familiares e acesso à moradia. A autogestão já era uma prática adotada e seu êxito proporcionou uma grande expansão do cooperativismo em outros países tomando grande importância econômica.

Com a grande expansão e movimentação financeira do cooperativismo, a autogestão plena que era característica marcante das primeiras cooperativas, com o passar do tempo, não se apresenta como uma prática comum. Novos funcionários eram contratados para atividades menos qualificadas, trazendo à tona a “lógica de exploração do trabalho que as primeiras cooperativas combatiam” (CANÇADO, 2007, p.54).

Estas cooperativas, além de não adotarem mais a autogestão como plena, passaram a receber o reconhecimento do Estado e o que antes era autônomo e independente, acaba por gerar um “arcabouço jurídico” que separou o movimento socialista original em outras

organizações distintas, passando a se tornar parte do aparelho do Estado, operando e competindo com as demais organizações da sociedade capitalista, assumindo contornos capitalistas e instintos de sobrevivência. (CANÇADO, 2007).

As mudanças geraram debates entre duas correntes cooperativistas que possuem desejos comuns de soluções para a transformação da sociedade, mas se divergem quanto ao trabalho assalariado e à divisão dos lucros. Na primeira corrente, a solução para a transformação da sociedade advém da extinção do trabalho assalariado e sua participação nos excedentes. A segunda corrente defende o trabalho assalariado e a não participação nos excedentes. Esta característica está ligada a cooperativas de consumo apoiadas na expansão do setor produtivo industrial e agrícola com empresas sob seu controle. (CANÇADO, 2007).

O cooperativismo desde Rochdale, como modelo a ser seguido, possui princípios determinados por seus fundadores. Deste modo, entre os debates das correntes mencionadas nasce a Aliança Cooperativa Internacional - ACI, que passa a ser responsável pela discussão dos princípios cooperativistas. Fundada em 1895, congrega as cooperativas espalhadas no mundo todo, como declara Schneider (1999), a ACI “[...] munida de subsídios históricos e inspirada na experiência cooperativa em vários países, passou a assumir formal e explicitamente o legado de Rochdale” (SCHNEIDER 1999, p.56).

Conforme a ACI, a cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns e aspirações através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida. Deste modo, as diretrizes cooperativas que colocam em prática seus valores são:

- *Adesão livre e voluntária*

As organizações são voluntárias e abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e aceitar as responsabilidades de sócio.

- *Gestão democrática*

As cooperativas são organizadas de forma democrática e controladas pelos próprios membros. Assim participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões.

- *Participação econômica dos membros*

Os membros é que controlam democraticamente o capital das cooperativas onde normalmente uma parte deste capital é propriedade comum. A finalidade e destinação dos excedentes é uma atividade definida pelos membros.

- *Autonomia e Independência*

A Autonomia é um dos princípios que norteiam a organização. Sua independência é importante tanto diante do Estado quanto da iniciativa privada e, além disso, são controladas pelos próprios membros mesmo que estejam com acordos firmados com outras organizações para levantar capital de fontes externas.

- *Educação, formação e informação*

A promoção da educação e formação dos membros, representantes eleitos, administradores e funcionários, contribuem para o desenvolvimento da cooperativa.

- *Cooperação entre cooperativas*

O movimento cooperativo pode ser fortalecido quando há cooperação entre cooperativas, trabalhando em conjunto através das estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.

- *Preocupação com a Comunidade*

Os cooperados habitam e trabalham em prol do desenvolvimento sustentável de sua comunidade, assumindo uma postura responsável pela região onde atuam.

É considerável mencionar que a discussão entre as duas correntes expostas anteriormente permanece até os dias atuais e, por esta razão, podem ser encontrados diversos conceitos acerca do que são as organizações cooperativas: umas mais próximas da autogestão e outras do trabalho assalariado. O importante é compreender que o trabalho é coletivo e essas organizações possuem particularidades que definem seu modo de atuação e suas diferenças em tradicionais e populares.

Para Singer (2002), o que caracteriza o cooperativismo popular é o apoio ao empreendimento. Este apoio pode vir de projetos de incubação, empresas, entre outras organizações. Todo processo de estruturação das incubadoras de cooperativas populares está alicerçado no sentido de transformação social através do processo de educação dialógica. Como são duas realidades bem distintas, ambas são transformadores e transformados assim como produtores/emissores e receptores de conhecimento. É o diálogo entre as partes que vai estabelecer as ações que serão desenvolvidas.

Deste modo, as cooperativas populares podem ser consideradas organizações que possuem a prática autogestionária juntamente com os princípios de cooperação, instrumento para promoção humana e para organização solidária da sociedade.

#### 2.4.2 Capital social

A dinâmica do cooperativismo no Brasil e o desenvolvimento de empreendimentos autogestionários colaboram para construir e fortalecer ações coletivas e minimizar o desemprego e a exclusão social das camadas populares da sociedade. É o exercício da cooperação e da solidariedade através de normas e valores compartilhados. É neste âmbito que o capital social como recurso gera benefícios para os indivíduos inseridos no contexto.

Atualmente o conceito de capital social vem sendo utilizado em pesquisas de campos disciplinares variados, como sociologia, economia, ciência política, educação, entre outras áreas.

Segundo Matos (2009), a noção de capital social não é nova, mas há produções científicas inovadoras que articulam experiências concretas dos sujeitos em redes de engajamento cívico nos quais são estabelecidas normas de reciprocidade e confiança. São interfaces entre capital social, sociabilidade, prática associativa, normas e valores, a fim de construir princípios explicativos de fenômenos comunicativos, sociais e políticos.

Para Dallabrida (2006) o conceito de capital social obteve sua popularização no Brasil e na América Latina através da publicação do livro de Robert Putnam (Comunidade e democracia) cujo conceito está associado aos aspectos das organizações sociais, tais como as redes, as normas e a confiança, que permitem a ação e a cooperação para benefício mútuo. Contudo, diversos estudiosos têm contribuído para a popularização do termo, como:

**Quadro 8:** Conceitos Capital Social

|                        |                                                                                                                                 |
|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>COLEMAN (1990)</b>  | O capital social refere-se aos aspectos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos atores dentro da estrutura    |
| <b>BORDIEU (1985)</b>  | Refere-se às redes permanentes e próximas de um grupo que asseguram a seus membros um conjunto de recursos atuais ou potenciais |
| <b>FUKUYAMA (1995)</b> | Refere-se aos recursos morais, confiança e mecanismos culturais que reforçam os grupos sociais                                  |

Fonte: Adaptado de Baquero e Cremonese (2006)

A abordagem está ligada à suposição de que a “cooperação voluntária é condição para alcançar objetivos comuns”. Pressupõe, portanto, a existência de laços sociais de dependência recíproca (MATOS, 2009, p.60).

O desenvolvimento local representa uma estratégia de melhoria de condições socioeconômicas. Para isso há necessidade de potencializar as capacidades locais através de uma sociedade civil ativa organizada. Esta é uma influência do capital social e uma valiosa ferramenta para a análise e promoção do desenvolvimento nas comunidades. É o agir em cooperação.

Conforme Baquero (2006),

Essa cooperação é viabilizada pela confiança interpessoal, pela reciprocidade entre cidadãos, pelas redes de desenvolvimento cívico e pela predisposição das pessoas em se envolver em atividades coletivas. Não se trata de sociabilidade por parte das pessoas, no sentido de estarem estimulados a se envolver em ações que resultem na obtenção de um bem coletivo. É agir coletivo e consciente promovido pelo desejo da melhoria da qualidade de vida de uma comunidade (BAQUEIRO, 2006, p. 62).

Portanto visa superar os valores individuais da sociedade para uma dimensão cooperativa, fundamental desenvolvimento local, que é o caso dos empreendimentos autogestionários em estudo.

## 2.5 INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO SOCIAL

Sabe-se que a inovação e o conhecimento sempre acompanharam a humanidade e são fatores centrais para o crescimento e desenvolvimento econômico. Porém, definir o conceito de inovação não constitui tarefa fácil. Segundo Pereira (2003), sua compreensão durante muito tempo esteve associada apenas ao desenvolvimento tecnológico instrumental.

Pioneiro nos estudos da teoria do desenvolvimento econômico, Schumpeter (1998) e os *neoschumpeterianos*, que reforçam seu pensamento, concebiam a inovação como principal fator de competitividade e elemento linear com foco da tecnologia no próprio desenvolvimento capitalista. Ou seja, a busca incessante das empresas pelos grandes lucros que eram garantidos pela inovação tecnológica e suas posições como centrais do desenvolvimento econômico com diferencial competitivo, portanto, um processo considerado básico para sobrevivência das empresas em meio a suas concorrências (SCHUMPTER *apud* SANTOS; FAZION, 2011).

Além disso, apresenta concepções de que “novas combinações” permitem a obtenção de lucros extraordinários. Para Begnetti (2011), Schumpeter estipulava que o desenvolvimento é definido por essas novas combinações englobando cinco situações:

- a) Introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de um bem; b) Introdução de um novo método de produção no ramo específico da indústria de transformação;
- c) Abertura de um novo mercado em que a empresa ainda não tenha entrado;
- d) Conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou de um bem semimanufaturado; e) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer setor industrial, como a criação de um monopólio (BEGNETTI, 2011, p.5).

Do ponto de vista histórico, os conceitos de inovação evoluíram ao longo do tempo em complexidade. Estes conceitos ampliaram ou restringiram o conceito originalmente desenvolvido por Schumpeter, sendo abordado atualmente não somente no âmbito tecnológico de processos e de produto, mas em nível de estratégia, organizacional e administrativo.

Para o Manual de Oslo (1997, p. 55) inovação é

“[...] a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”.

De forma abrangente, é uma definição que compreende diversos conjuntos de inovações. Como afirma Etzkovitz (2010), criar estruturas organizacionais também é uma inovação importante e não somente criar novas tecnologias.

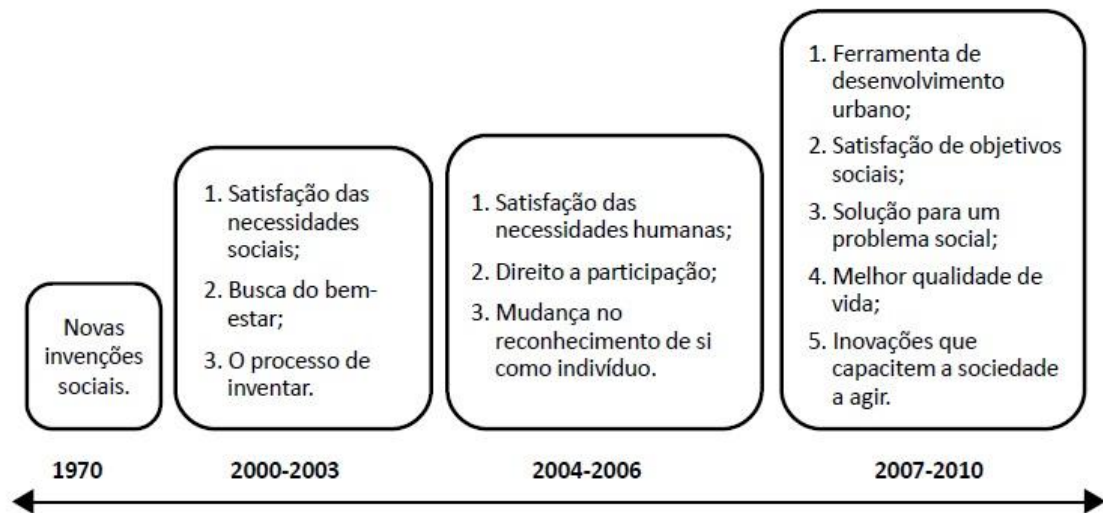
Para corroborar com a definição mencionada, Balestro (2006) depreende-se de quatro tipos de inovação sendo:

- a) Inovação de produto: é a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado em relação às suas características ou usos pretendidos.
- b) Inovação de processo: é a implementação de um processo de produção novo ou significativamente melhorado. Inclui mudanças em técnicas, equipamento e/ou software.
- c) Inovação em comercialização: é a implementação de um novo método de comercialização envolvendo mudanças significativas no desenho ou embalagem do produto, posicionamento, promoção e precificação.
- d) Inovação organizacional: é a implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócio da empresa, na sua organização do trabalho ou nas suas relações externas. (BALESTRO, 2006, p. 49)

Recentemente, se multiplicaram as pesquisas sobre uma nova forma de inovação: é a chamada “inovação social”. Não há ainda um consenso sobre sua definição e abrangência, contudo, Begnetti (2011) demonstra que a variedade das noções que hoje se estabelecem

sobre a inovação social se vincula ao fato dessas noções mostrarem como esse tipo de inovação procura beneficiar os seres humanos, diferentemente das noções econômicas tradicionais.

**Figura 3:** Evolução do conceito de inovação social



Fonte: Begnetti (2011) adaptado por Scholz *et al* (2014)

Percebe-se que é a inovação voltada para a criação de valor de interesses dos grupos sociais e da comunidade. É preciso pensá-la como mobilização social, como elemento que favorece e oportuniza a solução de problemas sociais.

Considera-se um processo do qual o conhecimento surge/criado para atender aos problemas próprios do empreendimento ou grupo que o cria. É a inovação para a inclusão social, justamente porque seus conceitos e métodos buscam uma economia a serviço da sociedade, a fim de construir alternativas de desenvolvimento. Portanto, um movimento contra a hegemonia do poder de mercado e acumulação de capital para oportunizar experiências inovadoras em melhoria e qualidade de vida.

Dagnino e Gomes (2000) conceituam inovação social como métodos que possuem o objetivo de aumentar a efetividade dos processos, serviços ou produtos para atender demandas sociais. As cooperativas, como uma forma de organização social capaz de gerar emprego e renda e melhorar a qualidade de vida das pessoas menos favorecidas, são consideradas âmbitos inovadores em um processo contínuo oportunizado pela interação com a incubadora social, no caso, a universidade. Portanto, não são adaptáveis a uma visão instrumental e neutra de tecnologias e inovações e sim a demandas alternativas para o desenvolvimento e contexto local que estão inseridas.

Basicamente consiste em um processo inverso das estruturas tradicionais das empresas. Não buscam impor capital ao trabalho, mas o trabalho ao capital, ou seja, precisam desenvolver modelos próprios de produção, de autogestão e isso confere um processo de inovação social.

Begnetti (2011, p. 7) ressalta que mesmo a inovação tecnológica e inovação social possuindo características distintas, elas não se excluem uma da outra, “é indiscutível que muitas inovações tecnológicas possuem caráter social e que inovações sociais podem lançar mão da tecnologia, particularmente no emprego das chamadas tecnologias apropriadas ou, mais amplamente, das tecnologias sociais”, como veremos a seguir.

### **2.5.1 Tecnologia social**

Novaes e Dias (2009), ao discutirem sobre a construção do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social (TS), apresentam dois caminhos que têm sido utilizados para abordar o conceito que, como menciona Dagnino (2009, p.14), “denotam mais o caráter normativo de uma utopia a ser construída do que o caráter descritivo de artefatos sociotécnicos”. Estes dois caminhos teóricos são complementares para discutir a definição, mas são de naturezas completamente distintas. Como argumentam Jesus e Costa (2013, p. 21) “desdobra-se do conceito e das práticas de tecnologia apropriada, mas incorpora elementos da teoria crítica da tecnologia”.

Um dos caminhos alternativos está em recorrer ao movimento de Tecnologia Apropriada (TA) que teve sua proliferação em 1970 e foi construída por pesquisadores latino-americanos bem criticados, quando o conceito perdia importância como elemento que viabilizava no plano tecnológico um estilo alternativo para desenvolvimento dos países periféricos. Foram desenvolvidas na tentativa de diferenciar as tecnologias dos moldes “convencionais” com base em uma visão neutra, neoliberal que não percebia o caráter de construção social da tecnologia. A construção da definição neste momento parte de uma contribuição mais operacional para geração de TS a partir de críticas das concepções instrumentais e deterministas em função da tecnociência. (DAGNINO, 2009).

A Tecnologia Convencional (TC) possui suas demandas alicerçadas em necessidades empresariais, maximizadas em produtividade para acumulação de capital, que reforçam a dualidade capitalista no âmbito mercadológico. Neste sentido, o crescente impacto da globalização nos âmbitos da tecnociência tem exigido cada vez mais esse desenvolvimento tecnológico como uma forma de aumento à competitividade das empresas. Conforme mostra

Dagnino (2004), a tecnologia convencional se mostra poupadora de mão-de-obra, o que aumenta o lucro das empresas e a torna mais produtiva. Então, é plausível afirmar que a TC reforça a dualidade capitalista ampliando o poder dentro das relações sociais e políticas.

É neste espaço que diversas articulações têm sido realizadas, a fim de buscar um movimento por tecnologias inclusivas que atendam diferentes camadas da sociedade através de uma lógica sustentável e solidária. Emergindo o caminho para abordar o conceito de tecnologia social, partindo da Tecnologia Convencional por negação e exclusão, com o propósito de reverter a “erosão da democracia” provocada pela TC capitalista.

Segundo a definição do Instituto de Tecnologia Social (ITS), Tecnologia Social pode ser definida como um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras e participativas, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela que geram soluções para melhoria de vida e inclusão social. (ITS, 2004).

Consiste no desenvolvimento de tecnologias mais aderentes às realidades locais, como enfatiza Herrera (1970), ao chamar atenção para a solução da desigualdade nos países periféricos. Para o autor, a solução estaria no desenvolvimento de metodologias que gerem tecnologias demandadas e adequadas e contribuam ao mesmo tempo para a construção de sistemas de premissas.

Consideradas como construções sociais complexas pela sua diversidade, as tecnologias sociais provocam a execução de conhecimentos que podem ser populares, científicos ou tecnológicos que possuem como ponto de partida para elaboração necessidades e problemas coletivos de exclusão social ou de baixo poder econômico, com objetivo final de gerar soluções a problemas de desenvolvimento local e geração de emprego e renda. Ou seja, precisam ser efetivas, reaplicáveis e relevantes para que haja impactos sociais e efeitos significativos de inclusão, como é apresentado na figura abaixo:

**Figura 4** – O que faz a TC ser diferente da TS.

| O que faz a TC ser diferente da TS?                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• A TC é funcional para a empresa privada que, no capitalismo, é a responsável por “transformar” conhecimento em bens e serviços;</li> <li>• Os governos dos países centrais apóiam seu desenvolvimento;</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• As organizações e os profissionais que a concebem estão imersos no ambiente social e político que a legitima e demanda;</li> <li>• Porque trazem consigo seus valores e, por isso, a reproduzem.</li> </ul> |

Fonte: Dagnino, 2004, p.195.

Por este motivo, a TS está mais adaptável a realidades locais e a determinados contextos para produção de forma coletiva. No entanto, não se pode escolher um problema a ser enfrentado e construir uma TS de maneira isolada, como diz Jesus e Costa (2013. p.21),

Ela carrega seu contexto e se relaciona com diversos aspectos da sociedade, sendo produto e resultado desses aspectos e gerando impacto sobre eles. Assim, buscar soluções tecnológicas para problemas populares não pode significar soluções padronizadas e em massa.

Portanto, é uma prática que envolve os movimentos sociais, os próprios beneficiários e atores de contextos específicos, no caso, o ambiente cooperativo e solidário de trabalho autogestionário, além de possuir uma dimensão educativa, um sentido pedagógico de ensino aprendizagem e métodos que valorizam os saberes populares. Dagnino (2012), ao fixar suas concepções para o processo produtivo e para a tecnologia social a partir do trabalho, corrobora com o entendimento mencionado acima ao alegar que as TS seriam

[...] artefatos ou processos que resultem da ação de um empreendimento em que a propriedade dos meios de produção é coletiva, onde os trabalhadores realizam atividades econômicas de modo autogestionário e a gestão e alocação dos resultados é decidida de forma participativa e democrática. (DAGNINO, 2012, p.2)

Como já mencionado, a TS compreende construções sociais complexas e nisto insurge sua diferença. Não há como pensar a ideia de TS com a intenção de inclusão sem “o entendimento de que as tecnologias não são simples ferramentas neutras e sim construções sociais que possuem características influenciadas pelos valores e interesses presentes no ambiente em que são concebidas” (RTS, 2006, p.17).

É necessário um enfoque que compreenda a exclusão e a inclusão a partir da função desempenhada pela tecnologia; o primeiro passo é abandonar a visão instrumental e neutra.

Para isto, Novaes e Dias (2009) propõem o conceito de adequação sociotécnica como um processo de reprojeto de tecnologias existentes. Para os autores, toda aplicação de tecnologia social aponta um processo de adequação sócio técnica; assim se obtém o conceito de reaplicação considerando que em cada contexto e ambiente o uso da TS será reprojeto. Proposta esta que, segundo o autor, é uma forma de pressionar a comunidade e o governo a conformar uma nova agenda de política científica e tecnológica.

Em busca de operacionalização desta adequação sociotécnica (AST), os autores Novaes e Dias (2009, p.46) definem as modalidades reprojeto sendo:

1) Uso: O simples uso da tecnologia (máquinas, equipamentos, formas de organização do processo de trabalho, etc) antes empregada ou a adoção de tecnologia convencional, com a condição de que se altere a forma como se reparte o excedente gerado.

2) Apropriação: entendida como um processo que tem como condição a propriedade coletiva dos meios de produção (máquinas, equipamentos). Ela implica uma ampliação do conhecimento, por parte do trabalhador, dos aspectos produtivos (fases de produção, cadeia produtiva, etc), gerenciais e de concepção dos produtos e processos, sem que exista qualquer modificação no uso concreto que deles se faz.

3) Ajuste do processo de trabalho: implica a adaptação da organização do processo de trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção (pré-existentes ou convencionais).

4) Revitalização ou Repotenciamento das máquinas e equipamentos: significa não só o aumento da vida útil das máquinas e equipamentos, mas também ajustes, recondicionamento e a revitalização do maquinário. Supõe ainda a fertilização das tecnologias antigas com componentes novos.

5) Alternativas tecnológicas: implica a percepção de que as modalidades anteriores, inclusive a do Ajuste do processo de trabalho, não são suficientes para conter as demandas por AST dos empreendimentos autogestionários, sendo necessário o emprego de tecnologias alternativas à convencional. A atividade decorrente desta modalidade é a busca e seleção de tecnologias existentes.

6) Incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente: é resultado do esgotamento do processo sistemático de busca de tecnologias alternativas e na percepção de que é necessária a incorporação à produção de conhecimento científico-tecnológico existente (intangível, não embutido nos meios de produção), ou o desenvolvimento, a partir dele, de novos processos produtivos ou meios de produção, para satisfazer as demandas.

7) Incorporação de conhecimento científico-tecnológico novo: resulta do esgotamento do processo de inovação incremental em função da inexistência de conhecimento suscetível de ser incorporado a processos ou meios de produção para atender às demandas. As atividades associadas a esta modalidade são processos de inovação de tipo radical que tendem a demandar o concurso de centros de P&D ou universidades e que implicam na exploração da fronteira do conhecimento.

Para minimizar a falta de compreensão e as dificuldades geradas nas práticas da proposta da TS, é preciso destacar os dois planos nos quais ela se realiza. Há o plano conceitual, geralmente percebido de forma intuitiva, em que a ideia de tecnologia social propõe uma forma de construir conhecimento, de fazer ciência e tecnologia; e o plano material através de aplicações e experiências participativas para resolução de problemas sociais de cada comunidade ou local. É na interação constante entre esses dois planos que a TS se desenvolve. (RTS, 2006).

Portanto, para o RTS (2006, p. 19) e, em sua proposta, está o desenvolvimento e a disseminação de uma tecnologia que seja:

- Adaptada a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico;
- Não promova o controle, segmentação, hierarquização e dominação nas relações patrão-empregado;
- Orientada para o mercado interno de massa;
- Incentivadora do potencial e da criatividade do produtor direto e dos usuários;
- Capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos como cooperativas populares, incubadoras e pequenas empresas.

A fim de contribuir para a promoção de inclusão social, disseminar o conceito e as ações das tecnologias sociais e a partir de constatações a muitas instituições que trabalham com fomento tecnológico e apoio a projetos sociais no país, surge a Rede de Tecnologia Social (RTS). As experiências de sucesso ficavam restritas a algumas localidades e a intenção era reunir e construir articulações e integração entre atores públicos, privados, governamentais e não-governamentais para contribuir e elaborar políticas públicas e fomento por meio de ações complementares e sustentáveis. (RTS, 2006).

O objetivo da Rede é reunir, organizar, articular e integrar um conjunto de instituições, com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de tecnologias sociais no Brasil. Além disto, a Rede tem o propósito de estimular: a) a adoção de tecnologias sociais como políticas públicas; b) a apropriação das tecnologias sociais por parte das comunidades; c) o desenvolvimento de novas tecnologias sociais em casos que não existam para reaplicação.

Mediante estes propósitos e desafios que as instituições que compõem a Rede perpassam, podem ter como solução as das tecnologias sociais, dos instrumentos que operacionalizem as relações entre os envolvidos capazes de identificar problemas, planejar

ações, estabelecer prioridades, alcançar e responder às necessidades. Além da RTS, diversas instituições também têm se empenhado para a reaplicação de tecnologia social, como a FBB – Fundação Banco do Brasil – SEBRAE, Caixa Econômica, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Em sua grande maioria, as universidades se destacam iniciativas de atuação de diversas incubadoras sociais ou as Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), na busca por tecnologias sociais que sejam adequadas ao ambiente de trabalho solidário e autogestionário que oportunizam a inovação. Nesse sentido, o progresso para resoluções tecnológicas voltadas a cenários de vulnerabilidade social, como as cooperativas populares, é uma discussão que representa possibilidades efetivas de soluções de transformação social.

Este progresso implica no ambiente uma grande contribuição inovadora, principalmente porque posiciona a comunidade como parte do processo de pesquisa, de desenvolvimento, de interação, de implantação. Por este motivo, torna-se importante refletir sobre o conceito de inovação, ainda mais quando se trata de ambientes populares de autogestão que possuem necessidades de respostas particulares em termos de desenvolvimento. Assim, seu conceito vem adquirindo grande espaço nas tecnologias sociais como uma forma de procurar caminhos alternativos para o desenvolvimento e contexto local.

## 2.6 COMUNICAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA INTERAÇÃO UNIVERSIDADE – EMPREENDIMENTOS INCUBADOS

Pode-se dizer que desde os tempos remotos, nos primeiros agrupamentos humanos, os homens sempre se comunicaram por meio de trocas simbólicas. A comunicação sempre foi “um processo social básico de produção e compartilhamento do sentido através da materialização de formas simbólicas” (FRANÇA *et al*, 2002, p. 41). Nesse sentido, o uso da linguagem sempre esteve presente estabelecendo experiências e compartilhamentos uns com os outros, que é a base do imaginário.

A necessidade do ser humano de conviver em grupo gerou “o desenvolvimento de toda uma estrutura baseada nas relações sociais” (DIAS, 2012, p. 68). Assim, o homem pode ser considerado com um ser social e produto de seu meio, ou seja, ele é produto de um sistema complexo de interações que, de acordo com Dias (2012), é uma ação recíproca de ideias, atos, sentimentos ou atitudes que provocam reações mútuas, com mudanças de comportamentos, que influenciam e são influenciados.

A interação faz parte da constituição da humanidade e construímos nossa forma de sociabilidade a partir de interesses que podem estar tanto no campo da cooperação quanto no

campo do conflito. Assim, o processo de socialização pode ser considerado um complexo de trocas simbólicas com o grupo social que o indivíduo está inserido.

Logo, a interação como contexto da comunicação permeia todos os aspectos da sociedade e do indivíduo, onde qualquer atividade humana tem um vínculo comunicacional podendo ser considerada componente básico, inerente de nosso viver cotidiano, que advém de todas as formas de conhecimento, sendo atualizadas, produzidas e desenvolvidas pelo homem de forma estratégica e criativa.

Gomes (1997) corrobora com o entendimento de comunicação ao afirmar que o ser humano está em comunicação nas relações que estabelece para construção da sua realidade social e cultural. Portanto, tudo aquilo que o ser atribui significado passa a compor um processo de comunicação. Dessa forma, “todo indivíduo inserido em um processo social está em comunicação” (TEMER, 2005, p.277).

A comunicação não existe em si mesma, estando ligada a um padrão cultural, como menciona Wolton (2004). Desta forma, comunicar significa difundir, compartilhar, interagir com o indivíduo ou uma coletividade, onde haverá sempre a representação do outro. Interações estas carregadas de linguagem podem modificar os comportamentos dos indivíduos. Por esta razão, é necessário compreender a comunicação como um processo complexo em constante movimento, que ocorre em diversas direções, implicando o relacionamento com o outro e a convivência, a fim de compartilhar uma ideia.

Ao tratar o processo de interação entre a Universidade e empreendimentos populares incubados, faz-se necessário refletir sobre estes dois *locus* como um fenômeno comunicacional, onde a interação no contexto do diálogo se dá mediante a coletividade e pressupõe produção e troca simbólica, além de produção e circulação de sentidos. Sem produção de significado não há apropriação, em que tentaremos também encontrar respostas para a questão problema da pesquisa.

Braga (2013, p. 103), ao definir comunicação como “processo que transforma linguagens”, que é fruto de sua pesquisa empírica no campo da comunicação no Brasil, “evidencia a comunicação como processo transformador de códigos e instituições sociais”, que ocorrem decorrentes dos sistemas de interação humana; ou seja, ele amplia o seu conceito para além da estrutura culturalista e semiológica, para um processo em que é dado pelo tensionamento da interação dos elementos: “imaginário (conjunto de discursos ou subjetividades circulantes), o real percebido (a prova empírica, a materialidade discursiva) e

as racionalidades locais (responsável pela aderência ou correspondência de um imaginário com um real percebido)” (Braga, 2013, p. 103).

Assim, estes elementos operam em conjunto e negociam entre si, o que permite a construção social dos sistemas de significação. E isto só é possível através de outro elemento: a comunicação que possibilita a ordenação dos elementos citados, juntamente com a sua circulação.

O autor persiste afirmando que “as transformações (seja no código, seja nas instituições sociais) necessitam de simbolização, isto é, da dissolução de seus antigos modos de organização semântico-estrutural e da redefinição de novas formas de circulação interna do sentido” (BRAGA, 2013, p. 103). Portanto, para Braga (2013), a comunicação deixa de ser compreendida como coisa e passa a ser percebida como um processo através do encontro entre indivíduos, culturas, discursos e imaginários.

Neste cenário, a incubadora com papel social na motivação, formação e desenvolvimento dos pequenos grupos populares de autogestão, como um meio que oportuniza a socialização do conhecimento, forma um conjunto de relações que advém do desenvolvimento da produção de conhecimento de forma coletiva.

Trata-se do conhecimento adquirido ou acumulado na experiência de vida e de trabalho e o conhecimento acadêmico/científico, em outras palavras, significando mais do que troca de saberes, um processo de produção do conhecimento em que os saberes são utilizados por ambos, a fim de torná-los aplicáveis ou mais adequados à natureza do empreendimento e do trabalhador. A socialização do conhecimento é fruto da troca dialógica entre os envolvidos, além de ser condição de produção de significados.

Todo sujeito inserido em uma construção social, que neste momento podem ser referenciados os grupos incubados, está em um processo constante de transformação, construindo a realidade a qual pertencem através das interações e participando do processo de produção do conhecimento. Para Freire, o homem é quem cria o domínio da cultura e a história através de sua ação no mundo. Assim é um ser de práxis, um ser que em sua permanente relação com a realidade cria e produz não apenas bens materiais, coisas sensíveis e objetos, mas também instituições sociais, ideológicas, arte, religiões, ciência e tecnologia. (LIMA, 1981).

Os homens são seres de relações e de interação com o mundo na práxis e este movimento está em sua cultura e sua história. Logo, ele se organiza e se trata, não agindo por mera passividade, mas participa e infere a realidade para modificá-la. O ser herda experiência

adquirida, cria, recria, integra-se às condições do seu contexto, responde seus desafios e se lança num domínio que é exclusivo da história e da cultura. (LIMA, 1981).

É por isto que a cultura é o viés para compreender o processo de comunicação. De acordo com Lima (1981), Freire refere-se à cultura como ação cultural, como um conjunto de relações envolvendo a práxis do homem no mundo, um produto da atividade transformadora do homem sobre o mundo, seu universo simbólico como seres conscientes.

Esta cultura, sendo criação do homem, também é responsável por sua criação, ou seja, como universo simbólico, influencia e sobredetermina. Desta forma, a comunicação e a cultura para Freire estão relacionadas com a liberdade e libertação humana, do ser como agente de transformação no mundo e do seu universo simbólico. Nisto, a comunicação estaria definida em termos não-reducionistas como um processo simbólico através do qual a realidade (cultura) é produzida, mantida, reformulada e transformada (LIMA, 1981).

### **2.6.1 Complexidade na interação e cultura: relação dialógica**

Primeiramente, como já visto, se o conhecimento surge de um “estranhamento” do homem com o objeto, ou seja, da relação do homem com o mundo e sua intervenção e interpretação da realidade e esse deslocamento é produto de cultura, pode-se dizer então que existe um processo de acúmulo de conhecimento, um movimento impregnado na cultura, no qual de acordo com Morin (1991, p.25) “o conhecimento evolui, transforma-se, progride, retrocede”, “[...] novas crenças e teorias nascem, enquanto morrem outras antigas”.

Partindo de uma concepção antropológica conceitual de cultura, Aranha e Martins (2005, p.20) alegam que é toda construção simbólica que guia a ação humana no modo de pensar sobre a realidade e de construir significados para a natureza, espaço e tempo, ou seja, “o modo como os indivíduos e comunidades respondem às suas necessidades e aos seus desejos simbólicos”.

Em consonância com este conceito, Geertz (1989, p.4) defende que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. Então, o autor parte de uma interpretação semiótica do conceito de cultura como sendo essas teias e a sua análise. Essa visão de cultura posiciona o homem como ser inerente e movido pela cultura. Assim, “os homens de uma cultura, pelo seu modo de conhecimento, produzem a cultura, que produz o seu modo de conhecimento. A cultura gera os conhecimentos que regeneram a cultura” Nessa perspectiva, “o conhecimento está na cultura, e a cultura está no conhecimento” (MORIN, 1991, p.20). O fenômeno cultural e os elementos que fazem parte da complexidade deste

movimento estão no ato cognitivo individual. Logo, “os indivíduos só podem formar e desenvolver o seu conhecimento no seio de uma cultura” (MORIN, 1991, p.20).

Como já demonstrado, através da interação Universidade – empreendimentos, há uma troca de conhecimentos em um movimento de diálogo, produção e conhecimento novo: da Universidade para o empreendimento, do empreendimento para a Universidade. Neste movimento interacional, os indivíduos são portadores de cultura e ao mesmo tempo seus produtores. Morin (1991) alega que “os indivíduos só podem formar e desenvolver o seu conhecimento no seio de uma cultura, a qual só ganha vida a partir das inter-retro-acções cognitivas entre indivíduos. As interações cognitivas dos indivíduos regeneram a cultura, que regenera essas interações cognitivas”. Neste sentido, a comunicação é um elemento da cultura e as interações produzem conhecimento. (MORIN, 1991, p.20).

Uma dada cultura pressupõe e exige comunicação e é nela que a comunicação encontra sua possibilidade de realização, constitui-se em manifestação cultural. Nessa direção, destaca-se a afirmação de Baldissera (2011) cada grupo cultural realiza a comunicação de maneira particular, constrói seus códigos específicos, emprega distintamente os meios de comunicação, atualiza diferentes relações de poder e desenvolve formas particulares de resistir e/ou subverter a ordem posta. Assim, é nos valores centrais da cultura que a comunicação encontra sua orientação.

No entanto, esta relação é de interdependência e não de determinismo, “a cultura depende da comunicação e a comunicação depende da cultura para se materializar em um grupo sociocultural, assumindo forma e sentidos específicos” (BALDISSERA, 2011, p.54). Os sujeitos, resistem, inventam e/ou subvertem a própria cultura.

Para Morin (1999), a cultura é considerada como um sistema que faz comunicar de forma dialógica uma experiência existencial e um saber constituído. Portanto, a experiência existencial está relacionada ao estoque cultural e sua assimilação, e o saber ligado a padrões-modelos que permitem organizar, canalizar as relações, as práticas e o imaginário. Esses conceitos trazem a relação homem-sociedade-mundo que a cultura mantém, define e constitui a complexidade. Dessa forma, define-se a cultura como:

[...] constituída pelo conjunto de hábitos, costumes, práticas, *savoir-faire*, saberes, normas, interditos, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se perpetua de geração em geração, reproduz-se em cada indivíduo, gera e regenera a complexidade social. Assim, a cultura acumula o que é conservado, transmitido, aprendido e comporta vários princípios de aquisição e programas de ação. (MORIN, 2002, p. 35).

O sujeito é produtor e produto de cultura e como agentes no/do processo cultural, na medida em que interagem como forças, criam organizações com sentidos específicos, com qualidades particulares, tais como a linguagem e a própria cultura. O que significa dizer que o sujeito não é apenas influenciado/marcado pela cultura, mas que a cultura como processo também sofre a ação do sujeito. (BALDISSERA, 2011, p.55). O sujeito negocia, disputa, resiste, subverte, cria, inaugura, encontra formas para dar vazão às dúvidas, sensações, invenções.

A Universidade influencia e é influenciada pela comunidade na qual atua e o processo de conhecimento considerado complexo acontece de maneira interdisciplinar. Morin (2005), ao abordar a complexidade, argumenta justamente o confronto destes diferentes contextos que geram transformação para ambos, onde a construção do conhecimento só é estabelecida quando as partes interagem em busca de um objetivo comum, construindo assim o todo.

Freire (2013) propõe a construção do diálogo como princípio de trabalho, ou seja, o reconhecimento da capacidade do indivíduo de construir relações com outros e com o mundo, embutido neste movimento seus valores e aspectos culturais devidamente respeitados. Ao invés da Universidade abrir-se de forma autoritária, verticalizada e “coisificadora”, onde um é sujeito e outro objeto, abrir-se para uma relação onde todos sejam sujeitos atuantes, pois afinal, para o referido autor, tudo o que implica transmissão, transferência, invasão não é comunicação que, para ele, é compreendida como co-participação de sujeitos no ato de conhecer. “O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE, 2013. p. 36).

Há uma complexidade na interação e na relação dialógica que requer paciência, humildade e criatividade. Este movimento entre Universidade e empreendimentos pode ser considerado também como um processo educativo. Por este motivo, Freire (2013) menciona que o diálogo deve ser em uma relação horizontal e de confiança. Ser dialógico é vivenciar o diálogo sem invasão e manipulação, empenhar-se para a transformação da realidade.

Comunicação é a co-participação dos sujeitos no ato de pensar, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como diálogo é comunicativo. A educação é comunicação, e diálogo, na medida em que não há transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 2013, p. 66).

Neste sentido, para o autor, a comunicação é definida como a situação social em que as pessoas criam conhecimento juntas. Não há um processo de imposição ou de transferência. São sujeitos iguais e criativos, mas que estão inseridos no processo de interação e necessitam estar fundados em diálogo. Nessa perspectiva, o sujeito da comunicação não é um sujeito isolado do outro. Desta forma, o esquema inicial de comunicação que separa o receptor e o emissor, baseado no paradigma clássico apresentado como um processo de tráfego informacional, não explica a comunicação humana.

Comumente são encontradas referências ao conceito de comunicação na estrutura do Paradigma Clássico que se baseia em “Emissor – Mensagem – Receptor”. Essa estrutura do processo comunicativo é uma descrição operacionalizada empírica da comunicação. Neste sentido, para este modelo, a comunicação é representada como tráfego informacional e decorrente de pesquisadores que usam em suas pesquisas definições de comunicação das teorias sociais como elementos fundamentais dos seus estudos e pouco se aprofundam no conhecimento desses conceitos, todo processo que há tráfego informacional se tornou uma definição de comunicação (Informação verbal)<sup>15</sup>. Portanto, para além de uma concepção de comunicação operacionalizada no modelo clássico, é necessário considerar o sujeito e lançar a discussão na concepção de subjetividade: O que é o sujeito que se comunica? Que tipo de sujeito é esse? Que sujeito está articulado?

Nisto, o sujeito comunicacional se constitui enquanto sujeito humano no processo de relação com o mundo em seu entorno. Do ponto de vista fenomenológico, neste “estar junto”, o ato comunicativo que constitui o espaço social no espaço compartilhado não é um processo de fala. A palavra que parte para o outro é interpretada em função do que este sujeito constitui como universo geral e não em função de sua competência linguística para decodificar.

Portanto, a comunicação só existe quando há o envolvimento na direção do outro e não quando o outro é utilizado apenas como suporte para projeção de ideias próprias. Este “estar em direção do outro” é o sentido de comunicação que se dá em um mundo comum compartilhado - totalidade do mundo estabelecido pelo diálogo (Informação verbal)<sup>16</sup>.

O que caracteriza a comunicação para Freire (2013) está nesta reciprocidade do diálogo com referência a um objeto do pensamento. Este objeto, como conteúdo da comunicação, é um mediador significado e significante dos sujeitos, criando conhecimentos

---

<sup>15</sup> Informação ministrada em aula no ano de 2014, pelo professor Daniel Christino na disciplina Seminário de Mídia e Cultura do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

<sup>16</sup> Informação ministrada em aula no ano de 2014, pelo professor Daniel Christino na disciplina Seminário de Mídia e Cultura do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

juntos. Este é o processo de educação da qual o autor defende não como transferência, mas como prática libertadora.

As incubadoras sociais, representantes ativas no processo de interação em suas funções de incubação, normalmente adotam como fundamento teórico-metodológico as obras de Paulo Freire, principalmente suas concepções acerca do diálogo. Esta relação entre Universidade e empreendimentos oportuniza o compartilhamento dos saberes e a produção do conhecimento através de construções conjuntas.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás é um programa vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) onde por meio do processo de integração com diversos setores da sociedade oportuniza a melhoria da condição de vida da comunidade.

Em 2007<sup>17</sup>, através de um trabalho desenvolvido pela Universidade juntamente com um grupo gestor do Programa Goiânia Coleta Seletiva<sup>18</sup> (PGCS), foi possível a identificação de lacunas quanto à capacitação e assessoramento aos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis. Faltavam projetos para o trabalho com as pessoas das cooperativas e associações existentes. Até então, existiam apenas articulações com o setor público – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-GO) e prospecção de recursos por meio das instituições sob a responsabilidade da COMURG (Companhia de Urbanização de Goiânia).

Por este motivo e apoiado por recursos do PRONIC-2007 (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares), foi implantado a Incubadora Social da UFG. Inicialmente, a previsão era trabalhar apenas com três empreendimentos de catadores de material reciclável: Associação dos Catadores Ordem e Progresso – ACOP, Associação de Materiais Recicláveis Beija Flor, ambas constituídas em 2005, e um grupo do entorno da UFG que forma a atual cooperativa Ambiental.

Posteriormente, em 2008, de acordo com o aumento da demanda eram incluídas ao processo de incubação à Cooper Mas, ex-Cooper Sol e Cooper Rama. Em 2010, mais um grupo foi incluído: Cooper Fami e, finalmente, em 2011 ocorreu a inclusão de mais três grupos: Cooper Shekinah, Carrossel e Seleta.

---

<sup>17</sup> Informações disponíveis em: <<https://www.incubadorasocial.ufg.br/p/4621-historico>> Acesso em: 03 jan 2015.

<sup>18</sup> Programa que teve início em 2008, criado com objetivo de evitar que materiais recicláveis fossem para o aterro sanitário podendo aumentar sua vida útil e beneficiar famílias em cooperativas de catadores.

Hoje, com as constantes demandas e parcerias de financiamento via SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e com o Ministério Público do Estado de Goiás, sua atuação expande para demais municípios da região metropolitana de Goiânia.

Através do levantamento realizado pela própria incubadora, os dados demonstram que 77% dos trabalhadores das Cooperativas de Material Recicláveis incubadas pela UFG têm mais de 30 anos de idade, com baixa qualificação profissional. Muitos nunca tiveram a possibilidade de ter o primeiro emprego de carteira assinada. Esses trabalhadores são marginalizados pelo processo produtivo convencional de reciclagem e não possuem moradia, habitando em condições precárias.

As cooperativas são compostas por um quantitativo de 68% (sessenta e oito %) de mulheres e 32% (trinta e dois %) de homens. Desse total, 39% (trinta e nove %) sequer concluíram o ensino fundamental e 17% (dezessete %) são analfabetos. Os analfabetos demonstram estar na profissão por falta de outras oportunidades de emprego e de qualificação profissional. Assim, vêm na utilização do material reciclável sua possibilidade de fonte de renda.

Em relação ao estado civil, 37% (trinta e sete %) dos catadores são solteiros. A renda média dos associados das cooperativas é de 01 (um) salário mínimo.

Diante deste quadro, a Incubadora Social da UFG conta com 17 (dezessete) empreendimentos incubados localizados em Goiânia e Região Metropolitana e atua na organização dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas, afim de solucionar problemas advindos de questões econômicas. Com isso, minimizam a exclusão por meio da promoção e conquista da cidadania de pessoas em estado de vulnerabilidade social e oportunizam o trabalho e a geração de renda. Assim, com o desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários, a incubadora incentiva a integração entre a UFG e a comunidade.

Segundo Fernando Bartholo<sup>19</sup> o desenvolvimento da categoria dos catadores de material reciclável evidencia diversas dificuldades que, no decorrer do tempo, se apresentam em questões relevantes ao seu processo de organização, propiciando aos trabalhadores deste segmento um cenário de exclusão social a inviabilizar a sua dimensão emancipatória.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos de catadores, na região metropolitana de Goiânia é a capacitação técnica para o trabalho cooperativo, gestão

---

<sup>19</sup>Coordenador da Incubadora social da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<https://www.ufg.br/n/64111-incubadora-social-impulsiona-criacao-de-uma-rede-de-cooperativas>>. Acesso em 10 jan 2015.

compartilhada e comercialização coletiva. Os empreendimentos demonstram níveis distintos de evolução. Alguns, apesar de estarem formalmente constituídos, apresentam práticas centralizadas a reproduzirem o modelo de gestão de empresas mercantis, em geral, incompatível com a prática da autogestão. Outros apresentam dificuldades no processo de triagem do material reciclável, comprometendo o valor dos produtos, o que impossibilita a melhoria da produtividade e, conseqüentemente, maior rentabilidade aos trabalhadores.

Soma-se a essas dificuldades a dependência de um mercado monopolizado por intermediários a manipular, de modo aviltante, os preços dos materiais recicláveis. A realidade desse comércio no estado de Goiás, entre os catadores e as empresas de reciclagem, passa pela mediação dos atravessadores, chamados de sucateiros. Estes recebem o material das cooperativas ou de catadores individuais, pesam e estabelecem o preço dos produtos. Geralmente revendem esse material para indústrias de reciclagem de outros estados por preço diferenciado, o qual chega a superar 150% do preço pago às cooperativas locais.

De acordo com o coordenador a Incubadora, o projeto de incubação social da UFG visa solucionar problemas como:

- Falta de conhecimentos sobre o Cooperativismo e Economia Solidária;
- Falta de capacitação para a organização do trabalho cooperativo e solidário;
- Falta de capacitação para gestão de cooperativas (dinâmica do processo decisório);
- Baixo nível de valorização pessoal, de valorização do trabalho e de reconhecimento como classe de trabalhadores;
- Falta de conhecimentos sobre direitos sociais individuais e coletivos e de exercício da cidadania;
- Grande número de trabalhadores (catadores) na atividade que precisam incorporar às cooperativas como forma de incluí-los social e economicamente;
- Dependência dos catadores, não cooperados, dos depósitos particulares de material reciclável, que adquirem a produção diária a preços irrisórios;
- Falta de estrutura das unidades produtivas das cooperativas para a coleta, seleção e armazenamento;
- Falta de escolaridade dos cooperados, que dificulta os trabalhos administrativos dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

É objetivo da incubadora social, através do projeto de incubação é favorecer a construção do conhecimento por meio do exercício de práticas e da valorização das experiências e saberes existentes, como meio de promover o pensamento, o planejamento e o

desenvolvimento de estratégias na busca de soluções para os problemas internos e externos dos empreendimentos, de forma lúdica e interativa.

Através de uma iniciativa do Estado de Goiás juntamente com a intermediação da incubadora social da UFG, foi criada em 2014 a Cooperativa Central das Cooperativas de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis “Unidos somos mais forte”, intitulada de Rede Uniforte. Rede esta que reúne cerca de 100 (cem) catadores que juntos colaboram para um único objetivo que é o princípio de colaboração mútua, elevando a produção e maior rendimento dos catadores de materiais recicláveis de Goiânia e Região metropolitana. Este movimento conta com cinco cooperativas filiadas que fazem parte do programa de incubação social e de acordo com Fernando Bartholo<sup>20</sup>, atual coordenador da incubadora, é um marco histórico de efetivação de parceria e força para promoção da melhoria e qualidade de vida dos cooperados participantes. A iniciativa compreende a análise como princípio educativo e também a qualificação para produção de novos saberes, fortalecimento da cultura e identidade do grupo.

Os catadores e as cooperativas de materiais recicláveis desempenham um importante papel na comunidade e colaboram para a mudança de hábitos da mesma, o que chama atenção para a responsabilidade de cada cidadão quanto ao lixo por ele gerado. Soto (2011) argumenta que o trabalho dos catadores deve ser valorizado por sua *dimensão social* – inclusão social - na *dimensão ambiental* – contribuem para a preservação de recursos naturais, água, matérias primas etc. - e *dimensão econômica* – através da movimentação da indústria de reciclagem.

É neste sentido que a atuação em rede das cooperativas, ou seja, as redes de colaboração solidária ampliam essas dimensões através do poder de barganha e contato direto com a indústria. Além de gerar emprego, contribuem para gestão de resíduos sólidos do município onde estão inseridos e promovem o desenvolvimento local.

Na Rede, os laços são de cooperação e solidariedade, onde estabelecem uma nova dinâmica de organização no contexto da produção e da comercialização. Essa perspectiva é considerada uma experiência inovadora pelos processos de construção de novos paradigmas e pelos resultados que proporciona.

---

<sup>20</sup>Coordenador da Incubadora social da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<https://www.ufg.br/n/64111-incubadora-social-impulsiona-criacao-de-uma-rede-de-cooperativas>>. Acesso em 10 jan 2015.

### 3.1 PROJETO DE INCUBAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

A proposta de ação da incubadora social consiste em cinco etapas, onde a duração é ajustada às necessidades e peculiaridades de cada grupo empreendedor, sendo:

*1 Etapa - Identificar, sensibilizar, diagnosticar e elaborar plano de ação;*

- Identificação e cadastramento dos catadores de materiais recicláveis a serem beneficiados pelo projeto.
- Reuniões preparatórias com os grupos de catadores para compreensão dos objetivos e procedimentos do projeto.
- Diagnóstico de potencialidades socioeconômicas de organização de catadores e de investimentos necessários à viabilização das iniciativas.
- Elaboração de um Plano de Ação para os municípios e empreendimentos EES dos catadores envolvendo aspectos de Análise de Mercado, Plano de Marketing, Plano Operacional, Plano Financeiro e, Atividades e qualificações.

*1 Etapa - Formar, Incubar e prestar Assessoria Técnica para catadores;*

***Formação em Economia Solidária***

- Oficinas de formação para equipe de formadores participante do projeto.
- Oficinas de formação para equipe de formadores locais participante do projeto em Economia Solidária, histórico do movimento social e suas estratégias para inserção na cadeia produtiva da reciclagem. Processo de incubação.
- Oficinas formação prático-pedagógicas para os *membros dos EES* para compreensão dos princípios da Economia Solidária e da prática da autogestão. Compreensão e fixação do histórico da atividade e movimento social dos catadores e suas estratégias para inserção na cadeia produtiva da reciclagem. Conceitos e estruturação de redes de cooperação.

- Oficinas de formação prático-pedagógicas para os *membros dos EES* para promover a compreensão dos aspectos conceituais para operacionalização do processamento em rede de materiais recicláveis sob ponto de vista de uma organização autogestionária. As várias cadeias produtivas da reciclagem.
- Oficinas de formação prático-pedagógicas para os *membros dos EES* para promover a compreensão dos instrumentos de gestão para operacionalização do processamento em rede de materiais recicláveis sob ponto de vista de uma organização autogestionária. Planejamento e a organização técnica e social do trabalho. Estratégias de coleta, processamento (padronização) e comercialização de materiais recicláveis.
- Oficinas de formação prático-pedagógicas para os *membros dos EES* sobre Educação Ambiental – EA. Boas práticas de separação e tratamento de material reciclável. Uso de EPI's e métodos de segurança e higiene no trabalho, e manipulação de substâncias tóxicas.
- Oficinas de formação prático-pedagógicas para os *membros dos EES* para a compreensão dos aspectos legais e de formalização dos EES. Legislação sobre programas de coleta seletiva e políticas de gestão de resíduos sólidos.

### ***Incubação***

- Oficinas de Práticas de Autogestão (OPA) para formação continuada dos membros dos EES para a autogestão e para a gestão administrativa. Elaboração de normas de funcionamento.
- Acompanhamento sistemático da prática de autogestão mediante visitas periódicas de avaliação do processo e prospecção de informações.
- Oficinas para construção de plano de negócio (planejamento estratégico) dos EES incubados.
- Oficinas de “Práticas Contábeis” para gestores (diretoria e conselho fiscal) das cooperativas incubadas.

- Oficinas de demonstração de resultados e prestação de contas para os associados dos EES incubados.
- Oficinas para fortalecimento das relações e identidade dos grupos (Gestão de Pessoas).
- Oficinas para formação de grupos, construção de estatutos e legalização dos empreendimentos.

### ***Assessoria Técnica***

- Assessoria e acompanhamento para legalização dos novos EES.
- Assessoria e acompanhamento das práticas operacionais (procedimentos e controles).
- Assessoria e acompanhamento de práticas autogestionárias
- Assessoria para desenvolvimento da identidade visual das cooperativas (criação de logomarcas, uniformes, etc).
- Assessoria para construção de programas e estratégias de marketing em captação de parcerias para os EES incubados.
- Assessoria e acompanhamento do tratamento de documentos contábeis.
- Assessoria para organização e execução da contabilidade e procedimentos fiscais dos EES incubados
- Assessoria e acompanhamento das “Práticas de Anotações” em Livro Caixa.
- Assessoria e acompanhamento das “Práticas bancárias”.
- Assessoria e acompanhamento para operação de controles digitais

## ***2 Etapa - Promover a estrutura e prover infraestrutura para 15 EES de catadores***

- Diagnóstico nos municípios que ainda não possuem programas de coleta de materiais recicláveis.
- Assessoramento para planejamento, implantação e desenvolvimento de programas de coleta seletiva nos municípios.

- Aquisição de máquinas e equipamentos para os EES incubados, implantados e legalizados.

*3 Etapa - Promover a articulação regional envolvendo municípios e organizações da sociedade civil para o fortalecimento das ações de reciclagem e inclusão dos catadores:*

- Formalização de termo de parceria com prefeituras, entidades públicas, e com segmentos da sociedade civil, para planejamento e implantação de coleta seletiva com inclusão socioeconômica de catadores em seus municípios.
- Formalização de termo de parceria com entidades públicas e privadas para divulgação e difusão dos objetivos do projeto nos municípios.

*4 Etapa - Avaliar e monitorar a implementação do projeto*

- Realização de dois (02) seminários para avaliação do projeto.
- Realização de um (02) seminário local nos municípios como atividade preparatória para o seminário de avaliação do projeto e apoio a eventos do MNCR-GO.
- Acompanhamento e monitoramento do projeto

Conforme apresentado e de acordo com a grande quantidade de atividades que a incubadora desenvolve, a coleta de dados para a pesquisa foi realizada com base na etapa 2: *Formar, Incubar e prestar Assessoria Técnica para catadores*, especificamente na parte de *incubação* que é o momento de maior acompanhamento da incubadora na cooperativa.

Neste estudo, por estarem enquadradas na mesma categoria de organização, optou-se por investigar duas cooperativas oficializadas recentemente como cooperativas, consideradas iniciantes no projeto de incubação social da Universidade Federal de Goiás na cidade de Goiânia, sendo: Cooperativa “CRECER” e Cooperativa “COOPERABEM”. Segue uma breve caracterização destes empreendimentos.

### **3.1.1 Cooperativa CRECER**

A cooperativa Crecer está localizada no Bairro Cerrado Três em Goiânia. É uma região de unidades habitacionais sorteadas pela Secretaria Municipal de Habitação que integra o Programa Minha Casa, minha Vida do Governo Federal.

A história da Crecer inicia-se com a Dona Maria Aparecida que já vivia em atividade de coleta de materiais recicláveis de forma individualizada com baixa capacidade de geração de renda. Após diversas conversas em 2014 e reuniões com amigos da região teve a idéia da formação de uma cooperativa, afim de, contribuir e oportunizar para as famílias do setor uma fonte de renda e melhoria na qualidade de vida.

Em 2015 através de contatos com ministério Público e ajuda do IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano - conseguiram alugar um barracão e oficializar o registro da cooperativa. Logo foram aparecendo interessados no trabalho cooperado.

Atualmente a cooperativa Crecer possui 14 cooperados no registro de membros, contudo, somente sete são fixos no local. Recebem materiais coletados pela COMURG e ainda não alcançou sua autonomia econômico-financeira, dependendo de subsídios de outras entidades para sua manutenção e de seus associados, pois estes não possuem capacidade de integralização de capital.

Faltam-lhe máquinas e equipamentos básicos para o processamento dos materiais que proporcionam maior qualidade aos produtos e, conseqüentemente, maior valor agregado. O exercício das práticas de autogestão, orientado pela Incubadora Social da UFG, tem contribuído para a superação de dificuldades no ambiente interno da cooperativa, mas as influências do ambiente externo como a falta de percepção e compreensão por estes agentes tornam prejudicado o desenvolvimento da cooperativa a curto e médio prazo.

### **3.1.2 Cooperativa COOPERABEM**

O grupo de catadores de material reciclável, denominado Cooperabem, surgiu em 2001, com a união de aproximadamente quarenta catadores de material reciclável moradores da Vila Ana Maria, Região do setor Campina. Na época, o grupo se uniu pela necessidade de gerar renda, visto as condições precárias de sobrevivência. Em meados do ano de 2004 se instalaram na Vila no papel, região do setor São José. Nesse local, onde permaneceram até 2009, mantiveram os primeiros contatos com o movimento nacional dos catadores de material reciclável e a prefeitura de Goiânia com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e cidadania. Com esse apoio, participaram do projeto Cataforte 1, executado pela Ongs Moradia

e Cidadania e se instalaram no residencial Buena Vista em 2010, onde receberam do município as casas e a indicação de uma área para ser construído o galpão de triagem.

Desde o início, a catação do material reciclável por parte do grupo ocorreu de forma individual nas ruas da cidade. Porém, a partir das participações em cursos e reuniões com outros grupos de cooperativas e secretarias da prefeitura perceberam a possibilidade de organização em cooperativa e ingresso no Programa Goiânia Coleta Seletiva.

Atualmente, o grupo é composto por 14 pessoas, na sua maioria, mulheres, mães, com baixa condição de acesso ao mercado formal. Se organizam na luta pela sobrevivência de suas famílias por melhores condições de trabalho.

## 4 METODOLOGIA

O caminho metodológico de pesquisa deve ser “um caminho eficaz que conduza ao fim que se pretende atingir, livrando o pesquisador do perigo de se perder antes de o ter alcançado” (RUDIO, 1986, p. 45).

Neste sentido, é preciso se ter um guia de ações com as principais ideias, percursos e uma estrutura de investigação para a solução de um problema e que, principalmente, seja flexível para tratar o método como um caminho que se faz enquanto se caminha, ou seja, no processo de produção do conhecimento, como menciona Morin (1998).

A pesquisa envolve grande variedade de materiais empíricos, mas, obviamente não será possível captar todo universo, portanto, os fatores pesquisados serão as interações para a produção do conhecimento advindos das relações de “diálogo”, nas trocas de saberes e embate entre os conhecimentos de natureza científica e os conhecimentos não científicos.

A proposta de ação da incubadora social consiste em cinco etapas conforme apresentado na contextualização da pesquisa. Sendo assim, a coleta de dados foi realizada com base em algumas ações descritas somente na etapa 2: *Formar, Incubar e prestar Assessoria Técnica para catadores* do projeto da incubadora social, especificamente na fase de *incubação*. Os momentos de interações observados foram:

- Acompanhamento sistemático da prática de autogestão mediante visitas periódicas de avaliação do processo e prospecção de informações;
- Oficinas para fortalecimento das relações e identidade dos grupos (Gestão de Pessoas).

### 4.1 PÚBLICO ALVO

A pesquisa foi realizada em duas cooperativas já institucionalizadas que fazem parte do projeto de incubação social da Universidade Federal de Goiás na cidade de Goiânia, sendo: Cooperativa “CRECER” e Cooperativa “COOPERABEM”.

As interações a serem pesquisadas neste estudo acontecem entre três agentes: equipe gestora da incubadora social, docentes e discentes da Universidade e cooperados dos empreendimentos.

Portanto serão analisados:

| Equipes                              | Interação | Equipes                              |
|--------------------------------------|-----------|--------------------------------------|
| Equipe gestora da incubadora social  | ↔         | Cooperados dos empreendimentos       |
| Equipe gestora da incubadora social  | ↔         | Docentes e discentes da universidade |
| Docentes e discentes da universidade | ↔         | Cooperados dos empreendimentos       |

#### *Equipe gestora da incubadora social:*

- A participação da equipe nas cooperativas como orientadora no processo de produção do conhecimento.

#### *Docentes e discentes*

- A participação dos docentes e discentes na incubadora para a realização de pesquisa.
- A participação dos docentes e discentes na incubadora para a realização de extensão

#### *Cooperados associados aos empreendimentos*

- Compreender a apropriação dos cooperados diante da atuação da equipe gestora da incubadora e dos docentes e discentes

## 4.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Em termos de abordagem, a pesquisa enquadra-se na categoria qualitativa, que de acordo com Souza *et al* (2012) é a abordagem que utiliza a subjetividade e não pode ser traduzida em números, ou seja, é um método que ajuda a compreender o objeto de estudo e também construí-lo a partir de novos aspectos e novas perspectivas que não é possível caso se opte por um recorte quantitativo/numérico. O ideal para as pesquisas qualitativas é que os dados sejam coletados *in locus*, no local de origem.

De acordo com os objetivos da pesquisa, o método utilizado foi o descritivo – exploratório. A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre as variáveis. É a pesquisa que possui como característica a utilização de técnicas de coleta, como questionário e observação sistemática. Também pode servir para proporcionar uma nova visão do problema, aproximando-se das pesquisas exploratórias (DIEHL; TATIM, 2004).

A pesquisa exploratória possibilita maior proximidade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. São pesquisas que envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão (DIEHL; TATIM, 2004).

#### 4.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Dentre as diferentes possibilidades ofertadas pela abordagem qualitativa, a presente pesquisa assumiu o formato de observação participante.

O pesquisador através de sua circulação e observação no campo faz a descrição e a interpretação do significado de determinados eventos - sonda os significados. A observação participante facilita a coleta de dados e é considerada “o ato de perceber as atividades e os inter-relacionamentos das pessoas no cenário de campo através dos cinco sentidos do pesquisador” (AGROSINO, 2009, p. 56).

Por isso, “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade”, ou seja, o pesquisador tem contato direto com o fenômeno estudado para obter informações da realidade dos sujeitos, seus contextos e sua cultura (MARCONI, LAKATOS, 2007, p. 196).

Segundo Peruzzo (2008), consiste na “inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada” (PERUZZO, 2008, p.125).

É oportuno salientar que há uma pequena confusão em relação à pesquisa etnográfica e a observação participante. Peruzzo (2008, p. 133) afirma que toda pesquisa etnográfica pressupõem a observação participante, mas nem toda observação participante é etnográfica. A mesma autora ainda declara que na observação participante o pesquisador se insere no grupo pesquisado, participando de todas as suas atividades, seja em maior ou menor intensidade, mas que não se deixa passar por membro do grupo. O pesquisador é autônomo e não há interferências do grupo ou qualquer elemento do ambiente de pesquisa. O grupo pode ter ou não o conhecimento do que está sendo investigado.

Foram utilizadas Entrevistas Informais, que podem ser vistas como conversações casuais, úteis para [...] “verificar o que as pessoas sabem, pensam, creem, aspiram e temem”, identificando assim, valores compartilhados no grupo pesquisado (GIL, 2010, p.130).

Também foram aplicadas como instrumento de coleta Entrevistas semi-estruturadas. Estas entrevistas são orientadas por um roteiro ou "guia de temas" que serve como linha-mestra para nortear as perguntas do entrevistador. Logo, não há pré-formulações e nem uma

ordem dos temas preestabelecidos, o que permite aos entrevistados flexibilidade em suas respostas (RICHARDSON, 1999. p.210).

Para um melhor entendimento do campo em estudo a *Revisão bibliográfica* foi realizada ao longo de todas as etapas da pesquisa. A *Pesquisa documental* guiou a análise dos documentos relacionados à história e a trajetória dos grupos incubados e alguns aspectos da incubadora social, como a gestão dos projetos incubados e metodologia de incubação.

Segundo Moreira (2008), a análise documental compreende a identificação, verificação e apreciação de documentos e pode ser utilizada como método quando pressupõe o ângulo escolhido com base de uma investigação e, como técnica, porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário.

Seguem abaixo os instrumentos que foram utilizados para coletar as informações baseado nos objetivos específicos de forma detalhada.

#### 4.3.1 Observação participante

O mapeamento das ações estabelecidas nas cooperativas foi feito perante observações e anotações em um diário de campo que, segundo Peruzzo (2008) funciona como um registro descritivo de tudo o que o pesquisador presenciar no campo em estudo.

Aspectos observados nas cooperativas nestes encontros foram:

- Processo de gestão dos empreendimentos;
- Interações entre os membros cooperados e equipe de incubação;
- Diálogo estabelecido entre ambos;
- Resolução de conflitos;
- As problematizações e o processo de aprendizagem;
- Processo decisório;
- Significação e ressignificação dos cooperados sobre o novo modo organizacional autogestionário e cooperativo de trabalho.

#### 4.3.2 Entrevistas informais e semi-estruturadas

| ENTREVISTAS | TOTAL DO GRUPO | TOTAL ENTREVISTADO |
|-------------|----------------|--------------------|
| Creceer     | 14             | 7                  |
| Cooperabem  | 14             | 3                  |
| Incubadora  | 45             | 5                  |

- As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas em reuniões pré-agendadas com os membros das cooperativas.
- Os temas estabelecidos para as entrevistas foram: processo decisório, confiança, cooperação, gestão organizacional, autoconfiança e identidade.
- Equipes entrevistadas da incubadora: contabilidade, comunicação, autogestão, assistência social e coordenador geral da incubadora. Temas estabelecidos para as entrevistas: interação entre os saberes, dificuldades nas orientações e resistências dos cooperados, o orientador e seu processo de transformação, interação entre as diversas áreas de conhecimento (docentes e discentes)
- As entrevistas foram todas gravadas para aproveitar melhor o conteúdo no momento das análises e evitar perdas de informações. A transcrição foi feita pela própria pesquisadora do estudo.
- As entrevistas informais foram feitas desde o início das observações no campo. Foram dirigidas de forma informal aos cooperados e aos técnicos da incubadora. Através destas, foi possível a compreensão melhor do campo em estudo e de detalhes que não foram possíveis ser captados em outras ações. Não existiu uma ordem de temas pré-estabelecidos.
- Após coleta do material, as informações foram separadas em categorias seguindo cada objetivo específico. A análise foi realizada conforme as observações do pesquisador e as teorias apresentadas no referencial teórico conceitual da pesquisa.

#### **4.3.3 Pesquisa documental**

A pesquisa documental complementou as outras formas de obtenção de dados já mencionadas. Esta etapa, realizada durante todo o ano de 2015, possibilitou a compreensão do projeto de incubação social da Universidade, as ações desenvolvidas e recursos informacionais utilizados para as ações.

As fontes de coleta para a pesquisa foram:

- Documentos relacionados ao Projeto de incubação da Incubadora Social;
- Documentos relacionados ao perfil econômico e social dos cooperados;
- Relatórios de visitas técnicas da equipe gestora;
- Análise da transcrição do material coletado nas entrevistas com os cooperados e equipe gestora da incubadora.

#### **4.3.4 Limitações na coleta de dados**

As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas em local reservado, contudo, alguns cooperados se sentiram inibidos com a utilização do gravador. Foram utilizadas algumas estratégias para facilitar a coleta das informações, porém, em alguns momentos não foi possível captar respostas claras, o que dificultou a análise posterior dos dados. Com a equipe gestora da incubadora, as entrevistas foram realizadas na Universidade.

Tinha-se uma estimativa de que seriam entrevistados 28 cooperados, que representa a totalidade de amostra dos dois empreendimentos e um representante de cada área da incubadora social, entretanto, devido à falta de disponibilidade dos mesmos, não foi possível entrevistar todo o universo que era previsto.

Em muitos momentos durante as entrevistas surgiam algumas respostas inconsistentes e que se contradiziam com algumas observações feitas no local. Estas informações inseguras dificultaram o processo de análise não sendo possível captar todo universo de algumas categorias levantadas.

Durante a realização desta pesquisa não houve participação de docentes e discentes para interação com a incubadora e com os empreendimentos incubados (extensão/pesquisa), não sendo possível essa análise como um elemento que deveria ser observado no estudo.

Segue um quadro explicativo para melhor visualização dos objetivos para pesquisa e os instrumentos utilizados.

**Quadro 9:** Instrumentos de coleta de dados relacionados com os objetivos específicos

| <b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>                                                                                                                                                     | <b>HIPÓTESES</b>                                                                                                                                                                                        | <b>INSTRUMENTOS DE COLETA</b>                                                                 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| Caracterizar os empreendimentos sociais incubados;                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                         | Observação participante<br>Pesquisa documental<br>Entrevistas informais e semi-estruturadas;  |
| Analisar a interação dos cooperados com a equipe gestora do programa de incubação, assim como os docentes e discentes da Universidade no processo de construção do conhecimento; | No processo de interação há duas realidades e linguagens culturais diferentes que podem causar “antidialogicidade” e conseqüentemente a dificuldade no estabelecimento dos vínculos, o choque cultural; | Observação participante<br>Pesquisa documental<br>Entrevistas informais e semi-estruturadas ; |
| Compreender a apropriação dos cooperados na interação com a equipe da incubadora no processo de produção do conhecimento.                                                        | Os cooperados possuem múltiplas mediações particulares e são agentes de significação no processo de comunicação para que haja a produção do conhecimento.                                               | Observação participante<br>Entrevistas informais e semi-estruturadas<br>Pesquisa documental.  |

Fonte: a autora

As observações foram realizadas durante o segundo semestre do ano de 2015 e primeiro semestre de 2016.

## 5 DADOS COLETADOS E ANÁLISE SEGUNDO OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Segue a análise dos dados coletados de acordo com cada objetivo específico.

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS POPULARES DE AUTOGESTÃO INCUBADOS

Primeiro objetivo específico:

*Caracterizar os empreendimentos sociais incubados*

Neste primeiro momento será apresentada a caracterização dos empreendimentos incubados como:

- Perfil socioeconômico dos cooperados
- Características de instalações
- Conhecimento das necessidades dos grupos.

As duas cooperativas encontram-se em momentos bem parecidos em sua formação. São iniciantes no processo de incubação e passam por dificuldades iniciais “comuns” a todo processo de inserção da prática de autogestão e modo de trabalho cooperativo.

#### 5.1.1 Cooperativa de reciclagem do cerrado: CRECER

**Tabela 1** - Quadro de funcionários Crecer

| INÍCIO DE FUNCIONAMENTO: Janeiro 2015 |                                  |
|---------------------------------------|----------------------------------|
| Quadro total de membros               | Membros que atualmente trabalham |
| 14 cooperados                         | 7 cooperados                     |

Fonte: a autora, 2016.

**Tabela 2** - Perfil dos membros Crecer

| Gênero                                             | Alfabetizados            | Idade                                    | Filhos   | Escolaridade                                             | Estado Civil |
|----------------------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------|----------|----------------------------------------------------------|--------------|
| Homens: 2                                          | Sim: 6                   | Entre 26 e 68 anos                       | De 2 á 5 | Ensino Fundamental<br>1 cooperada concluiu ensino médio. | Solteiros    |
| Mulheres: 5                                        | Não: 1                   |                                          |          |                                                          |              |
| Habitação                                          | Principal fonte de renda | Beneficiários de programas assistenciais |          |                                                          |              |
| Próprias (casas do Programa minha casa minha vida) | Cooperativa              | Bolsa família<br>Aposentadoria           |          |                                                          |              |

Fonte: a autora, 2016.

A hierarquia da cooperativa é formada por: Presidente, Vice- presidente, Tesoureira, segundo Tesoureiro e Secretária. Além destes que constam em Ata registrada, também possuem a figura do Administrador e Fiscal. Possuem estatuto registrado em cartório, CNPJ, um livro caixa com controle financeiro de vendas, folha de ponto para assinatura e controle de dias e horários trabalhados na cooperativa.

Parte dos integrantes adquiriram experiência em trabalho com recicláveis na própria cooperativa, na prática diária do desenvolvimento do trabalho e com auxílio da Incubadora social da UFG. As reuniões são realizadas toda semana com a incubadora social e a presença do IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano - Fundo socioambiental da Caixa (FSA) – responsável pela implementação do projeto “Jardim do Cerrado: da casa ao território” que possui como objetivo auxiliar o Território Jardim do Cerrado, onde a cooperativa está inserida. Visa colaborar com a organização social e cultural, com a organização e melhoria dos empreendimentos econômicos e contribuir com a integração de políticas públicas municipais, estaduais e federais proporcionando qualidade de vida e a construção participativa do território pela comunidade.

A principal forma de divulgação da cooperativa é a educação ambiental realizada no setor. São feitas parcerias com condomínios e mercados para o recolhimento do material, mas infelizmente esta não é uma ação tão efetiva. A comunidade ainda não separa os rejeitos dos recicláveis, o que dificulta o trabalho do catador. A cooperativa também faz parte da Rede Uniforte<sup>21</sup>, além de receber dois caminhões do Programa Coleta Seletiva de Goiânia.

No início da formação da cooperativa, o grupo ainda encontrava-se tímido, poucos conversavam ou davam suas opiniões. Hoje, após meses de trabalho juntamente com a equipe gestora da incubadora, é possível perceber que muitos já conseguem articular suas opiniões e se dedicam para melhorar como grupo.

A maioria dos cooperados não exerciam as atividades de catadores informais, mas encontravam-se excluídos do mercado de trabalho.

---

<sup>21</sup>Informações sobre a Rede Uniforte na página 75 desta pesquisa.

**Figura 5 – Catadores da Cooperativa Crecer**

Foto: Geisa Müller, 2015.

**Figura 6 – Catadores em discussão**

Foto: Geisa Müller, 2015.

Enfrentam problemas iniciais como financeiros e de gestão organizacional. O grupo ficou oito meses pagando em média de um mil e quinhentos reais (1,500.00) por mês para o aluguel do galpão sem receber nenhuma remuneração e poucos caminhões do Programa Coleta Seletiva da Prefeitura de Goiânia. No mês de dezembro de 2015 conseguiram a locação de um espaço menor e com aluguel mais baixo. Esta mudança é considerada uma conquista para os cooperados. Já conseguem guardar fundos para a própria cooperativa e realizam a distribuição de renda.

O empreendimento não possui instrumentos próprios para o desenvolvimento do trabalho, como prensa, entre outros e, uniformes e equipamentos de proteção individual.

### 5.1.2 Cooperativa COOPERABEM

**Tabela 3** – Quadro de funcionários Cooperabem

| INÍCIO DE FUNCIONAMENTO: Fevereiro 2015 |                                  |
|-----------------------------------------|----------------------------------|
| Quadro total de membros                 | Membros que atualmente trabalham |
| 14 cooperados                           | 3 cooperados                     |

Fonte: a autora, 2016.

**Tabela 4** – Perfil dos membros Cooperabem

| Gênero                                             | Alfabetizados            | Idade                                    | Filhos   | Escolaridade       | Estado Civil |
|----------------------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------|----------|--------------------|--------------|
| Mulheres: 3                                        | Sim: 2                   | Entre 27 e 50 anos                       | De 2 á 3 | Ensino Fundamental | Solteiras    |
|                                                    | Não: 1                   |                                          |          |                    |              |
| Habitação                                          | Principal fonte de renda | Beneficiários de programas assistenciais |          |                    |              |
| Próprias (casas do Programa minha casa minha vida) | Cooperativa              | Bolsa família                            |          |                    |              |

Fonte: a autora, 2016.

A hierarquia da cooperativa é formada por: Presidente e vice Presidente, o restante consta somente em estatuto, contudo não comparecem a cooperativa. Possuem estatuto registrado em cartório, CNPJ, um livro com controle financeiro de vendas, folha de ponto para assinatura e controle de dias e horários trabalhados na cooperativa.

A maioria do grupo possui experiência com reciclável e antes de se organizarem em cooperativa já trabalhavam como catadores informais nas ruas da cidade.

A situação atual da cooperativa impede que consigam gerir o empreendimento devido a alta rotatividade de seus integrantes. Essa alta rotatividade, causada pela falta de motivação e renda, não os deixam construir sua autonomia dependendo de auxílios constantes da Incubadora social e Comurg – Coleta Seletiva. Além disso, não há divisão clara de tarefas nos processos internos, o que acarreta a sobrecarga de atividades da presidente.

A cooperativa encontra-se instalada em galpão alugado. Contudo, estão com aluguel em atraso há alguns meses, o que causa uma grande desmotivação e conseqüentemente a rotatividade dos cooperados. Grande parte dos cooperados já trabalhavam como catadores. Apesar de possuírem vínculos anteriores, a alta rotatividade é uma característica frequente presente.

Atualmente buscam outro espaço para mudança e melhor perspectiva de renda. O empreendimento não possui instrumentos próprios para o desenvolvimento do trabalho, como

prensa, entre outros e equipamentos de proteção individual. Devido a questões culturais não gostam de utilizar uniforme.

**Figura 7** – Cooperativa Cooperabem



Foto: Geisa Müller, 2015

## 5.2 O PROCESSO DE INTERAÇÃO

Seguem abaixo, conforme os dados obtidos na pesquisa, a análise das interações estabelecidas entre equipe gestora da incubadora social com os cooperados, com os docentes e discentes da UFG e, para complementação, com os agentes externos para fomento.

### 5.2.1 Interação dos cooperados com a equipe gestora do programa de incubação

Segundo objetivo específico:

*Analisar a interação dos cooperados com a equipe gestora do programa de incubação, assim como os docentes e discentes da Universidade no processo de construção do conhecimento.*

As questões que nortearam a busca pelas possíveis respostas deste objetivo específico foram:

- Existem estratégias dialógicas formalizadas para a interação entre incubadora social e cooperados?

- Como é a participação da equipe gestora da incubadora no processo de produção do conhecimento? Há modificação e reconstrução dos conhecimentos?
- Há interação entre os saberes?
- Quais as dificuldades da equipe de incubação na orientação aos cooperados? Há resistências?
- Como é a interação da incubadora com os docentes e discentes? Há interação com os cooperados?
- Existe participação do governo como agente externo para efetivação de contratos e fomento?

#### 5.2.1.1 Estratégias dialógicas formalizadas para as interações

As estratégias dialógicas por meio da metodologia de incubação da Incubadora Social da UFG são centradas na oralidade e exploração de imagens construídas a partir das discussões, percepções e conclusões dos temas propostos. São realizadas algumas oficinas onde são promovidas atividades pedagógicas que se baseiam em discussões, análises, críticas e a busca de soluções de forma democrática para os problemas coletivos. Acontecem de forma formal e informal e quando há necessidade, são utilizados recursos informacionais para facilitar o entendimento dos cooperados.

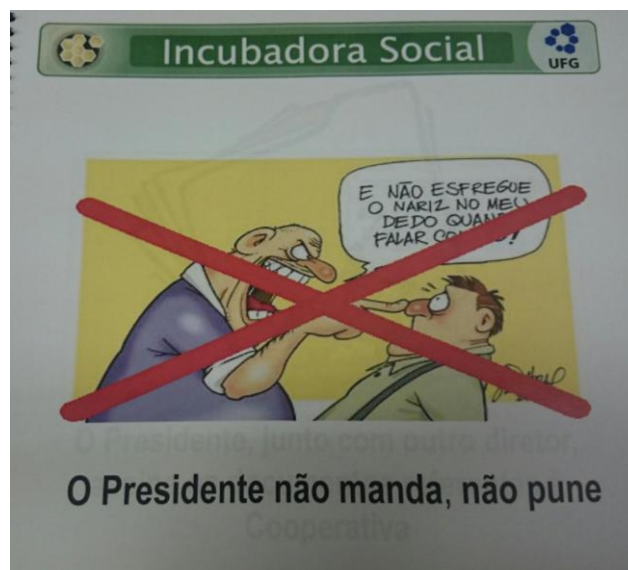
Os recursos informacionais utilizados para as ações, normalmente são apresentados por meio de dinâmicas ou exposição de imagens, cartilhas, vídeos ou outros recursos visuais. Desde a sua implantação, a incubadora social já utilizou diversas metodologias, umas obtiveram sucesso, outras não. É assim que, por meio de experiências e tentativas, a incubadora caminha para a construção contínua de métodos com os cooperados.

**Figura 8** – Construindo a identidade visual da cooperativa



Foto: Geisa Müller, 2015.

**Figura 9** – Cartilha, Curso para Gestão de Cooperativas



Fonte: Incubadora Social UFG, 2012

Baseia-se em um percurso lento, onde as informações são introduzidas aos poucos e os cooperados por meio da prática compreendem a análise e a reflexão como princípio educativo e a qualificação como processo de experimentação. São ações que possibilitam a produção de novos saberes, o fortalecimento da cultura e identidade do grupo e a atividade produtiva. As práticas facilitam à construção de conhecimentos, a melhoria das relações internas, a conscientização de sua realidade e do trabalho.

Todos os temas são trabalhados inicialmente por meio de apresentação de situações problemas, identificadas e vivenciadas pelos próprios membros do grupo, ou pela

apresentação de temas e dinâmicas relevantes ao seu trabalho e demais interesses do empreendimento. Trata-se do exercício prático enquanto processo de problematização para despertar consciência crítica da realidade do cooperado.

Usa-se a técnica “torvelino”, ou seja, “tempestade de idéias”. O grupo toma a formação circular a qual representa a igualdade entre todos os participantes. Cada um tem seu tempo definido para análise do problema em discussão, assim como para propor a solução.

Esta forma circular de se reunir é utilizada em todas as abordagens das equipes de formação e incubação, porém cada equipe se desdobra de acordo com as necessidades de cada plano de trabalho e conforme os cronogramas elaborados. Nas ações analisadas, foi esta a formatação identificada.

O momento da roda juntamente com a universidade faz com que os cooperados sintam-se mais a vontade em expor as dificuldades diárias. É o espaço em que eles aproveitam a presença da incubadora para resolver questões que não foram possíveis de resolverem sozinhos, momento de ideias, conversas e discussões para que se possa chegar a uma análise crítica. Normalmente para as resoluções dos conflitos os cooperados esperam a visita da incubadora, que em sua maioria são agendadas.

O processo decisório também acontece mediante assembléia geral e votação. Seguindo a linha metodológica de incubação as decisões passam pela forma lúdica das práticas com o título: Combinou, ta combinado!.

A “combinação” refere-se à construção de normas de constituição e funcionamento do empreendimento, passando pela aprovação de todos os cooperados. A solução ao ser votada e carimbada passa a ser a “combinação” do grupo.

#### 5.2.1.2 A participação da equipe gestora da incubadora no processo de construção de conhecimento

Em resposta a este item, segue conforme análise das entrevistas, a compreensão da participação da equipe da incubadora social no processo de produção do conhecimento. Em outras palavras, as observações da equipe gestora enquanto parte da dinâmica de produção do conhecimento no processo de incubação. Os entrevistados receberam um nome sequencial de Orientador A, B, C, D e E.

#### 5.2.1.2.1 A metodologia de incubação social para a construção do conhecimento como um processo criativo

A incubação nos empreendimentos autogestionários é um processo que, mediante o diálogo exige uma atitude criativa por parte do orientador. Esta atitude criativa é que constrói a trajetória a ser desenvolvida através de imprevistos e experimentações quanto aos resultados que se pretendem alcançar. É o que promove a construção do referencial metodológico da incubadora.

Constitui um percurso onde há modificação da teoria e dos conceitos como um caminho a ser construído no próprio processo de construção do conhecimento. Portanto, neste item, serão apresentadas algumas afirmações das modificações e reconstruções do conhecimento no percurso.

Morin (1998) argumenta que o método para o processo de produção do conhecimento é um caminho que se faz enquanto se caminha. Logo, nos empreendimentos há uma “previsão” no teórico, mas sua aplicação é imprevisível. É a construção do conhecimento por meio da observação da realidade concreta e vivida dos grupos e uma constante reflexão do conhecimento teórico para modificá-lo.

Nas cooperativas Cooperabem e Crecer os orientadores não se apresentam com um conhecimento “acabado”, “pronto”. Apesar de se ter uma direção (guia), não há possibilidade de prever os caminhos que serão percorridos para a construção conjunta do conhecimento. Normalmente são sujeitos marginalizados e em situação de exclusão socioeconômica e por isso não existe uma fórmula. O conhecimento é introduzido aos poucos e adquire caráter único, é gerado nas vivências, nas interações e há sempre a necessidade de constantes adequações e modificações. Este processo representa um modo de construção criativa onde a realidade molda a atuação dos orientadores.

*“A gente jamais vai a uma cooperativa levando algo pronto. Sem consultar e perceber sutilmente. É por isso que a gente faz o acompanhamento” (Orientador A).*

*“Eu acho que a teoria é um pouco da extensão da prática. Com a teoria nós conseguimos melhorar um pouco mais a nossa prática e trazer pra realidade uma forma de agir e atuar diferente” (Orientador B).*

*“O conhecimento teórico e prático passa por adaptação. Sempre muda, constantemente. Não existe uma fórmula pronta, é a realidade que molda nossa atuação e a teoria” (Orientador D).*

Ao perguntar se houve mudanças na maneira de entender a relação entre o conhecimento teórico e prático por meio de sua atuação, além da grande transformação pessoal, verificou-se que alguns orientadores reafirmaram a necessidade de adaptar os conceitos teóricos por meio do diálogo com os cooperados.

*“Bastante. Eu acho que a maior conquista pessoal é ter convivido, ter passado por academia e hoje profissional, entendendo totalmente esse processo: qual a necessidade da universidade, qual a necessidade da comunidade e qual a necessidade da relação dos dois. A universidade precisa sair e dialogar sim com a comunidade, porque no sair a gente se constrói, aprende, volta para refletir, pensa sobre, volta pra comunidade e vê se é aquilo de fato ou não. Só no campo teórico a gente floreia muito, viaja muito e pensa muito pouco sobre o outro. Mas será que o outro vive de fato aquilo que vemos no teórico? As realidades são distintas, só o catador sabe o que é ser catador. Com meu processo histórico não há como falar como é a vida de um catador” (Orientador C).*

*“A gente entra na universidade para estudar e conhecer e percebe que o conhecimento está do lado de fora. Quando a gente vai lidar com público que é mais experiente do que você. Muitas vezes, você vai em uma cooperativa e as pessoas mais velhas acabam te dando lições nas quais você precisa respeitar e abandonar os conhecimentos que você adquiriu na universidade porque ela está dentro da realidade. Quando a gente vai trabalhar o campo da realidade tem que aproveitar quem está ali, quem está trabalhando. Então isso pra mim foi algo transformador. Existe um ditado que fala que a gente aprende com os erros. O que a gente aprende na universidade não serve para muita coisa, é um aprendizado que serve para o ego. Agora quando a gente vai para a prática, aí você se remete a algo da teoria. É uma via contrária. Na filosofia isso é chamado de via contrária. A ciência é baseada na experimentação, na teoria e prática. Gosto muito do autor Bachelard. Ele faz ao contrário, ele fala das rupturas e dos erros e a partir dos erros que você caminha. E isso de forma sutil a gente procura usar no acesso aos cooperados. Não falando em epistemologia, mas de forma a aceitar a condição do erro e tentando trabalhar a partir dessa vivência real” (Orientador A).*

As afirmações evidenciam a complexidade desta relação: teoria e prática e de uma possível crise da teoria. Pode-se dizer que é um processo desafiador e demanda tempo devido à especificidade do público que a incubadora atende. Mas, por sua vez, a prática ganha uma nova significação ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria, diz Freire (2013).

*“É um exercício. A teoria é uma questão de ideal. Agora realizamos um exercício inicial que envolve alguns princípios básicos que é: olho no olho, palavra dada a*

*cada cooperado, uma Roda. Isso faz com que eles exercitem a autogestão. Então por meio das dificuldades que acontecem na roda que eles vão se apropriando do conceito de autogestão, mais não é baseado na teoria não. Esses dias um cooperado falou pra mim “Essa tal de democracia é ruim demais, atrapalha tudo”. Então eu captei que era burocracia e não democracia. Então se você for falar de democracia direta dentro da cooperativa eles vão dar um pulo” (Orientador A).*

Esta justificativa destaca a necessidade de os conceitos abstratos ou termos mais técnicos serem traduzidos na linguagem dos cooperados. É um meio que facilita a absorção e a comunicação entre ambos. Os trabalhadores serão capazes de compreender a linguagem se a mesma estiver representada em sua vivência, ou quando há o interesse e dúvida sobre o conceito levantado. A linguagem precisa ser simples e esta é uma das razões que exige atitude criativa pelo orientador. Além disso, é difícil falar em cooperação e desenvolver a prática conforme os conceitos teóricos do cooperativismo ou da autogestão quando as pessoas lutam para sobreviver somente com básico. Em situações como esta, é latente a presença de individualismo, competição e de desistência do cooperado.

*“Olha, depende muito do grupo, da cooperativa. A cooperabem é um grupo de catadores, o pessoal já trabalhava nessa atividade há mais de vinte anos de forma individualizada, tinham uma renda razoável em relação ao que eles têm hoje trabalhando em cooperativa. Fica muito difícil falar em cooperação quando você não consegue nem suprir suas necessidades básicas. E as pessoas que tem essa cooperação, são aquelas que acreditaram e correm atrás para a formação da cooperativa. As demais ficam esperando. Então como vou falar de cooperação, de ajuda mútua se a renda não é suficiente. Agora a crescer é um pouco diferente, o grupo já estava sem trabalho antes. O poder público, as políticas públicas para catador às vezes não atinge as pessoas que estão lá na base. Aqui em Goiânia é muito fraco. O catador presta um serviço de graça pra sociedade e fica só a marginalidade e discriminação. Quando ele não vê saída ele desiste. É por isso que a rotatividade do catador na cooperativa é grande” (Orientador B).*

Os dados mostram claramente que o processo de produção do conhecimento compreende um movimento complexo de reconstruções, adaptações, reformulações e presume um processo criativo pelo educador ao se deparar com diversas dificuldades e problemáticas que são levantadas durante o percurso. Funciona como um exercício onde a construção do conhecimento depende de observações, do estar junto, das interações e principalmente da

realidade (concreta e vivida) observada dos sujeitos nos empreendimentos. Nenhum conhecimento exclui a importância do outro, mas se agregam mutuamente.

A Universidade possui uma tendência a distanciar os sujeitos da realidade com conceitos abstratos. Essa observação não exclui sua importância, entretanto, segundo Culti (2006, p. 164), “corremos o risco de perder contato com o concreto, de nos distanciar das pessoas, cuja linguagem, ao contrário, é absolutamente ligada ao concreto”. A mesma autora confirma que “[...] por isso, o processo prático de incubação estabelece uma ponte entre essas duas formas de conhecimento e seu êxito depende da interação entre o conhecimento teórico e o prático”. Para a autora, este caminho de compreensão da realidade é imprescindível para a formação dos empreendimentos.

Presume-se que o processo de construção do conhecimento com base no diálogo que abrange o plano da compreensão e intervenção “tem como função estimular o entendimento da realidade, problematizando-a” (HENRIQUES; TORRES, 2009, p.132). O diálogo assume centralidade e condição para o conhecimento. Carrega imprevisibilidade para alcançar os resultados esperados e promove pensar crítico e verdadeiro longe de conteúdos prontos e acabados. É assim que sempre há um deslocamento do conhecimento nos empreendimentos em estudo.

#### 5.2.1.2.2 Interação entre os saberes

Na interação entre os saberes, observou-se duas realidades antagônicas: acadêmica e a dos empreendimentos. A realidade acadêmica baseada em leis e teorias e a realidade dos empreendimentos com sujeitos que possuem conhecimentos práticos, adquirido na experiência de vida e do trabalho, contudo marginalizados em decorrência da atividade que atuam e da situação em que vivem.

É neste sentido que a equipe da incubadora, ao propor levar seus conhecimentos para as cooperativas, precisa estabelecer e construir formas de diálogo como um processo dinâmico e criativo apresentado no item anterior. Tanto a incubadora como os empreendimentos precisam se abrir para o novo: a Universidade entendendo que a construção do conhecimento é um exercício entre prática e teoria e, os empreendimentos por meio da confiança estabelecida em conjunto com a Universidade, se apropriar do que foi e está sendo desenvolvido em conjunto.

No processo de interação, as entrevistas demonstram que há troca de saberes entre os cooperados e os orientadores da incubadora. Todos os saberes são valorizados e respeitados,

assim como podem alterar a prática acadêmica. Segundo Freire (2014), quando há desrespeito às potencialidades do ser, há invasão cultural. A inserção dos invasores no contexto cultural dos invadidos impõe a estes sua visão de mundo e inibem sua expansão, podendo a cultura invadida perder sua originalidade ou encontrar-se ameaçada transformando-se em “coisa”.

Pelo contrário, a incubadora através de suas ações busca o despertar dos cooperados por meio da confiança e respeito para que os mesmos desenvolvam consciência crítica. O conhecimento exige presença curiosa do sujeito em face do mundo, além de requerer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante que implica invenção e reinvenção (FREIRE, 2013, p.9).

*“Há integração entre os saberes. Eu já passei por vários momentos e que separei materiais pra levar e não deu certo. Existem cooperativas que quando vamos com nosso material, nos deparamos os cooperados com um material similar ao nosso. Então sempre há troca de saberes, nos aprendemos com eles o tempo todo. Temos o conhecimento teórico na faculdade e sempre achamos que ele tem maior valor, mais na cooperativa acontece de forma diferente. É o saber deles o tempo todo moldando o nosso conhecimento” (Orientador D).*

Segundo o argumento acima, nota-se que o cooperado também se apresenta, mesmo sem consciência de sua atuação, como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento. Esta relação destaca a troca entre os saberes. O cooperado, apesar de estar imerso em sua realidade cultural, não é “tão passivo”, aliás, ninguém sabe mais de materiais recicláveis do que o próprio catador.

*“Eles têm opinião própria. Mesmo que eles concordem com a gente, se eles acham que vai dar muito trabalho, não é o jeito deles trabalharem, não atendem não” (Orientador E).*

Contudo, se apresentam abertos ao diálogo, possuem iniciativa de perguntarem aquilo que não sabem, de darem as suas opiniões e na prática do trabalho fazerem o que acreditam que dará certo.

Em entrevista com um orientador, há uma observação de que nem todos os conhecimentos dos sujeitos podem ser utilizados por não condizerem com a realidade que precisa ser adotada para o desenvolvimento coletivo do grupo, como a cooperação e a qualificação profissional. Alguns conhecimentos que se manifestam refletem sua marginalização, atitudes individualistas e competitivas. Entretanto, os orientadores não

deixam de reconhecê-los, de respeitá-los, valorizá-los e compreendê-los, até porque são conhecimentos que mudam o perfil do próprio orientador como ser histórico inacabado.

É frente a estas dificuldades que os orientadores possuem papel essencial para sensibilização dos trabalhadores, regate de autoestima e organização de grupo.

*“No processo prático há uma integração. A gente tenta desenvolver, a gente até vem desse interesse em desenvolver essa educação popular baseado na experiência deles. Só que a gente percebe que a marginalização do catador é muito negativa, influência, é muito presente. Então para alcançarmos essa integração é preciso muito trabalho. É preciso exercitar a confiança e diversos princípios básicos pra colocar o que a gente chama de um grupo. A partir desse grupo a integração começa” (Orientador A).*

Nota-se também que a interação entre os saberes possui estreita ligação com a forma de como o educador se posiciona para levar o conhecimento, o que de fato, determina as possibilidades para o diálogo. É por meio do diálogo que o orientador cria as possibilidades para a produção do conhecimento ou sua construção. Fatores como estabelecimento de confiança e respeito mútuo constituem elementos chave para iniciação ao processo.

*“Eu enquanto integrante da incubadora preciso entender o processo de incubação” “[...] baseado no respeito do outro lado. A forma como eu posiciono pra passar um conhecimento é de que primeiro esse conhecimento já existe, ele já está ali, não vou levar algo novo. É só uma questão de adaptação, de fazer um acompanhamento com a pessoa, de esperar que a pessoa desperte, de estar junto. Ai quando necessário, quando são assuntos técnicos isso você precisa se pautar um pouco mais na lei. Mais quando é um processo que há uma incubação por trás disso, um desenvolvimento, ai é um pouco mais devagar, respeitoso. A gente nunca chega como aquele que sabe, a gente sempre chega como aquele que vai aprender e desenvolver o conhecimento. A forma é essa, é sempre mútua, sempre há uma troca. Quando isso é feito há um desenvolvimento real. Quando não é feito há um desenvolvimento técnico, onde o papel ganha. Cooperativa é quando você consegue mobilizar as pessoas, as pessoas vão acreditar naquilo, vai transformar sua própria realidade e se apropriar disso. Isso é muito demorado” (Orientador A).*

*“Sempre que vou com pessoal nas visitas eu tento chegar passando confiança. Tento mostrar que sou amiga, que vai levar uma orientação que vai crescer com eles e não como alguém que vai impor algo. Tentando deixar evidente a questão do respeito mútuo. É isso que eu tento destacar, eu comprimento todo mundo. Eles observam isso, se você pega na mão. Eu tento me posicionar dessa forma, bem respeitosa. Outra coisa, nós não vamos como os donos da verdade. Eu posso chegar lá e passar uma informação desatualizada e alguém pode me questionar, ou alguma informação que não está adequada” (Orientador B).*

Constata-se por meio das entrevistas com os orientadores que há um reconhecimento dos conhecimentos dos cooperados e que estes moldam os conhecimentos teóricos. É a atitude de construir **com**, não **para** e jamais **sobre** eles (CULTI, 2006). O **com** exige interação entre os saberes e principalmente o diálogo. Trata-se de uma via circular e espiral, de trocas de experiências e saberes que, por meio do processo interativo e criativo entre as partes, alimenta e fortifica as relações socialmente construídas (Informação verbal)<sup>22</sup>.

É o diálogo que contribui intencionalmente com a transformação da realidade e do próprio ser humano. Contribui para que eles sintam-se sujeitos e construam conhecimentos de forma coletiva.

O homem como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber. É por isso que todo saber novo se gera num saber que passou a ser velho, o qual, anteriormente, gerando-se num outro saber que também se tornará velho, se havia instalado como saber novo. Por esta razão, há uma sucessão constante do saber, de tal forma que todo novo saber, ao instalar-se, aponta para o que virá substituí-lo (FREIRE, 2013).

#### 5.2.1.2.3 Dificuldades da equipe de incubação na orientação aos cooperados

Sabe-se que essa prática de interação entre os saberes não é fácil e que os orientadores também sentem dificuldades nas orientações que precisam ser superadas. Em vários momentos foi perceptível essa dificuldade de interação e os mesmos admitiram que estão em um processo educativo mútuo, sabendo reconhecer seus limites, o que abre possibilidade do aprendizado em conjunto. Uma delas e que não constitui tarefa simples para aqueles que estão acostumados a lidar com termos técnicos é transmitir linguagem acessível aos cooperados, como demonstrado na entrevista a seguir.

*“Tenho. Em muitos momentos eu já cheguei com um formato estabelecido e tive que reformular. Como na contabilidade nós utilizamos computador, tenho dificuldade de orientá-los na utilização das máquinas. Devido à maioria ser analfabeta e não entenderem como utilizar o computador. Nesse processo, as oficinas são sempre em roda e de forma prática, no fazer mesmo” (Orientador D).*

O público que a incubadora atende é muito peculiar e, segundo Orientador A, as dificuldades se apresentam no contato inicial, na vivência inicial com o grupo.

---

<sup>22</sup> Informação concedida pelo Coordenador da Incubadora social em 2015 durante a coleta de dados da pesquisa.

*“Bem, dificuldade a gente tem devido à situação do público que a gente trabalha que é o catador. Eles possuem uma dificuldade que vem da marginalização deles e isso influencia no momento que a gente vai passar a orientação. Então primeiro temos que desenvolver um trabalho de confiança, de acesso ao grupo pra depois começar a fluir o trabalho lá dentro. Então são estas as dificuldades dentro dessa convivência inicial” (Orientador A).*

Por esta razão é um processo onde o próprio orientador precisa constantemente buscar meios para superação de suas dificuldades através de trocas de experiências com outros orientadores e outras áreas.

Estas dificuldades destacam que os orientadores não podem entrar nos empreendimentos de qualquer maneira. Além de serem observados o tempo todo pelos cooperados, qualquer atitude incoerente pode prejudicar todo trabalho já realizado. Por isso há necessidade de os orientadores sempre se educarem no processo de incubação.

*“Sim. Na incubadora temos as reuniões informais e compartilhamento das experiências. É o momento onde a gente absorve e leva para pratica. Aprendi muita coisa aqui na incubadora” (Orientador E).*

*“Eu sempre procuro aprender sobre autogestão, não posso entrar de qualquer forma na cooperativa. Na contabilidade nós procuramos sempre meios pra que as cooperativas não sofram com os efeitos do modelo de cooperativa bancária” (Orientador D).*

*“Sempre, até porque o público que nós lidamos é complexo. É a forma de agir, de falar de se comportar e despertar neles confiança” (Orientador C).*

É importante ressaltar que, dos cinco orientadores entrevistados, três mencionaram que não possuem dificuldade em dialogar com os cooperados no processo de incubação devido a experiências já adquiridas com o tempo de trabalho, mas demonstraram importância em sempre se educarem no processo.

#### 5.2.1.2.3.1 Dificuldades e resistência dos cooperados sob o olhar da equipe de incubação

Segundo Fernando Bartholo<sup>23</sup>, as cooperativas de catadores de materiais recicláveis são empreendimentos cujas características são peculiares em todo seu processo organizacional, a começar pelo quadro social. Portanto, além da estruturação empresarial, há necessidade de mudança comportamental dos sujeitos, um processo educativo voltado para a

---

<sup>23</sup>Coordenador da Incubadora social da UFG. Informação cedida durante entrevista informal com a pesquisadora.

valorização do ser humano, trabalhador e cidadão, capaz de compreender, criticar e promover mudança de sua realidade.

Ao perguntar aos orientadores se eles identificavam nos cooperados alguns efeitos transformadores relacionados ao trabalho na incubação e a capacidade de apreensão das orientações, foi argumentado que os cooperados assimilam os conhecimentos, mesmo que este aconteça em um processo lento. Entretanto, o maior entrave percebido é “o colocar em prática” o que foi absorvido. Esta prática não está relacionada ao material reciclável e sim à gestão do empreendimento.

*“Os cooperados não possuem dificuldade de assimilar, mas sim utilizar a orientação como prática. Falar é muito fácil. Difícil é eles conseguirem colocar tudo em prática” (Orientador D).*

*“Olha, nos aplicamos um questionário e de acordo com o resultado a maioria das pessoas falaram que entendem o que a incubadora leva. Alguns não por questão da escolaridade ou linguagem que não estão acostumados. Mas no geral eles recebem bem a incubadora. É bem simples, do cotidiano deles, só a questão mais prática que não é. Possuem dificuldade sim, mais com as questões de fazer planilha, relatórios. Não vejo como uma dificuldade de entender o que precisa ser feito, e sim de fazer” (Orientador B).*

Certifica-se que é possível assimilação. Isso indica que a interação dos saberes é efetiva. Contudo é um processo lento. Freire (2013) argumenta que os orientadores não podem ser movidos pela urgência do tempo para que os sujeitos não se transformem em “depósitos” dos conhecimentos técnicos. Nisto, segundo os orientadores, o “colocar em prática” é que dificulta o avanço no processo.

Essa prática está relacionada à resistência dos sujeitos. Resistências comuns em se tratando do público em questão que foram adquiridas em sua cultura por meio das experiências vividas. Estes fatores não lhes permitem acreditar em sua capacidade de auto-organização e autoestima.

Tais características se apresentam como entrave na construção do diálogo e produção do conhecimento sendo necessárias buscas iniciais pela confiança, identidade e autoconhecimento. Segundo Orientador A, há assimilação, mas a característica mencionada dificulta a construção inicial.

*“Então, tem uma situação que eu sempre me encontro com ela e acabei me arraigando e percebi que é um dos elementos que mais dificultam o catador de se desenvolver. É a falta de dignidade, é a baixa estima, a identidade. Quando a gente chega pra trabalhar nós deparamos com uma pessoa desanimada que quer sobreviver, quer comer, quer sobreviver dessa forma. E ela não acredita, eles não acreditam em nada. Nada vai dar certo, sempre que a gente entra em uma cooperativa é assim, nada vai dar certo. E olhando agora de forma que a gente viu esses casos e teve com pessoas que estão dentro da cooperativa há algum tempo, a gente percebe que esse processo é de autoconhecimento. O processo de autogestão desenvolve na pessoa a capacidade de refletir o externo e a partir muitas vezes de um conhecimento aprendido, de um conceito. Então a pessoa começa a se introduzir no meio social e acreditar que ela pode transformar aquela realidade. Isso nós temos visto em algumas cooperativas que hoje elas conseguem ter uma relação de diálogo com outras esferas, poder público. Eles têm capacidade de ir lá, cobrar, propor e falar. Tudo isso precisa de um acompanhamento. Não é algo desenvolvido de um dia para o outro. Isso devido à dificuldade que as cooperativas possuem que é a rotatividade das pessoas, então falar da cooperativa é falar em papeis. Agora falar dos cooperados, dos ser humano que está ali é muito rotativo. Agora os efeitos tem por causa disso, porque há um empoderamento” (Orientador A).*

O mesmo orientador ainda argumenta que:

*“Existe inicialmente e é uma resistência comum. Tem um vídeo na internet que se chama autogestão sobre algumas situações que envolvem empreendimentos coletivos. Em um determinado congresso no vídeo, uma mulher cooperada fala “ninguém nasce autogestionário, a autogestão é uma necessidade na nossa vida de sobrevivência”. Então eu me adequo ao que ela fala porque ninguém quer isso, ninguém quer esse trabalho coletivo, eu percebo isso nas cooperativas, é uma necessidade. A nossa sociedade foi moldada para ser competitiva e individualista, é questão de cultura, Então a gente nasce e não queremos dividir nada com as pessoas. A gente quer sempre ser o melhor. Então isso em uma cooperativa é altamente visível. Muitas vezes a gente tem que se preocupar com a gente mesmo, se não estamos gerando mais competição, ou mais individualismo. Porque é pelo contrário que a gente vai mudar nossa forma de compreender. Tanto dos cooperados como da incubadora. Aí nós vamos vendo os pontos onde o avanço é real, até onde isso pode chegar. Hoje tem uma rede de cooperativas que pode ajudar mais pessoas. Agora inicialmente a resistência é muitas devido a essa perspectiva cultural deles e nossa” (Orientador A).*

É evidente que os sujeitos estão condicionados a sua cultura e as experiências do meio em que vivem. A própria sociedade foi moldada para ser competitiva e individualista. Como argumenta Lima (1981), o homem cria e é criado por cultura através de sua práxis, é ao mesmo tempo produto e produtor. Os seus padrões de comportamento são manifestações culturais que se constituem em obstáculos à mudança social.

O entrevistador E destaca esse condicionamento ao dizer que:

*“Eles são muito fixos nas suas rotinas. Eles não se importam muito com higiene, não sabe dividir o trabalho coletivo. Se alguém pede alguma coisa pra melhoria eles acham que a pessoa está mandando, eles não aceitam ninguém ficar mandando. O coordenador quando não tem experiência ele acaba mandando. Isso cria dificuldades. Nas coisas mais simples eles causam essa dificuldade de avançar. Eles estão acomodados, a maioria ganhou casa do governo, tem bolsa família, aposentadoria. Então estão satisfeitos com a vida que tem” (Orientador E).*

Sabe-se que as mudanças não se dão mecanicamente. Quando o cooperado juntamente com a Universidade passa a desenvolver os elementos levantados anteriormente, busca pela confiança, identidade e autoconhecimento, trabalhar com a assimilação dos conteúdos por meio deste movimento de práxis e problematizações levantadas, se torna mais fácil. Aos poucos os orientadores rompem com as resistências para a mudança. É reconhecer a cultura do sujeito como acesso para iniciar o diálogo significativo com sua realidade.

Freire (1979) argumenta que, no momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento e a estrutura em que se encontram, sua percepção muda. A mudança da percepção da realidade, que antes era vista como algo imutável, significa para os indivíduos vê-la como realmente é: uma realidade histórico-cultural, humana, criada pelos homens e que pode ser transformada por eles.

Em outros argumentos, verifica-se que a resistência no avanço das cooperativas estaria relacionada também à escolaridade.

*“A maioria tem baixa escolaridade, dificuldade de interpretação. Muitos nem querem esse modo cooperativo que sugerimos. Eles querem mesmo é ganhar renda, é dinheiro. Então parte desse bloqueio. Primeiro é necessário trabalhar em cima desse bloqueio, aí sim, a gente vai desenvolver o trabalho com eles. Essas dificuldades são cargas que eles carregam que envolve questões culturais e sociais” (Orientador A).*

*“Existe bastante resistência. A questão da escolaridade, baixa estima, falta de interesse. Tudo isso influencia no processo. Porque as vezes eles falam a gente não vai dar conta, não vamos conseguir. Outra questão é a fórmula, quem já era catador tinha seu costume, quando chega na cooperativa, cada um trabalha de um jeito. Precisam aceitar que todos são cooperados, todos são iguais. E tudo isso dificulta. A alta rotatividade também, principalmente” (Orientador B).*

De fato a baixa escolaridade é uma das características marcantes das cooperativas e fator limitante no desenvolvimento do trabalho do cooperado, principalmente na busca pela autonomia do empreendimento. Cabe ressaltar que muitos deles não demonstram ter interesse

em dar continuidade aos estudos, preferem deixar para os filhos, o que demonstra autoestima baixa ou falta de perspectivas.

Existem algumas situações em que o cooperado rompe com sua resistência à mudança e percebe-se como transformador de sua realidade adquirindo um pouco mais de poder. É assim que ele passa a oprimir seus colegas de trabalho, isto é, passa a dar continuidade ao ciclo vicioso da opressão marcado em sua trajetória.

*“Às vezes a gente chega a ver dentro dos grupos que o oprimido ontem, hoje vira o opressor, não tem como negar, é um trabalho a longo prazo de mudança de cultura de entendimento, então às vezes quando a pessoa se empodera, se empodera por demais, mas no geral da certo. No geral eles tem pelo menos a percepção da importância da colaboração, do trabalho coletivo, do quanto é bem melhor trabalhar de forma coletiva. Sob um panorama geral de quão importante é eles sabem. Às vezes dá uma fugidinha, mais eles entendem sim” (Orientador C).*

Compreende-se que dentre as dificuldades e resistências dos cooperados apresentadas como obstáculo para a produção do conhecimento e posterior apropriação encontram-se fatores culturais e educacionais. É o diálogo enquanto possibilidade no processo de comunicação e construção de saberes que possibilita possíveis transformações.

Pacheco Júnior e Pacheco (2009) argumentam que nossa cultura é de negação do diálogo. Na medida em que há construção de diálogo, percebe-se que há novas possibilidades, percepções, crítica da realidade e sentimento de pertencimento ao mundo com os outros. Isso os tira da posição de oprimido para transformação de sua realidade.

#### 5.2.1.2.4 Orientador enquanto “sujeito em transformação” no processo de incubação

Com base na pesquisa, verificou-se que no processo de incubação não é somente os cooperados que passam por transformações. Em especial, os orientadores se transformam de forma bem diferente e particular: no “silêncio” e por meio da condição de vida dos grupos. Por esta razão, não se esgotam na busca pelo aprendizado, isto é, mesmo conhecendo os empreendimentos, ele se refaz e re-aprende no processo de interação. O próprio processo exige mudança, novas atitudes e perspectivas.

Freire (1979) argumenta que estamos todos constantemente nos educando:

O saber se faz através de uma superação constante. O saber superado já é uma ignorância. Todo saber humano tem em si o testemunho e novo saber que já anuncia. Todo saber traz consigo sua própria superação. Portanto não há saber nem ignorância absoluta: há somente uma revitalização do saber ou da ignorância. Por

isso não podemos nos colocar na posição de superior que ensina um grupo e ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo. (FREIRE, 1979, p. 29)

Esta é uma atitude reconhecida nas entrevistas com os orientadores enquanto sujeitos em constantes transformações ao discutir sobre os efeitos que a incubação gerou em suas vidas.

*“Saber reconhecer as diferenças que existe entre a gente e eles. Nós temos uma visão mais ampla então temos que descer um pouco o nível pra entender as dificuldades deles. Eu aprendi a respeitar as diferenças, que a gente não deve levar nossas expectativas a eles e sim saber quais as deles e compreender que o retorno é menor com prazo de tempo mais longo. Então temos que manter paciência e esperar ele se desenvolverem” (Orientador E).*

*“Eu acho que sou um ser humano melhor... Transformação de vida. Eu penso que a gente nunca tem a receita pronta pra nada, então minha visão em relação ao ser humano mudou. A gente vai construir e desenvolver junto. Meu trabalho é assim e eu levo isso muito para o pessoal pra vida, pra família. Nada eu faço sozinho e isso é influência do aprendizado que eu tive na extensão” (Orientador C).*

Palavras como confiança, reconhecimento de diferenças e respeito são chaves para demonstrar, mesmo com todas as dificuldades, o processo de transformação do orientador. Essas transformações consequentemente geram a abertura para o diálogo.

*“Eu acho que a gente depois que começa a trabalhar com catador, a gente começa ver que a realidade é muito diferente do que a gente imagina e começa a reconhecer mais as outras formas de trabalho, principalmente aquelas que são alvos de preconceito. Vê que as pessoas que trabalham neste tipo de atividade são como nós. É um trabalho assim como outros. Então pra mim enquanto pessoa, trabalhar com catador, com economia solidária trouxe um crescimento muito grande. Saber ouvir as pessoas, pensar um pouco mais na hora de falar, porque trabalhando com o pessoal também qualquer coisa que você fala, depois eles falam que você falou. Você pode até falar de forma diferente, que eles falam que você falou. Eles tem autonomia, não são bonecos de manobra. Então às vezes a gente subestima a pessoa, ninguém mais do eles conhece de material reciclável. Da área deles eles conhecem. Então é isso, reconhecer que independente de formação, de qualquer coisa, também são pessoas que têm ali suas vidas, sua autonomia. Temos que respeitar isso, não querer chegar e impor as coisas, estamos aprendendo juntos. Estamos construindo juntos. Eu aprendi muito com eles, talvez mais do que eles comigo” (Orientador B).*

*“Foram efeitos transformadores. Efeitos onde eu pude acreditar primeiro que é possível fazer alguma coisa. Não só um trabalho, porque a incubadora não é só um trabalho, a gente se envolve, é uma dinâmica com as pessoas e essa dinâmica*

*com as pessoas favorece o modo de você ser até mesmo fora do trabalho. Porque vai envolver relações humanas e sociais, e aqui esse perfil de você aceitar o catador como ele é, de filtrar a teoria. Então quando a gente tem a oportunidade de trabalhar com isso...eu lembro até hoje quando eu entrei, eu vi um papel no mural da filosofia e estava escrito “quatro vagas para bolsistas para trabalhar na incubadora social da UFG”. Nunca tinha ouvido falar nisso, mais a palavra social me despertou, me remeteu a algo que eu tinha vontade de fazer. Então eu percebi que é possível, que um trabalho social dessa forma onde você pode aceitar a liberdade de um lado e o do outro, onde você pode colocar uma relação nisso para que haja desenvolvimento, isso na vida particular é transformador” (Orientador A).*

Certamente essa superação só é possível por meio do diálogo dos sujeitos inseridos em uma relação entre educador- educando, educando - educador. É assim que o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos assim, se tornam sujeitos no processo em que crescem juntos sem argumentos de autoridade (FREIRE, 2014).

Ninguém, na verdade, problematiza algo a alguém e permanece, ao mesmo tempo, como mero espectador da problematização. [...] Esta é a razão pela qual o educador continua aprendendo, e quanto mais humilde seja na re-admiração que faça através da admiração dos educandos, mais aprenderá. (FREIRE, 2014, p. 112)

Em suma, os depoimentos deixaram manifesto que a incubação social gera mudanças extraordinárias no orientador. Segundo Culti (2006), é um processo onde o orientador morre, mas renasce de forma especial.

## **5.2.2 Interação entre Incubadora Social – Docentes e Discentes – Agentes Externos**

Pesquisar a interação entre incubadora social, docentes e discentes e os agentes externos de fomento, possibilitou o entendimento da participação destes três atores como também fundamentais para o estabelecimento das relações, conforme item a seguir.

### **5.2.2.1 Interação: incubadora social e docentes e discentes**

Ao pesquisar a interação da incubadora social e os docentes e discentes da UFG, foi possível identificar um questionamento inicial dificultador para incubação e formação de uma equipe transdisciplinar para atuação. A começar pela própria atuação da Universidade no que diz respeito a suas bases: ensino, pesquisa e extensão.

O Art. 207 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil (2000), na seção que pactua a educação como direito de todos dispõe que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial e, obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, o ensino, a pesquisa e extensão configuram o âmbito da Universidade e são considerados os pilares que orientam o “fazer científico”. O ensino é a transmissão do que já foi descoberto e a pesquisa para descobrir conhecimentos novos.

Neste âmbito, a universidade através dos seus objetivos, tem estabelecido meios para criar, transmitir e disseminar conhecimento, principalmente estabelecer relações com a sociedade, o que caracteriza um processo complexo face à diversidade do trabalho acadêmico.

Como já mencionado, a incubadora social da UFG é um programa vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) em que, por meio da extensão, apoiam iniciativas que visam à melhoria da condição de vida de catadores associados a empreendimentos populares autogestionários, no caso, as cooperativas de materiais recicláveis.

A extensão pode ser considerada a atividade que mais se relaciona com a sociedade, ou deveria, e contribui de forma significativa para a transformação da mesma. O Plano Nacional de Extensão Universitária (2012) conceitua a extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino (formação de pessoas) e a pesquisa (conhecimento) de forma associada, possibilitando a relação transformadora entre Universidade e sociedade, sendo considerada uma ponte que estabelece a troca de saberes desse processo dialético de teoria/prática. Portanto, ela é indissociável do pensar e fazer na Universidade e sua diversificada gama de iniciativas busca instrumentos eficientes para o desenvolvimento local e regional.

Segundo a lógica diagnosticada na incubadora social, todas as atividades realizadas para incubação das cooperativas se pautam em ações não hegemônicas, cujo, o princípio está em investigar as demandas locais/ regionais dos catadores e dos empreendimentos incubados para assim estender e construir conhecimento. Logo, não representa um conjunto de ofertas desligadas das necessidades dos grupos que atende.

Sabe-se que o espaço de mediação entre os atores (equipe de incubação/cooperados) é que oportuniza a construção de conhecimento que deve ser realizada de acordo com a realidade destas cooperativas. Existe empenho da equipe em colaborar para a transformação da realidade dos sujeitos envolvidos por meio da produção de conhecimento em conjunto, voltados a gestão organizacional e assessoria, mas o que se percebe é a pouca participação de

docentes e discentes na incubadora. E quando isso acontece, verifica-se que é por meio de trabalho voluntário ou de interesses individualizados motivados por editais de fomento.

Conforme Fernando Bartholo, coordenador da incubadora, o pouco envolvimento de docentes/discentes evidencia alguns aspectos culturais do meio acadêmico. Inclusive a quantidade de bolsas de pesquisa é maior que a extensão. Os parâmetros de avaliação da atividade acadêmica refletem uma cultura de valorização da pesquisa, conforme evidenciado na fala do coordenador do projeto, reproduzida a seguir:

*“O que nós constatamos em todas as universidades, não é só na UFG é que a extensão ainda é a chamada “prima pobre” das atividades em relação à pesquisa. Existe uma cultura no meio acadêmico de que a pesquisa é mais valorizada do que a extensão, até pela sua própria estrutura. Ela já foi construída e constituída ao longo do tempo. Você tem publicações mais valorizadas e isso gera uma pontuação mais valorizada ao professor; de certa forma a um “status” né, que coloca a pesquisa como elemento fundamental, apesar da trilogia que é propagada de ensino, pesquisa e extensão, mais a pesquisa em relação à extensão na prática a gente constata isso. Há uma valorização maior que desperta o interesse maior das pessoas, de docentes, discentes e tudo mais, nessa direção” (Coordenador).*

Ao longo da sua atuação na incubadora, o coordenador do projeto visualiza um pequeno aumento das atividades de extensão, mas as barreiras ainda persistem:

*“Ainda é pouco dentro do universo da universidade. Como então essa cultura da pesquisa prevalece, a gente percebe que poucas pessoas são interessadas em desenvolver projetos de extensão. A gente tem encontrado dificuldade na mobilização de docentes interessados especificamente mais aqui com a relação a alguns projetos na economia solidária, a questão da reciclagem, coleta seletiva, mais a gente também desde quando começamos com o projeto da incubadora em 2007 tem crescido sim, tem aumentado, ainda não de forma desejada. O que a gente percebe dentro da universidade também é que é algo colocado em segundo plano mesmo “não tem outra atividade realizando então vou fazer”. E isso é um dificultador que a gente encontra pra mobiliar, porque nós temos um projeto que é abrangente, é um programa, há espaço para todas as áreas de conhecimento dentro da universidade, mas infelizmente não são todos que possuem interesse. Isso é um dificultador sim que temos em relação ao desenvolvimento de projetos, mesmo constatando um aumento real na participação” (Coordenador).*

Estas argumentações levam a reflexões de que a extensão não é “tão” valorizada na realidade acadêmica, conduzindo a questionamentos sobre a “indissociabilidade” das atividades primárias (ensino, pesquisa, extensão). Tem-se a impressão de que cada uma de

suas funções caminha de modo isolado. Dagnino (2012) alega que o próprio conhecimento que se difunde na Universidade ainda é excludente e por uma dessas razões a extensão universitária “patina”.

Comumente a extensão é confundida no imaginário da comunidade acadêmica com formas diversas de “assistencialismo”, como argumenta Santos e Cruz (2008). Além disso, diante dos diversos momentos expressivos enfrentados para a sua conceituação e prática, é muito comum encontrarmos um pouco de confusão entre os “cursos de extensão” e a extensão universitária da qual se refere esta pesquisa. Segundo Rezende (2009), os cursos de extensão universitária geralmente são com pequena carga-horária e destinam-se para complementar conhecimentos em áreas específicas. As atividades de extensão, dever constitucional, são mais amplas.

Souza e Cruz (2008) defendem que a extensão seja vista como um laboratório, “onde as necessidades de pesquisa acadêmica são captadas em função das necessidades sociais identificadas, a pesquisa vista como uma sistemática de busca de respostas às perguntas colocadas pela sociedade e captadas pelo processo de extensão”, por isso, a exigência de ações interdisciplinares (SANTOS; CRUZ, 2008, p.9).

Dentre essas argumentações, poderíamos citar várias “razões” que levam a pouca participação dos docentes e discentes na incubadora social.

Conforme Bourdieu (1983), o campo científico é um espaço de jogo, onde se produz e supõe uma forma específica de interesse. O interesse científico está orientado para prestígio, reconhecimento, celebridade, é sempre como uma dupla face. Nessa lógica, observa-se que há uma tendência de concentração dos pesquisadores em problemas que oportunizam um lucro simbólico maior e o domínio de determinado campo de saber. Pode-se ainda dizer, conforme o autor, que há também uma estratégia política de investimento orientado pelo lucro científico e mecanismos dos quais a comunidade científica se “posiciona” dentro das regras. Destas regras há a existência de cobranças e um aumento significativo das demandas acadêmicas – como exemplo, todas as exigências das agências de fomento para concessão de financiamento à pesquisa e para autorização de funcionamento de programas de pós-graduação - o que deixa o tempo do docente cada vez menor.

Em 2011, no evento da quarta mesa do Seminário Ciência e Tecnologia no Século XXI<sup>24</sup>, promovido pelo ANDES-SN em Brasília, o debate foi o “Trabalho docente na produção do conhecimento”. As análises dos participantes do debate abrangeram a produção

---

<sup>24</sup> Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. Seminário Ciência e Tecnologia no Século XXI, 4, 2011, Brasília. Produtivismo acadêmico está acabando com a saúde dos docentes.

do conhecimento dentro da lógica do capitalismo brasileiro e o efeito do produtivismo acadêmico na saúde dos docentes.

Uma das falas deixou evidente que a Universidade brasileira tem sua gênese de natureza o capitalismo, cuja matriz determina o conhecimento a ser gerado. É o conhecimento sob uma forma de domínio. Além disso, os docentes eram pagos para pensar e atualmente são pagos para produzir. Esse produtivismo acadêmico segundo algumas pesquisas<sup>25</sup> tem tirado a saúde dos docentes e a possível causa está na reforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Cabe ressaltar que esta noção de produtivismo para diversos autores é um discurso equivocado, uma vez que a Capes é orientada pelos próprios docentes. Portanto, não é objetivo discutir este discurso, mas somente pontuar que o aumento das demandas acadêmicas pode ser uma possível resposta à falta de participação e envolvimento dos docentes com a extensão, assim como os aspectos da cultura organizacional da universidade.

Além disso, para Dagnino (2012), há também evidências de alguns “equivocados”, que acreditam que a Universidade não deve se envolver com a extensão a ponto de alterar radicalmente a forma como produz (pesquisa) e dissemina (docência) conhecimento, ou seja, a tecnociência deve ser produzida:

- a) Para os mais ricos;
- b) Para fins militares;
- c) Para empresas – com base na visão tradicional de produção de conhecimento, inovação e competitividade;
- d) Para aumentar a produtividade

Infere-se, portanto que, a extensão como uma atividade que representa a maior possibilidade de interação com a comunidade é frágil no ambiente acadêmico. Isso significa que na realidade em estudo, ela não é “a priori” e conforme Dagnino (2015) uma opção de mudança é a concepção de um novo projeto para a Universidade que comece pela extensão.

#### 5.2.2.2 Interação: incubadora social e agentes externos

A interação da incubadora social com os agentes externos para fomento não constitui tarefa fácil. Conforme Dagnino (2009), não restam dúvidas de que o governo possui um papel

---

<sup>25</sup>Estudo da professora do curso de Serviço Social da UFRJ Janete Luzia Leite.

relevante no processo de construção do conhecimento. Contudo, nem sempre as políticas públicas privilegiam o tema seguindo a mesma lógica de uma ciência voltada ao capitalismo e lucro conforme já discutido.

Logo, acredita-se que as dificuldades de envolvimento não estão concentradas somente na comunidade científica. Trigueiro (2001) argumenta que as comunidades científicas e suas relações com o governo possuem papel proeminente no desenvolvimento científico tecnológico. Em grande parte, essa relação é problemática. Segundo o Instituto de Tecnologia Social (1998),

Em grande parte, isso se explica pelo fato de elas não possuírem um argumento econômico facilmente visível, que justifique a alocação de esforços e investimentos em seu favor, pelo menos de acordo com os mecanismos de ‘medição’ de resultados dos quais dispomos hoje. [...] Como é difícil medir a riqueza social envolvida na criação dessas soluções, que visam atender às carências da população, observando valores como participação, emancipação, empoderamento etc., muitas vezes elas se tornam “invisíveis” sob os olhos dos economistas (ou pelos indicadores válidos hoje) (ITS, 1998, p. 3).

Desse modo, mais uma vez, retornamos aos argumentos já expostos acima, há uma lógica econômica de mercado e de lucro envolvidas. Estas são algumas das dificuldades na construção de políticas públicas que evidenciam a CT&I na promoção da inclusão social.

Segundo o coordenador da incubadora social da UFG, existe uma política nacional de economia solidária que está em tramitação no Congresso Nacional. A partir de 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho que é o grande agente fomentador da incubadora.

Esta secretaria foi criada justamente para fortalecer a economia solidária que envolve cooperativas populares e os vários grupos de pessoas que estão excluídos do processo produtivo. Há existência de outras linhas dentro da Universidade que se apresentam como fomentadores que é o caso da *Proext* vinculado ao Ministério da Educação, mas a origem de seus recursos também é o SENAES.

Existem alguns investimentos do poder público municipal para as cooperativas incubadas como locação de galpões para a instalação da cooperativa, compra de caminhões para a coleta seletiva no bairro, entre outros. Além disso, há um avanço nas propostas de criação de incubadoras públicas municipais onde, em contrapartida, a prefeitura disponibiliza um coordenador e um local para o desenvolvimento de suas atividades. Isto acontece nos casos em que as cidades são mais distantes da incubadora social da UFG.

### 5.2.2.3 Tríplice Hélice

Como já observado, a forma como a pesquisa e ensino têm sido orientados na Universidade é para a produção do conhecimento científico e tecnológico como um empreendimento econômico para capital, competitividade e inovação. A saber, as universidades como instituições fundadas no conhecimento voltam-se a temas de interesses dos setores econômicos e produtivos estimulando o surgimento de ambientes de inovação e cultura empreendedora. Esta mudança emerge a partir do novo contrato adotado pela esfera institucional no modelo de Tríplice Hélice.

As relações de interação pautadas no argumento da Tríplice Hélice possui uma matriz ideológica capitalista que privilegia o mercado. Nisto, as universidades, por meio dos pólos tecnológicos, incubadoras e outros mecanismos, estariam vivendo uma revolução acadêmica participando mais ativamente no desenvolvimento econômico como agentes para promoção de inovação e competitividade das empresas. Estariam diante de novas funções incorporadas as suas atividades de ensino (Dagnino, 2003).

Para Etzkowitz (2013),

Ao assumir um novo papel na sociedade, a universidade passa por mudanças internas de forma a integrar novas funções e relações. A lógica interna da missão acadêmica original tem sido ampliada a partir da conservação do conhecimento (educação) para incluir também a criação do conhecimento (pesquisa) e, então a aplicação deste novo conhecimento (empreendedorismo) (ETZKOWITZ, 2013, p.46).

É neste sentido que a Universidade tem atingido uma nova identidade empreendedora como um fenômeno contemporâneo crescente, assumindo um papel de liderança em um modo emergente de produção baseado na contínua inovação organizacional e tecnológica (ETZKOWITZ, 2013).

Esta produção contínua de inovação e tecnologia está diretamente relacionada ao mercado, às leis de oferta e da demanda, pressupõe capacidade de compra e são vistos como recursos de competitividade (BAUMGARTEN, 2007). É o contexto tecnológico da ciência, mas que segundo alguns estudiosos da área, não responde aos problemas sociais e às inúmeras carências de nossa realidade, além de possuir uma dinâmica que impõe pressões cada vez maiores.

Portanto, a lógica da “Universidade Empreendedora” para transferência de conhecimento (tecnociência) tem sido guiada pela agenda de pesquisa baseada nos países centrais, pelas políticas de CT&I voltadas às questões econômicas, às atividades produtivas

etc. A predominância da inovação é a perspectiva dos grandes “centros de excelência” de produção do conhecimento que traz o novo significado da missão acadêmica, ignorando assim, os vários sentidos da extensão universitária desenvolvida ao longo do tempo (GARCIA, 2014).

O modelo simplista de “oferta e demanda” pautado pela tecnociência não faz sentido para explicar e atuar sobre a geração de conhecimento com características peculiares como as das cooperativas (DAGNINO, 2012). Diante desse contexto, não se pretende aqui realizar uma discussão extensa sobre a tríplice hélice, mas apontar algumas observações para provocar a necessidade de um deslocamento do modelo a fim de alcançar as demandas sociais.

Diante das argumentações acima, existe um caminho em construção e de sensibilização. É nesta circunstância que Dagnino (2013) apresenta uma possibilidade de superação da tecnociência e de seus conceitos para os empreendimentos sociais pela via da proposta da construção de Tecnologia Social como já apresentado no referencial teórico da pesquisa. É “um redesenho tecnológico” incluindo variáveis democráticas. Reivindica a valorização dos saberes populares e a sensibilização por parte das entidades que integram o sistema de CT&I para o diálogo entre ambos (saberes científicos/ populares) (ITS, 1998).

Como uma visão ideológica, as tecnologias sociais se destacam em dois planos: conceitual, percebido de forma intuitiva o qual propõe uma forma de construir conhecimento, de fazer ciência e tecnologia; e o plano material, através de aplicações e experiências participativas para resolução de problemas sociais.

Portanto, se operacionaliza por meio da adequação sócio-técnica, isto é, um processo de reprojeto de tecnologias existentes que vislumbram transcender a visão normativa e estática de um produto já idealizado e introduzir a ideia de que a tecnologia é em si mesma um processo em construção social e por esta razão política (NOVAES; DIAS, 2009).

Logo constitui então uma adequação do conhecimento científico e tecnológico incorporado a equipamentos, insumos, formas de organização de produção, sob a forma tangível ou tácita.

Novaes e Dias (2009, p.46) definem as modalidades reprojetoas conforme já explorado no referencial teórico desta pesquisa sendo:

1) Uso: O simples uso da tecnologia (máquinas, equipamentos, formas de organização do processo de trabalho etc) antes empregada ou a adoção de tecnologia convencional, com a condição de que se altere a forma como se reparte o excedente gerado.

2) Apropriação: entendida como um processo que tem como condição a propriedade coletiva dos meios de produção (máquinas, equipamentos). Ela implica uma ampliação do conhecimento, por parte do trabalhador, dos aspectos produtivos (fases de produção, cadeia produtiva etc), gerenciais e de concepção dos produtos e processos, sem que exista qualquer modificação no uso concreto que deles se faz.

3) Ajuste do processo de trabalho: implica a adaptação da organização do processo de trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção (pré-existentes ou convencionais).

4) Revitalização ou Repotenciamento das máquinas e equipamentos: significa não só o aumento da vida útil das máquinas e equipamentos, mas também ajustes, recondicionamento e a revitalização do maquinário. Supõe ainda a fertilização das tecnologias antigas com componentes novos.

5) Alternativas tecnológicas: implica a percepção de que as modalidades anteriores, inclusive a do Ajuste do processo de trabalho, não são suficientes para conter as demandas por AST dos empreendimentos autogestionários, sendo necessário o emprego de tecnologias alternativas à convencional. A atividade decorrente desta modalidade é a busca e seleção de tecnologias existentes.

6) Incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente: é resultado do esgotamento do processo sistemático de busca por tecnologias alternativas e da percepção de que é necessária a incorporação à produção de conhecimento científico-tecnológico existente (intangível, não embutido nos meios de produção), ou o desenvolvimento, a partir dele, de novos processos produtivos ou meios de produção, para satisfazer as demandas.

7) Incorporação de conhecimento científico-tecnológico novo: resulta do esgotamento do processo de inovação incremental em função da inexistência de conhecimento suscetível de ser incorporado a processos ou meios de produção para atender às demandas. As atividades associadas a esta modalidade são processos de inovação de tipo radical que tendem a demandar o concurso de centros de P&D ou universidades e que implicam na exploração da fronteira do conhecimento.

Entende-se que este é um grande desafio e a inclusão social como referência para a Universidade na construção de ciência e tecnologia é um processo em construção em que

precisarão ser discutidos o seu papel e as estruturas que fundamentam a extensão, o engajamento dos docentes e discentes, a política de pesquisa e a participação do governo.

Infelizmente as relações políticas, neste sentido, ainda são frágeis e dificultam o avanço científico e as ações inclusivas para os empreendimentos sociais.

Há então neste caminho, uma necessidade de democratização no desenvolvimento tecnocientífico e uma reorientação da política de CT&I que dê suporte às novas experiências.

Como já observado, existem algumas pressões dos movimentos sociais e iniciativas que têm ganhado espaço nos debates, reflexões e críticas ao modelo tradicional de Tríplice Hélice. Uma grande crítica que se pode fazer ao modelo encontra-se no fato de carregar consigo o segmento empresa e não incluir outros setores sociais na aliança com a Universidade e o governo. Acredita-se que uma quarta hélice representaria o segmento social.

É preciso argumentar que esta pesquisa não faz objeção às empresas, até porque são legítimas e atuantes no cenário brasileiro. O que está em jogo é a necessidade de

[...] buscar outros quadros analíticos para dar conta das inúmeras injunções e articulações que hoje sustentam e condicionam toda a prática científico-tecnológica, são na verdade, muitos outros grupos de atores e organizações que, dependendo das circunstâncias e da dinâmica das relações estabelecidas em cada formação social concreta, podem compor redes muito mais complexas e ampliadas de interesses. Além disso, é possível que, em dada situação concreta, um dos atores proeminentes não sejam as universidades, ou o Estado ou ainda as empresas, mas determinados movimentos sociais, como, por exemplo, os ambientalistas (TRIGUEIRO, 2001, p.33).

Para Etzkowitz (2013), no Brasil, estas iniciativas são mais claras nos projetos de incubadoras direcionadas à inclusão social como é o caso deste estudo. Para o autor, há percepção de que o potencial da incubadora para a formação de organizações vai muito além da alta tecnologia e até mesmo da empresa de negócios. O processo de incubadora se tornou um meio de desenvolver a relação da Universidade em setores até então excluídos da sociedade e, neste processo, criar novas estruturas organizacionais é bem mais amplo e uma inovação importante do que inventar novas tecnologias.

### 5. 3 O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO

Terceiro objetivo específico:

*Compreender a apropriação dos cooperados no processo de interação com a equipe gestora de incubação social.*

As questões que nortearam a busca pelas possíveis respostas deste objetivo específico foram:

- Como os cooperados se apropriam da estratégia dialógica formalizada para a interação?
- O catador ressignifica sua identidade?
- Como o catador se apropria da cooperativa (lugar) e quais os significados dados para o novo local de trabalho?
- Como o catador se apropria do novo modo organizacional de trabalho com base na autogestão e cooperativismo?
- O empreendimento consegue chegar à autonomia como resultado das ações da equipe gestora de incubação social?

Segundo Fernando Bartholo, coordenador da incubadora social, a atuação dos gestores juntamente com os cooperados se resume em linhas gerais em duas grandes perspectivas:

- Atuação sobre o quadro social dos sujeitos, ou seja, a busca pela autoafirmação dos sujeitos e sua identidade (conquista inicial);
- Atuação para estruturação empresarial dos empreendimentos, para a gestão organizacional.

Primeiramente será discutido o momento de construção do conhecimento por meio das problematizações (etapa inicial), do confronto com a realidade onde o sujeito passa por um processo de conscientização, isto é, sua autoafirmação. É por meio das problematizações e tomada de consciência que o sujeito se apropria da promoção de sua identidade e passa a atuar na gestão organizacional do empreendimento como ator principal.

Seguem, portanto, as análises realizadas conforme apropriação dos sujeitos sob as duas perspectivas de atuação da incubadora social.

### **5.3.1 Problematização: apropriação do conhecimento e experiências em tecnologias e inovação social**

Como já mencionado, na metodologia de incubação utiliza-se como exercício prático a problematização para despertar consciência crítica dos cooperados. É por meio das

problematizações (apresentação de situações problemas, identificadas e vivenciadas pelos próprios membros do grupo) que o diálogo é construído. Como um meio formal já instituído, os sujeitos tomam a formação circular que representa uma estratégia dialógica que os posiciona como iguais e propicia a construção do conhecimento.

É neste momento de construção do conhecimento por meio das problematizações, de confronto com a realidade, que o sujeito passa por um processo de conscientização, isto é, sua autoafirmação. A conscientização constitui ação transformadora, que só é alcançada com o diálogo crítico, a fala e a convivência (GADOTTI, 1996). É neste sentido, por meio da dialogicidade, que ambos os sujeitos (cooperados e orientadores) vão desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saberes se encontra em interação.

No que diz respeito à apropriação, entendemos que esta se afetua a partir do momento em que o cooperado toma para si o conhecimento produzido e modifica as estruturas do pensamento, produzindo e ampliando novos significados. Está implícito no processo de conscientização.

Esta apropriação pode ser para o uso instrumental em uma finalidade, como simbólica, em que o sujeito pode dar somente um significado ao conhecimento e não utilizá-lo instrumentalmente. Portanto, está ligada à estrutura mental de cada sujeito e ao complexo simbólico cultural que contribui para a construção de uma realidade. De acordo com Gomes (1999) “a apropriação é resultante de ações coletivas de caráter cognitivo, social e político”. [...] “as ações podem ser técnicas – instrumentais aquelas imbuídas de racionalidade”, ou em “ações apoiadas nas estruturas valorativas (hábitos, costumes, crenças, preferências) derivadas do contexto cultural” (GOMES, 1999, p.1). A autora ainda diz que:

Os interesses manifestados no âmbito do indivíduo ou grupos seriam materializados na medida em que se consegue através de um processo de argumentação, expectativas, comprometimentos, manipulação e dominação, a mobilização de recursos materiais, cognitivos e sociais em torno desses interesses. (GOMES, 1999, p.1).

Logo, está relacionado à aprendizagem do cooperado, sua atuação coletiva na cooperativa e as mudanças internas e simbólicas que o processo de incubação pode trazer. Ou seja, a apropriação ligada à transformação de sua realidade e os significados que o cooperado gera para a cooperativa, para o novo formato de trabalho e para a autoafirmação de sua

identidade. Para Culti (2006), a incubação não visa somente produção de conhecimento (processo mais objetivo), a incubação requer transformação de realidade.

Todo este processo de transformação de realidade do sujeito inserido no coletivo no contexto de exclusão socioeconômica constitui uma inovação social. São as constantes mudanças coletivas, as estratégias e práticas adotadas pelos sujeitos no combate às suas principais dificuldades e nisto está a respectiva capacidade de empoderamento.

Como já visto no referencial teórico desta pesquisa, a inovação social se distingue da inovação tecnológica principalmente em função da finalidade, da estratégia, do lócus, do processo de desenvolvimento e da difusão do conhecimento (BEGNETTI, 2011). Portanto, é uma lógica que advém das necessidades e expectativas dos atores envolvidos, cuja finalidade é para inclusão, isto é, não é utilizada somente nas organizações como agregação de valor econômico e estudos que visam compreender as articulações para manter a competitividade. Propõe desenvolvimento social, como exemplo, a inserção de políticas públicas.

São mudanças que podem ocorrer em níveis individuais, organizacionais e por meio dos movimentos sociais, por isso, se aplica nas cooperativas em estudo. O próprio contexto de reciclagem de resíduos sólidos<sup>26</sup>, a prática de autogestão e a incubação constituem uma experiência de inovação social, em tecnologia social, em que o conjunto de técnicas e metodologias transformadoras e participativas geram soluções e melhorias na qualidade de vida ao serem aplicadas na interação com a comunidade.

A autogestão é um dos maiores fatores de relevância para a abordagem de tecnologia social, pois configura a dimensão processual e operacional de sua ideologia. Caracteriza uma das modalidades da adequação sociotécnica (AST)<sup>27</sup> - um processo de reprojetamento de tecnologias existentes<sup>28</sup> - denominada de “*Ajuste do processo de trabalho*”: implica a adaptação da organização do processo de trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção. É um exercício de democracia decisória e participativa. Representa uma forma de proposta para pressionar a comunidade e o governo a acordar uma nova agenda de política científica e tecnológica.

Cabe ressaltar que a prática autogestionária, o modo cooperativista não constitui algo novo na história da organização do trabalho. Mas acredita-se que, pelo fato destes grupos

<sup>26</sup>Por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída em 2010 onde prevê que os governos deem prerrogativas para a construção de um plano para gerenciar resíduos. Este cenário propõe garantir a participação dos catadores numa perspectiva de gestão democrática da cadeia de reciclagem no país.

<sup>27</sup>Informações sobre as etapas de AST encontram-se na página 66do referencial teórico conceitual desta pesquisa.

<sup>28</sup>Toda aplicação de tecnologia social aponta um processo de adequação sócio técnica; assim se obtém o conceito de reaplicação considerando que em cada contexto e ambiente o uso da TS será reprojetado (NOVAES e DIAS 2009).

estarem imersos na cultura do modelo capitalista, e, por meio da nova proposta de trabalho, conseguem se organizar, neste contexto e para estes empreendimentos, configura uma prática em inovação social.

Essas perspectivas mencionadas estão intrínsecas ao diálogo e são construídas por meio da realidade dos sujeitos no processo de problematização.

Segundo Pacheco Júnior e Pacheco (2009), enquanto vai se problematizando os aspectos mais significativos da realidade e do conhecimento a ser produzido no espaço formativo, com questões, indagações, e verificação das opiniões dos sujeitos presentes, o que se percebe de início é um tremendo estranhamento entre eles. Mas na medida em que vão verificando que esta possibilidade os aproxima e lhes dão um sentido, vão assumindo e incorporando em suas práticas esta forma de construção dos saberes.

#### 5.3.1.1 Roda: problematização, reflexão e apropriação dialógica

Segundo Sampaio *et al* (2014), a roda funciona como uma potência metodológica de confronto de realidade, leitura do mundo em um movimento que percorre ação, reflexão e transformação para possível apropriação do diálogo que tenta ser estabelecido. Representa uma estratégia de horizontalização das relações de poder e uma forma de unir questões aparentemente separadas, para que as partes e o todo façam parte do mesmo objeto. Portanto, constitui um caminho para o aprendizado, a convivência e propicia a construção dos conhecimentos de forma integrada, além disso, desperta um sujeito reflexivo para construções cotidianas (WARSCHAUER, 2004).

De acordo com as observações realizadas nas cooperativas, o momento da roda oportuniza aprendizagem e decisão por meio do diálogo. Para os cooperados significa espaço de construção de saber, espaço de discussão e para alguns de oportunidade de fala.

*“Isso é ótimo, bem interessante. Acho muito bom, o que eu aprendo posso passar pra frente não é um conhecimento que fica só pra mim” (Cooperado 1).*

*“Prazeroso porque é mais um tipo de aprendizado que eu tenho. Porque até antes eu não tinha muita dedicação, era mais afastado no meu canto, fechado em mim mesmo. Mas eu aprendi mais a soltar, conhecer as pessoas, conhecer o histórico das outras pessoas. Isso me faz crescer. Às vezes quando você é acostumado com um tipo de vida, você não gosta muito de misturar com as outras pessoas, mais em determinados momentos você passa a conviver com pessoas do nível da gente, superior ao nível da gente, superior em conhecimento isso faz a gente crescer. O que eu posso dizer sobre isso é que cada vez que a gente senta na roda é um aprendizado novo. São coisas que vocês trazem que a gente pode usar no*

*dia-a-dia e no pessoal da gente”. “Vocês deixam a gente bem a vontade pra poder dialogar” (Cooperado 3).*

Constitui um dos métodos de efetivação da prática educativa, que, segundo Freire (2013), só alcança efetividade e eficácia na medida em que há participação livre e crítica dos educandos. É a busca pela liberdade através de um movimento reflexivo que permite ao sujeito se descobrir construtor de sua própria história em interação com os demais.

Conforme Warschauer (2004)

As rodas de conversas possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos partícipes. [...] Os sujeitos que as compõem se implicam, dialeticamente, como atores históricos e sociais críticos e reflexivos diante da realidade (WARSCHAUER, 2004, p.1301).

Neste processo interativo, a fala como democrática, emerge como signo de valores, normas, cultura, práticas e discurso. Portanto, na roda, a fala é compreendida como expressão de modos de vida e negociação entre sujeitos o que a representa como uma postura ética – política em relação à produção do conhecimento e à transformação social (WARSCHAUER, 2004).

As ocorrências de diálogo para a produção do conhecimento se constroem por meio da problematização na roda. É o conhecimento científico orientado por objetivos e modificado em ação prática e o conhecimento de práxis dos cooperados. Ao vivenciar problemas diários, os cooperados os inserem em roda para promover discussões, críticas e reflexões para a busca de soluções. Assim é despertada a crítica da realidade do grupo. Problematizar, segundo Freire (2014, p. 229), é “exercer uma análise crítica sobre a realidade problema”.

Quanto mais se problematizam os sujeitos como seres no mundo e com o mundo, mais se sentirão desafiados. Desse modo, são provocadas novas compreensões de novos desafios que vão surgindo no processo de resposta. É a ação do próprio sujeito em sua transformação e na transformação de sua realidade (práxis).

A práxis dos cooperados necessita da ação, da reflexão e, principalmente, de uma nova ação. Nesse processo, o sujeito pensante não pode pensar sozinho acerca dos objetos sem a co-participação de outros sujeitos, e isso de fato é uma grande dificuldade nos empreendimentos, pois nem toda situação de interação gera conhecimento ou diálogo, e sem diálogo, não há formação crítica, nem produção do conhecimento.

Para Freire (2014), as pessoas criam conhecimentos sempre juntas e a interação entre ambas necessita estar fundada no diálogo. O ato de conhecer é um ato de engajamento em co-participação e igualdade. É nesse sentido que está a definição de comunicação para o autor, cujo o conhecimento é construído através das relações entre os seres humanos e o mundo. Então, a comunicação é como situação social em que as pessoas criam conhecimentos juntas, participam e inferem a realidade para modificá-la.

Compreende-se que a roda funciona como um dispositivo de construção dialógica por meio das interações. Segundo Braga (2012), os dispositivos interacionais podem ser entendidos como um possível lugar de observação onde pode-se estudar os fenômenos de comunicação que variam conforme circunstâncias e demais singularidades do processo em ocorrência. "É um conceito pragmático e heurístico que permite uma aproximação de casos comunicacionais empíricos muito diversificados para encontrar aí, suas lógicas próprias" (BRAGA, 2012, p.1).

O processo reflexivo é resultado do que esta formatação circular oportuniza. Na medida e, que os homens simultaneamente refletem sobre si e sobre o mundo, vão aumentando o campo de sua percepção. Assim, passam a perceber implicações mais profundas que não eram percebidas (FREIRE, 2014).

Refletir sobre a situação é refletir sobre a condição mesma da existência: é o pensamento criativo por meio do qual os homens se descobrem “numa situação”. Somente quando esta situação deixa de se apresentar como uma realidade densa e sufocante ou uma angustiante escuridão, e os homens passam a percebê-la como situação objetiva problemática – somente então pode ocorrer o comprometimento. Os homens emergem de onde se encontravam mergulhados e adquirem a capacidade de intervir na realidade na medida em que esta é desvendada. A intervenção na realidade representa, portanto, um passo a frente em relação à emergência e deriva da conscientização da situação. A conscientização é o aprofundamento da atitude de consciência característica de toda emergência. (FREIRE, 1970 *apud* LIMA 1981, p. 105)

É assim que os indivíduos, atuando e refletindo, percebem a estrutura em que se encontram. Sua percepção da realidade muda – histórico e cultural – podendo ser criada e transformada por eles.

Diante das considerações levantadas, entrevistas e observações, a “roda” proporciona a produção do conhecimento coletivo. Mais do que isso, os cooperados se apropriam do diálogo, aproveitam suas oportunidades de fala e de discussão, apesar de algumas vezes ser bem conflituosa. Isso acontece porque a incubadora social estabelece com os cooperados

relações afetivas e solidárias, com práticas pedagógicas participativas e respeitosas, que possibilitam o encontro, o confronto, o respeito da construção de saberes e intervenções concretas da realidade. Sendo assim, eles são capazes de criar e inovar seu mundo, como sujeitos de práxis.

#### 5.3.1.2 Quadro social: a resignificação da identidade do catador por meio da interação dialógica

O estudo da identidade é permeado pela complexidade, em especial, devido ao contexto de um mundo em constantes transformações. Mudanças as quais fragmentam o indivíduo, deslocando suas estruturas e abalando os quadros de suas referências.

A construção da identidade do indivíduo está estritamente ligada ao ambiente no qual ele se desenvolve e as relações que o circulam, a cultura que ele produz e que ao mesmo tempo (cultura) também o produz. Adota-se a perspectiva de que a identidade não constitui algo pronto ou acabado, mas que se significa e se resignifica.

É assim que o sujeito assume identidades diferentes em múltiplos momentos. Identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. É a formação de identidades contraditórias e deslocadas, formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais são representadas ou interpeladas nos sistemas culturais que as rodeiam. Na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis (HALL, 2006). Por esta razão, ela é um significado cultural e socialmente atribuído (SILVA, 2012).

Cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados (WOODWARD, 2012).

Como já demonstrado, as pessoas se associam às cooperativas com bagagens de atividades desenvolvidas para sua sobrevivência que não caracterizam o trabalho cooperado. Além disso, muitos chegam com autoestima baixa devido à marginalização do trabalho como catador ou decorrente de outras atividades também marginalizadas. A própria natureza da atividade desempenhada pelos cooperados recebe várias classificações estereotipadas em razão de lidarem com o que é “indesejável” pela humanidade: “o lixo”. É um público estigmatizado devido as suas condições individuais, oriundas de famílias pobres, com baixo nível de escolaridade, muitas vezes confundido com mendigos.

Goffman (1963) apresenta que a palavra estigma tem origem grega sendo referida na antiguidade a um sinal corporal particular, cuja a intenção era deixar evidente algo sobre estatuto moral de alguém. Atualmente, o termo é utilizado para se referir à identificação condenatória do sujeito ou de um grupo.

Tanto as pessoas que trabalham com lixo como os locais em que ele é disposto recebem tratamento negativo similar ao de pessoas e espaços ligados a outras “produções” da sociedade igualmente antigas e indesejadas, como cemitérios, manicômios, hospitais terminais, prisões, áreas de prostituição e albergues para mendigos. São lugares malditos, relegados, de preferência aos “cantos” e à “periferia” da cidade. Aqueles que trabalham nesses lugares são discriminados, e em muitos casos considerados cidadãos de terceira categoria (EIGENHEER, 2003, p.21).

Nesta perspectiva, o lixo é considerado problema na sociedade. Então, as cooperativas, ao receberem materiais “considerados lixos”, seriam o “ambiente” em que poucos escolheriam estar por vontade própria. Isso porque mesmo organizados em grupo estão constantemente nas lixeiras, separando material. Recebem caminhões da prefeitura, mais ainda assim são potencialmente considerados “perigosos”, a começar pelo visual, cor da pele, forma de se vestir, sinais corporais que evidenciam precariedade em relação à saúde, o local onde essas pessoas se encontram, modo de falar, entre outros.

O lixo nesse caso funciona como um significante da diferença e da identidade associado a “gente suja”, por esta razão a construção da identidade é tanto simbólica, quanto social (WOODWARD, 2012).

Todas essas “classificações” interferem diretamente no processo de produção do conhecimento na interação entre os membros das cooperativas e da equipe da incubadora social. Os cooperados se apropriam dessa autoimagem negativa que a sociedade lhes impõe e da exclusão socioeconômica que o próprio contexto produtivo capitalista gera presentes em sua cultura.

A estas pessoas é atribuído o *status* mais baixo entre os pobres urbanos e economicamente são os mais pobres entre os pobres. Muitos destes coletores de lixo são mulheres e crianças. Eles vagam pelas ruas a pé, procurando lixo, que colocam dentro de sacos que transportam. Deixam suas casas ao amanhecer, andando vários quilômetros todos os dias, completando ao fim da tarde. Seus instrumentos de trabalho são um saco para a coleta e uma vara para espetar e remexer o lixo. No trabalho, correm vários riscos: ficam com cortes e ferimentos produzidos por objetos cortantes e pedaços de vidro ou contraem, no lixo, alergias de pele causadas por lixo químico. Depois de terminada a coleta do dia, os coletores separam os materiais, vendidos aos comerciantes. O que recebem como pagamento pela coleta é muito pouco, vivendo estas pessoas no limite da pobreza (SANTOS, 2005, p. 375).

Então, se a identidade dos sujeitos adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representados, esta representação atua simbolicamente para classificar o mundo e as relações no seu interior. Como diz Woodward (2012), a identidade é relacional e, por esta razão, para os catadores em estudo, estimula o significado de formação da identidade pela diferença<sup>29</sup>, sustentada, portanto, pela exclusão (WOODWARD, 2012). Contudo, os catadores entendem que esta é a atividade que trará sua sobrevivência e o modo de ganhar a vida.

A incubadora, ao se deparar com esta realidade por meio de sua metodologia de incubação, para facilitar o processo de produção do conhecimento, inicialmente atua para a sensibilização dos cooperados. Há necessidade de mudança comportamental dos sujeitos que os valorize e esta ação é realizada respeitando sua própria identidade cultural e suas visões de mundo presentes em sua cultura. Existe essa necessidade inicial para que haja a introdução de uma nova cultura organizacional por meio da economia solidária, conforme argumentado em entrevista com o coordenador da incubadora.

*“É uma nova proposta de um outro agir econômico contrapondo toda essa selvageria que o sistema capitalista coloca o lucro como “Deus intocável da coisa”. Então a economia solidária vem contrapor isso, “a margem de lucro não é o supremo” e sim as pessoas e suas histórias. Pra isso há todo um conceito de comportamento, definições etc, e das ações dentro desta perspectiva. Ou seja, uma produção com base ética de forma a não prejudicar as pessoas, onde não exista a exploração da procura oferta e demanda, um consumo consciente compatível com a natureza humana. É uma proposta diferente do sistema opressor vigente” (Coordenador da incubadora).*

O referido coordenador ainda argumenta que:

*“A esperança é que as pessoas consigam se organizar em empreendimentos, e a partir disso gerar seu trabalho, sua renda. Eles estão excluídos do sistema, por várias razões, deficiência física, psíquica, uma série de situações, saúde, escolaridade, que estão excluídos e não conseguem outra coisa, a não ser se organizando dessa forma. Então essa é a ideia, de que na prática a economia solidária possa dar essa resposta” (Coordenador da incubadora).*

Por isto, há primordialidade em promover a identidade do cooperado, para que ele possa se apropriar desta nova proposta, evoluindo e se fortalecendo por meio da conquista e superação.

---

<sup>29</sup>A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições (Woodward, 2012, p.42).

É o reconhecimento do homem enquanto indivíduo co-responsável pela construção das condições do mundo em que vive e não mero “herdeiro” das condições em que se encontra sem poder modificá-las. O sujeito passa de um indivíduo espectador para um sujeito transformador e isso só é possível por meio da comunicação (FREIRE, 2013).

Paulo Freire chama esse processo de empoderamento. Uma expressão utilizada pelo educador, que segue uma lógica diferente do significado *Empowerment* já existente na língua inglesa cujo o conceito significa dar poder a alguém para realizar uma tarefa sem precisar de permissão de outras pessoas, apresenta uma noção de transferência, o que transforma o sujeito em objeto passivo (VALOURA, 2010).

Conforme Schiavo e Moreira (2005) o empoderamento

Implica essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva. (SCHIAVO; MOREIRA, 2005, p. 59).

Segundo o contexto da filosofia e da educação, para Paulo Freire, não é um movimento que ocorre de fora para dentro, mas internamente pela conquista da liberdade pelas pessoas que têm estado subordinadas a uma posição de dependência econômica ou física ou de qualquer outra natureza (VALOURA, 2010). Isso só pode ser concretizado se houver um conhecimento construído e discutido localmente entre os envolvidos. Sob este ponto de vista, o empoderamento visa transformar os atores sociais excluídos em sujeitos ativos (SILVEIRA, 2006)

Durante entrevista com alguns cooperados, identificou-se que houve a ressignificação de sua identidade a partir da vivência no trabalho, assim como para o trabalho. É a constituição de sua identidade vinculada ao papel social na comunidade em que vive. O sentido do trabalho está na ajuda que podem oferecer ao meio ambiente, contribuindo para a diminuição do impacto ambiental. São evidências que vão além de questões individuais e sociais, mas que mostram suas preocupações com a dimensão ambiental.

*“Bom, eu acho interessante pra poder ajudar o meio ambiente. Isso é importante né” (Cooperado 1).*

*“Me sinto uma agente ambiental” (Cooperada 6).*

Inclusive são mudanças das quais os cooperados levam para suas famílias. É uma das indicações de mudanças em seu comportamento.

*“Melhorou muita coisa em minha vida. Aprendi separar as coisas, aprendi metade das coisas na reunião”, “[...] É eu ensino tudo pros meus filhos em casa” (Cooperada 2).*

*“Lá em casa, eu separo material pra trazer pra cá, plástico, papéis, vidro. Tudo eu sempre separo”. “É ótimo, faz muita diferença. É uma coisa que passa pros filhos da gente. Eles mesmo já perguntam “mãe posso levar isso aqui”?. (risos). Já estão aprendendo já” (Cooperada 1).*

O movimento Nacional dos catadores de materiais recicláveis atua desde 1999 e luta justamente em prol da valorização da categoria e reconhecimento perante a sociedade para ganharem a condição de agentes ambientais. Eles desempenham papel importante na cadeia da reciclagem. Por meio deste discurso ambientalista, o catador pode demonstrar as vantagens e os benefícios de sua atividade. É uma forma de busca por um modelo identitário que supere a injustiça simbólica em que muitos se julgam submetidos.

Quando questionado se os cooperados sentem preconceito da sociedade em relação à atividade que exercem, todos demonstraram consciência de que há uma desvalorização, uma injustiça simbólica presente.

*“Tem. Tem muitas discriminações. Falam, perguntam, fazem cara feia” (Cooperado 1).*

*“Não, alguns chamam a gente de lixeiro, mais eu não ligo pra isso não” (Cooperado 5).*

*“Eu pessoalmente não, mais eu já ouvi falar dos colegas. Não gostei. O pessoal aqui do cerrado é bem estranho. Todos são humildes mais não valorizam o que tem. Se você trabalha em uma loja, você é muito melhor tratada do que quem trabalha em uma cooperativa de reciclagem. Pelos próprios moradores do setor e isso é triste” (Cooperada 6).*

A identidade sinaliza terem a percepção do olhar crítico da sociedade sobre o seu trabalho e rejeição, mas não se mostraram frustrados no novo trabalho organizado. O não sentimento de frustração mostra o indício também da apropriação do sentido do trabalho como agentes ambientais.

Outro aspecto observado é que a representação da cooperativa é um elemento para formação da identidade dos sujeitos. A representação inclui as práticas de significação e os

sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e aquilo que somos. Inclusive de que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. Por isso a representação é compreendida como um processo cultural (WOODWARD, 2012).

A cooperativa não representa somente o agrupamento de pessoas, mas oportuniza a distinção entre o catador associado, o catador de rua e também o sentido de reinserção ao trabalho. É o sentido do trabalho enquanto reconhecimento e valorização.

*“Assim, é bom que a gente praticamente é reconhecido, agora o catador de papel não é não. O catador da rua é chamado de lixeiro alguns tem nojo, tem gente que tem nojo sim. Entre os catadores não, mais do povo lá fora sim” (Cooperada 8).*

Ao pertencer a uma cooperativa, o cooperado se sente como trabalhador, pela valorização de sua identidade, fonte de dignidade. É uma forma de superação da exclusão. No caso específico de um cooperado, a oportunidade de ressocialização.

*“O que melhorou na minha vida foi viver com a minha família que por sinal nunca me desprezou. Errar uma vez na vida todo mundo erra, agora repetir o erro é ignorância, e muitas vezes você erra sem querer, a circunstância faz isso. Muita gente me vê como presidiário um monstro. Mas cada caso é um caso. Tem gente que procura caminho melhor pra viver melhor e outros procuram só o que não presta. Eu vivi três anos lá dentro, acho que era a única coisa que faltava conhecer na minha vida, mas o que eu vivi lá foi pra me tornar uma pessoa melhor. Conhecer a vida aqui fora é muito fácil, difícil é ser julgado, você procura alguma coisa melhor e não acha. Então o que eu tenho a agradecer em primeiro lugar à Deus, depois a presidente que me deu a oportunidade de trabalhar aqui e meus colegas de trabalho de me ensinar como trabalhar e como fazer com a nova vida, com a nova família” (Cooperado 3).*

É como um símbolo de status que supera a exclusão por meio da promoção de sua identidade. Por isso, alguns aspectos importantes que não foram pesquisados no estudo mostram-se interessantes como o significado que os sujeitos dão ao passarem a utilizar uniforme de trabalho e crachá de identificação.

Infere-se que, durante o processo de problematização para a tomada de consciência, os sujeitos aos poucos vão compreendendo que são atores co-responsáveis pela construção das condições do mundo em que vivem, podendo modificá-las. É assim que, por meio das intervenções centradas no diálogo da equipe da incubadora social, há um deslocamento da

identidade dos sujeitos em que, no modo de produção do conhecimento em conjunto, eles ressignificam sua identidade, dão novo sentido ao trabalho e à representação da cooperativa.

Lima (1981) caracteriza um método no qual o sujeito para conquistar uma postura crítica, deve estar engajado em um processo dialético de transformação da realidade por meio da reflexão da ação, “é no bojo deste processo que a comunicação e o conhecimento verdadeiro são produzidos” (LIMA, 1981, p. 119).

#### 5.3.1.2.1 Apropriação do lugar: o pertencimento à cooperativa

O lugar tem um significado para o indivíduo que o incorpora à própria identidade. Assim sendo, a compreensão do conceito de lugar está associada à ideia de vínculos afetivos gerados através do uso que o sujeito faz dos lugares.

Segundo Carlos (2007), o lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. É a produção do lugar vinculado à produção da vida.

Portanto, na medida em que o sujeito vai se apropriando da cooperativa, a cooperativa vai ganhando significado dado pelo seu uso, isto é, a apropriação também como um processo de identificação. É assim que o cooperado vai produzindo seu espaço e sua história no local, seu cotidiano que é tecido pelas maneiras de ser, conjunto de afetos, as modalidades do vivido próprio a cada habitante, produzindo uma multiplicidade de sentidos. É preciso levar em conta que a história do sujeito tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso. (CARLOS, 2007). Dessa forma, lugar é todo espaço que possui significado.

Logo, é no processo de apropriação que as relações e pertencimento ao lugar são potencializadas. Os sujeitos vão desenvolvendo nas cooperativas valores ligados aos seus sentimentos, a sua identidade, recriando seu espaço com o qual se identificam e se sentem pertencentes, ou seja, o sujeito vai dar significado ao lugar devido à experiência local e cotidiana, conforme evidencia um cooperado.

*“Com o mesmo amor que eu cuido da minha casa, quero cuidar disso aqui também. É assim que estamos unidos” (Cooperado 3).*

Por esta razão, o lugar é construído simbolicamente, é produto moldado pelo uso, lugar de segurança onde se criam laços de identificação. O sujeito age dialeticamente com esse espaço.

Durante entrevista com uma cooperada, percebeu-se que ela ainda não conseguiu desenvolver um vínculo afetivo com a cooperativa, a apropriação do lugar e, conseqüentemente, com o território no qual está inserida. Existe uma força de luta para reconhecimento e inclusão que a faz continuar na cooperativa, mas há evidências de algumas resistências nesse processo. Apesar de reconhecer um grande salto em sua condição de vida como segurança, local fixo para trabalhar, reconhecimento e abandono da posição escrava para os donos de depósitos atravessadores intermediadores da venda do material para as indústrias, percebe-se que ela não consegue desenvolver uma relação afetiva com a cooperativa (lugar) devido ao novo território em que está inserida e às dificuldades enfrentadas no local. Dotar a cooperativa como valor é atribuir significado a seu espaço que se caracteriza como um dos processos do apego ao lugar.

*“Tem mais de 20 anos. Assim, foi o primeiro trabalho da minha vida, catar papel na rua né, desde pequena eu fui praticamente criada dentro de um depósito de papel e tenho muito orgulho. Assim eu era mais feliz quando eu morava em um depósito de papel do que aqui nas casinhas, sinceramente. Aqui eu já aguentei uma barra que só Deus” (Cooperada 9).*

Desde pequena a cooperada foi condicionada a realidade histórico-cultural da vida nos galpões e ao enraizamento com o grupo. Sua identidade sinaliza esse condicionamento como produto de sua ação, é a cultura resultado da práxis<sup>30</sup> e do trabalho onde o sujeito a cria, mas que também ao mesmo tempo é criado pela cultura (LIMA, 1981).

A cultura, criada pelos homens através de sua práxis e de seu trabalho, é o universo simbólico e abrangente em que eles atuam como seres conscientes. Entretanto, na medida em que os homens, em sua relação dialética com o mundo, o transformam por meio do seu trabalho, são condicionados pelos produtos de sua ação (Freire, 1971 *apud* Lima 1981, p. 83).

É assim que a cooperada estabeleceu afetos e se apropriou dos locais em que circulava. Giuliani (2004) diz que o apego ao lugar é uma necessidade humana fundamental, condição essencial para se estabelecer vínculos. É a dimensão entre o ambiente físico e o sujeito, produzindo deste encontro o sentimento de pertença. Por meio do sentimento de pertença, é

<sup>30</sup>Ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-los (FREIRE, 2014).

possível observar os indicadores de fortalecimento de identidade, compromisso, apropriação e afetos (GIULIANI, 2004 *apud* SALOMONI, 2009, p. 26).

Quando a cooperada fala que era melhor viver no galpão, nota-se que além dos novos problemas que enfrenta com a cooperativa, como a gestão do local e a falta de renda, há um afeto estabelecido com o lugar em que morava e com os demais catadores. O novo território, ou seja, a nova casa, o novo espaço, soa como algo estranho. Automaticamente, essa “rejeição” com seu novo território interfere em sua relação com a cooperativa.

Giuliani (2004), por meio de uma pesquisa, aborda algumas discussões relacionadas à transferência forçada de local de residência. Segundo a autora, esta “suposta” transferência representa triste perda de vínculos de vizinhança, do sentido de continuidade dos indivíduos, afinal, foi no galpão de papelão que a cooperada nasceu, cresceu e desenvolveu boa parte de sua juventude até a fase adulta. Foram anos de convivência e vínculos consolidados. Quando a cooperada fala “eu já passei uma barra aqui que só Deus”, atenta-se a um sentido de vulnerabilidade em que agora se encontra.

Além disso, quando a cooperada morava na rua tinha o que comer, apesar de pouco, recebia algum dinheiro pela venda do material que encontrava, e agora, passa por dificuldades maiores de sobrevivência como corte de energia, água e falta de alimento em casa.

Durante algumas entrevistas informais, outra cooperada que conviveu com ela argumentou que foi sorteada e ganhou uma casa do Programa Minha Casa Minha Vida, contudo sozinha, seus colegas não. Assim, ela decidiu não aceitar devido aos laços afetivos mantidos com o grupo e o lugar onde morava: *“Na época eu disse que só ia pra essas casas quando todo mundo fosse, eu abri mão da casa, esperei outro sorteio até todo mundo conseguir ir junto”*.

A relação dessas pessoas são fortes e o vínculo que eles estabelecem uns com os outros são extraordinários. Quando por meio da mobilização, esses catadores se organizam em cooperativa, muitos destes laços são levados para o novo local de trabalho. Como o caso de uma cooperada, ao questionar por quais razões ela mesma não deixa o trabalho, mesmo sabendo que ainda não conseguiu nenhuma renda. Seus argumentos demonstram fidelidade.

*“O que me prende aqui é uma pessoa amiga minha. Eu dei palavra de mulher pra ela. Então se eu sair vou ser muito irresponsável. Por isso que eu estou aqui”*  
(Cooperado 2).

A importância do conceito de pertencimento explica-se na relação do ser humano com o seu entorno. Neste sentido, está relacionado à aproximação, à ligação e ao enraizamento

onde o indivíduo constrói e é construído, modifica e é modificado como parte de um local (KOURY, 2010). Por meio do pertencimento, o cooperado pode legitimar sua identidade no contexto de vivência e do trabalho, ou seja, desenvolver seu sentimento de pertença.

Conforme concepção de Valle (2002), o sentimento de pertença está relacionado aos laços que prendem o sujeito ao modo de ser, aos comportamentos e estilos do grupo no qual entra, fazendo com que ele se sinta e aja como membro pleno do grupo, sobretudo no que diz respeito aos papéis sociais, às normas e valores.

Por esta razão, nas cooperativas, há necessidade de acolhimento coletivo, ou seja, de todos se sentirem amparados pelo próprio grupo do qual fazem parte e se reconhecerem através de um processo de construção e reconstrução no lugar. Significa pertencer a um todo que ao mesmo tempo lhes pertence.

Ao tentar identificar se os cooperados se sentem pertencentes às cooperativas, por meio das entrevistas, verifica-se que os seus sentimentos estão relacionados à: a) Contextualização histórica como catador; b) Sentimento de valorização, motivação do trabalho; c) Sentimento de acolhimento “familiar”.

#### a) Contextualização histórica como catador

Dentre os entrevistados, somente quatro cooperadas já exerciam a atividade como catadores informais antes de se organizarem em cooperativa. O sentimento de pertença dos sujeitos está relacionado ao afeto atribuído à atividade. Ou seja, o sujeito desenvolve uma apropriação afetiva, marcada pela sua história de vida na prática desta atividade e do percurso de luta inicial para formação da cooperativa. É uma dinâmica de interação do sujeito com seu entorno em que são traduzidos seus sentimentos de apego e de defesa do lugar (SALOMONI, 2009).

Durante muitos momentos, uma das cooperadas se mostrava imensamente emocionada ao comentar sobre o local de trabalho e de sua luta para colaborar com o desenvolvimento do empreendimento.

*“Eu gosto tanto de trabalhar aqui que quando chega a parte da tarde eu não quero que a hora passe pra todo mundo ir embora, e não trabalho a noite porque o povo não quer trabalhar a noite, se não eu emendava lá pras 23hs da noite”. [...] “eu acredito que vai crescer [...]”. Então tudo isso faz a gente ficar mais firme, ter mais coragem. Não é pensar hoje no amanhã desistir, entendeu? Então ta difícil, vamos nas dificuldades, não vou deixar mesmo” (Cooperado 4).*

A cooperada deu um valor simbólico ao local ligado a sua história de vida e luta pelo trabalho como catadora informal. O lugar soa como uma grande conquista e lugar onde são criados laços de identificação (SALOMONI, 2009).

b) Sentimento de valorização, motivação do trabalho e acolhimento do grupo.

São diversos os fatores que fazem com que os cooperados desenvolvam seu sentimento de pertença. Um deles destacado é o motivacional. Quando o cooperado se sente valorizado na cooperativa, ele vai moldando o lugar, construindo suas relações e valores ligados aos seus sentimentos, vai recriando o espaço com o qual se identifica e dá a ele um significado por meio de sua experiência. É assim que sua identidade é deslocada, dependendo do papel que exerce em seu contexto profissional (CARLOS, 2007).

*“É, pra todas as pessoas quando você muda de estabilidade profissional mesmo que seja em uma cooperativa é bom porque você vê a importância que a pessoa dá a sua pessoa. Então é isso que eu senti, um pouco mais importante do que eu já me sentia antes”... [...] “Valorizado, porque é um tipo de confiança que a pessoa deposita na gente, então por isso eu me sinto grato”... (Cooperado 3).*

*“No começo, foi difícil porque como cooperado e todo mundo faz parte do corpo administrativo da cooperativa, alguns colocaram obstáculo. Mas devagarzinho eu fui mostrando para as pessoas que eu não queria mandar em ninguém. Eu só queria administrar o serviço, o modo de trabalhar, pra organizar, pra ser melhor pra cada um. Mas foi devagar entendeu e isso se fosse melhorar tudo de uma vez eu provavelmente me empolgaria com aquilo. O importante é que foi melhorando aos poucos, para as pessoas me conhecer e eu conhecer elas também. Porque hoje se eu falar “o gente vamos trabalhar assim e assado porque rende o serviço” ninguém coloca obstáculo. Essa é a importância de ter começado devagar. Se você, por exemplo, arruma um serviço e é colocada lá em cima no seu posto, o que você fala a primeira vez as pessoas acatam, seu orgulho aumenta, então quando você tem que batalhar pra conseguir a confiança das pessoas se torna bem mais humilde a você também” (Cooperado 3).*

A falta de oportunidade ou de confiança depositada pelo grupo afeta a motivação. Como exemplo, para uma cooperada, o “pertencer” está relacionado à “voz”, oportunidade de fala e confiança.

*“Não me sinto, porque meu cargo é de tesoureira e o pessoal desconfia muito de mim. Sem motivo porque tudo eu tenho anotado e como provar, tenho controle,*

*extrato de banco, assinatura. Então quando o dinheiro não dá pra dividir a culpa é da tesoureira” (Cooperado 6).*

c) Sentimento de acolhimento “familiar”.

Outro aspecto interessante percebido é que a cooperativa e o trabalho para alguns possuem um sentido “familiar”. Eles se sentem como família e a construção dos laços é visível, o que os fazem se sentir parte da cooperativa. A experiência concreta cotidiana com o lugar e com os membros permite este sentimento. Todos inseridos no contexto da cooperativa vivenciam e constroem os seus símbolos que são compartilhados por todos nesta realidade. Isto é fundamental para a identidade do sujeito. A cooperativa possui um valor simbólico e corresponde a um período significativo na vida pessoal do cooperado, é a permanência dos vínculos afetivos com os outros e com o ambiente. Também é uma das razões que prende o cooperado no local, apesar das grandes dificuldades enfrentadas, como por exemplo, a falta de renda momentânea.

*“Eu sou muito grato. É mais uma profissão que aprendi gostar também. Cooperativa é um lugar que você se sente em família. Aonde você procura conhecer o seu lado pessoal, reconhecendo os outros. E só assim, que você conhece a você mesmo, conhecendo os outros. Porque alguém faz você entender o tipo de pessoa que você. Então a cooperativa é o principal lugar onde a pessoa quer de descobrir a si próprio, porque ali você tem irmão, você tem amigo, você tem família, você tem pai. Então é um lugar agradável de trabalhar. Você constrói grandes laços” (Cooperado 3).*

*“De todos, somos uma família. Confiar nos colegas, sempre tem fofoca, mais é normal em qualquer lugar” (Cooperado 5).*

*“Eu não sei (risos), Alguma coisa me prende, acho que é o povo. Eu gosto de ficar no meio deles. Então dinheiro eu acredito que ainda vamos ter” (Cooperado 4).*

Uma dimensão peculiar observada no cotidiano das cooperativas em estudo é o aspecto lúdico, as brincadeiras e piadas uns com os outros frequentemente durante o trabalho e em muitos momentos sobre a sua própria condição de trabalho. Apesar das dificuldades, existe um bom humor que fortalece a união entre ambos. Eles possuem uma liberdade de expressão que cria e favorece sentido positivo do trabalho.

*“Não, fora também. Do mesmo jeitinho, a gente se encontra na rua, vamos um na casa do outro, faz piadinha, isso é normal né”. “[...] Eu consigo desenvolver muitas coisas que aprendi aqui, isso aqui é bom demais, é divertido, a gente conversa um com o outro. Sábado o dia inteiro não tem briga sabe. Aquele*

*cooperado é uma festa aqui dentro. Aqui é uma família, eu tenho uma família aqui dentro da cooperativa e tenho vocês lá fora também” (Cooperada 4).*

*“Na coletividade aqui é bem melhor, porque aqui a gente se diverte aqui dentro, a gente trabalha conversa, o tempo passa e a gente não vê, mais a boca fala e as mãos trabalham” (Cooperado 3).*

Qualquer empreendimento possui sua cultura organizacional relacionada a um sistema de valores compartilhados pelos seus membros. Para Morgan (2007), “tais padrões de crenças e significados compartilhados, fragmentados ou integrados, apoiados em várias normas operacionais e rituais, podem exercer influência decisiva na habilidade total da organização em lidar com os desafios que enfrenta” (MORGAN, 2007, p.125).

Nesse sentido, existe um “padrão cultural”, um aspecto lúdico de brincadeiras característico no desenvolvimento do trabalho e interação entre os cooperados. Estas características tornaram-se evidentes gradualmente na medida em que se identificavam as linguagens utilizadas, os temas explorados em suas conversas, assim como os rituais de suas rotinas diárias.

Em suma, a apropriação do lugar está relacionada ao pertencimento, à significação e à atribuição de valores ao espaço, do local onde se estabelecem vínculos afetivos gerados pelo uso. Estas significações e atribuições de valores incorporam a própria identidade do sujeito. É neste sentido que o sujeito vai produzindo seu espaço, seu cotidiano, seus afetos, seus relacionamentos etc.

Por meio das entrevistas, é evidente que a maioria dos cooperados se apropriaram e deram sentido ao ambiente em que estão inseridos. O sujeito age dialeticamente com esse espaço, é um movimento de deslocamento, o que favorece a construção do conhecimento em conjunto com a Universidade. Quando o sujeito se sente parte do meio em que ele convive e atua, vai se reconhecendo nesse processo de construção.

Não há como desenvolver um processo crítico de problematização no diálogo se os sujeitos não se sentirem pertencentes à cooperativa e cabe ressaltar que este configura um processo lento.

#### 5.3.1.2.2 O significado do local fixo de trabalho

Como se sabe, o trabalho é uma atividade carregada de significados e proporciona o deslocamento da identidade dos sujeitos e seus diversos papéis na vida social. Tem a ver com realização pessoal, com sentir-se útil, além de manutenção financeira.

A maioria dos trabalhadores, antes de se associarem às cooperativas, estavam desempregados e alguns exerciam a atividade de catação informal. Suas experiências trazem de maneira recorrente o sofrimento vivido por estarem excluídos do mercado de trabalho e na busca pela sobrevivência marcada por desgastes e desvalorização social. Ao tentar compreender o que mudou em suas vidas ao se associarem às cooperativas, foi possível identificar melhoras relativas às novas condições de trabalho e estrutura física. Para eles, é muito mais vantagem trabalhar na cooperativa, apesar das dificuldades enfrentadas para gerir o empreendimento.

*“Eu nunca tinha trabalhado como catador nem cooperado, o que mudou pra mim foi a certeza de um lugar fixo para trabalhar, a certeza de estar trabalhando em família, por aqui nós somos uma família. Eu tinha experiência como administrador, mais em outros ramos de trabalho, não neste, mais aqui é fácil pra mim trabalhar, mais prazeroso, porque as pessoas se respeitam, se completam” (Cooperado 3).*

O cooperado demonstra seu desgaste com o trabalho informal ao relatar a certeza de que agora possui um local fixo de trabalho. Outra cooperada destaca suas dificuldades vividas pela mercê das condições climáticas. Normalmente os catadores informais possuem uma jornada extensa diária de trabalho e carregam carrinhos pesados.

*“Olha, catador, o ruim é o sol lá fora, o horário de comer, porque geralmente você lá fora come umas duas horas da tarde, até pegar comida, todo restaurante só dá comida pra gente depois que todo mundo comeu, quando não tem mais cliente. Cooperativa não, você tem horário de trabalho, no almoço você para e vai almoçar, aí dá 13hs a gente volta do almoço e as 17hs vamos embora. “[...]Mudou. Porque na rua você termina de comer você tem que se virar porque o galpão de papel só recebe até 17horas da tarde. Se dá 1 7horas e você não chegou com carrinho, você é responsável pelo carrinho lá fora” (cooperado 9).*

A invisibilidade social é muito presente no dia a dia destas pessoas. Portanto, o local fixo de trabalho os tira da escravidão em busca de sobrevivência oportunizando segurança, autoestima, “garantia” e certa “estabilidade”. A estabilidade permite aos cooperados criar raízes e vínculos.

*“Eu me sinto mais descansada, não preciso ficar catando na rua, no sol, mudou muito” (cooperada 4).*

É neste espaço fixo que eles aprendem, se desenvolvem, dão um significado valorativo e constroem suas relações.

#### 5.3.1.3 Estruturação empresarial: apropriação do novo modo organizacional de trabalho

Para este item, procurou-se analisar a apropriação do sujeito relacionado aos saberes básicos construídos sobre Autogestão e Cooperativismo – comprometimento e trabalho coletivo, confiança e superação de hierarquia, processo decisório - que representa o novo modo organizacional de trabalho no empreendimento.

Como já visto, o catador vem de uma história de marginalização, de trabalho individual aprendido nas ruas, nos lixões, ou em outras atividades para sobrevivência. Quando inserido na cooperativa, esses conhecimentos adquiridos precisam ser transformados. É nesse percurso que há o choque cultural entre os conhecimentos: sua bagagem, condição histórico-social e cultural para a introdução de uma nova forma de trabalho. Decorrente da desestabilização, em virtude da adaptação ao que é novo, são encontradas alguns entraves no processo, principalmente quando se trata da gestão da cooperativa, o que envolve participação e ações mais práticas.

Freire (2013), indagado ao procurar saber as razões que levaram os camponeses à apatia e ao silêncio, ou seja, a não conseguirem passar pelo processo de conscientização, busca respostas nas condições históricas, sociológicas e culturais que condicionam o homem. O homem não recusa o diálogo por rebeldia, mas porque há razões de ordem histórico-social e cultural que condicionam o sujeito a esta recusa. É necessária a análise da estrutura em que este está inserido. Estruturas verticais e relações rígidas historicamente os levam à condição de oprimidos. Isso porque não tiveram experiências dialógicas e de participação. “Em grande parte desconfiam de si mesmos e são inseguros de suas próprias capacidades, sem direito de dizer sua palavra, e apenas com dever de escutar e obedecer” (FREIRE, 2013, p.61).

O que estas considerações revelam é que “a dificuldade em dialogar (resistências e entraves no processo), não tem razões no próprio querer do cooperado, mas nas estruturas sociais enquanto fechada e opressora que determinam suas atitudes” (FREIRE, 2013, p.61). Logo, se não há diálogo, não há conscientização e nem mudança de realidade, o sujeito fica imerso na passividade.

Nas cooperativas, essa realidade não é diferente. Para que consiga se desenvolver, é necessário dedicação, envolvimento dos cooperados e ação, mesmo que o retorno pelo empenho se alongue. Como visto anteriormente, quando o sujeito se apropria do lugar

enquanto espaço de significações lhe atribuindo valores e afetos todo seu comportamento é influenciado.

Os ambientes autogestionários e cooperativos funcionam como construções de valores que devem ser buscados cotidianamente, é o que justifica e orienta a própria existência do empreendimento popular. Portanto, espera-se que os valores e as práticas estejam presentes, além do comportamento ético destes membros, o que constitui um grande desafio.

#### *a) Comprometimento e trabalho coletivo*

Em maioria, a motivação inicial para pertencer a estes ambientes integra a necessidade de obtenção de renda, mas nem todos possuem a mesma intensidade no seu compromisso (NUNES; VASCONCELOS, 2007).

Por meio de constantes visitas nas cooperativas, foram identificadas dificuldade dos cooperados em comprometimento com horário e com os dias de trabalho. O comprometimento com a nova cultura organizacional cooperativa possui grande importância na execução do serviço, o que complementa a efetividade dos resultados. Em uma das reuniões na cooperativa Crecer, juntamente com os orientadores da incubadora social, onde a problematização gerava-se em torno do comprometimento, uma recém-cooperada se mostrou irritada e se comparou com os demais dizendo:

*“Esse horário não está na minha cabeça. Não to me agradando. A gente precisa chegar às 8hs, tem gente que chega quando quer, eu acho errado. Todos devem cumprir horário. Lá onde eu trabalhei até 8:15 entra. Eu sou a primeira a chegar, não gosto disso”(Conversa em Roda).*

Este descontentamento destaca algumas experiências vividas com o trabalho um pouco mais organizado em outras cooperativas. O comentário gerou diversos questionamentos até o cooperado responsável em realizar os pagamentos se posicionar e colocar em roda a decisão em fazer os pagamentos conforme as horas trabalhadas. No momento não haviam estabelecido este tipo de regra, mas todos concordaram e acharam justa a atitude.

Houve um processo de problematização nesse percurso, onde a atitude do cooperado abriu novos caminhos para a compreensão dos demais. Freire (2013, p.113) diz que na “problematização, cada passo no sentido de aprofundar-se na situação problemática, dado por um sujeito, vai abrindo novos caminhos de compreensão do objeto da análise aos demais sujeitos”.

Esta problematização que se dá no campo de comunicação em torno de situações reais, concretas, existenciais, ou em torno dos conteúdos intelectuais, referidos também ao concreto, demanda a compreensão dos signos significantes dos significados, por parte dos sujeitos interlocutores problematizados. Esta inteligência dos signos vai-se dando na dialogicidade que, desta forma, possibilita a compreensão exata dos termos, por meio dos quais os sujeitos vão expressando a análise crítica do problema em que se acham empenhados. (FREIRE, 2013, p.114).

É um processo de tomada de consciência que lhes torna possível intervir, tornam-se sujeitos de seus movimentos, isto é, capazes de escolha, de autodeterminação, de uma postura crítica face ao mundo, libertos do temor de existir criativamente em relação a outros sujeitos.

Para Nunes e Vasconcelos (2007), é muito comum encontrarmos estes conflitos em cooperativas populares e é preciso estar atento e encontrar saídas que não culminem, a cada situação, com o afastamento de um membro. Essa atitude convém aos próprios associados.

Em conversa com um servidor do Programa Coleta Seletiva de Goiânia, que faz entregas de caminhões na cooperativa Crecer, foi demonstrado que existe uma dificuldade em organização de trabalho no local.

*“Eu trazia material aqui duas vezes na semana. Então eles trabalhavam uma vez na semana e os outros dias não. Então acho que desse tempo todo, eles poderiam estar bem mais evoluídos do que eles estão” (Cooperado 7).*

Para compreender melhor esta dificuldade na cooperativa Crescer, foi questionado durante as entrevistas se os cooperados sabem de quem é a cooperativa e se trabalham em grupo. A grande maioria sabe que a cooperativa é de todos, compreendem e preferem trabalhar em coletividade.

Na cooperativa Cooperabem foi questionado se conhecem o significado da palavra autogestão e cooperativismo. Muitos sabem o sentido, mas não conseguem dizer em palavras. Portanto, mesmo com dificuldades em responder, vivenciam ou pelo menos tentam vivenciar o novo modelo organizacional na prática.

Além disso, o trabalho coletivo para os cooperados significa liberdade de uma batalha cultural da relação produtiva e exploratória do capital, ou seja, deixar a submissão ao modelo econômico capitalista para trabalharem em favor do coletivo.

*“Nós não somos empregados, somos donos de nós mesmo aqui. Não tem patrão, a coisa mais maravilhosa” (Cooperada 3).*

Há então a apropriação da cultura de cooperação e compreensão por parte dos cooperados do que significa o trabalho e principalmente de que o trabalho cooperado requer compromisso por parte de seus associados. Mas o acionamento deste entendimento para colocá-lo em ação entra em negociação com os aspectos sócio-culturais e sociais do sujeito, dos quais eles estão condicionados, os já adquiridos. Nisto, a apropriação caracteriza-se como processo longo, mas que se inicia na reflexão.

Dewey (1958) argumenta que no processo de reflexão, os indivíduos analisam suas experiências anteriores por meio do enfrentamento de dificuldades de difícil superação. Esta análise se apoia em suas crenças, práticas, intuição, emoções caracterizadas por perceber o problema. Segundo o autor, o ato de pensar deve ancorar-se nos seguintes pontos: 1) uma necessidade sentida, ou seja, problema; 2) a análise da dificuldade; 3) as alternativas de solução do problema; 4) a experimentação de várias soluções, até que o teste mental aprove uma delas, e 5) a ação como prova final para a solução proposta (DEWEY *apud* GOMES; CASAGRANDE, 2002, p. 701). Logo, é um meio de reflexão na ação, que em meio à própria ação produz reflexão, manifesta-se no “saber fazer”.

Na cooperativa Cooperabem, a maior dificuldade em cumprimento de horários dos membros está relacionada à motivação dos cooperados. Muitos após sentirem as dificuldades da cooperativa como, falta de renda, valor alto de aluguel, pressões da própria busca de sobrevivência e condições precárias de vida desistem e passam a dar prioridade a outras atividades que sanam suas exigências emergenciais. Esta desistência caracteriza outro fator conflitante para a produção do conhecimento no processo de incubação: a “alta rotatividade”.

A alta rotatividade é o processo de mudança continuada do quadro de membros caracterizada pela entrada e saída dos sujeitos nos empreendimentos. Este é um fator constante, o que sempre gera um descompasso em relação à formação técnica, de gestão, de termos culturais e de comportamento aos valores de economia solidária. Por esta razão, pode por em risco a construção do grupo e fortalecimento dos vínculos.

Considerado algo muito natural no processo, uns dos maiores motivos para a rotatividade nos empreendimentos é a baixa renda. Este fator apresentou-se aos cooperados como algo desmotivador do trabalho na cooperativa, principalmente devido ao alto valor de aluguel do galpão.

*“Eu ainda creio que vai levantar, estamos procurando um local mais barato. Às vezes as pessoas querem trabalhar mais o aluguel desanima a pessoa”. “[...] O melhor da vida não é a gente abaixar a cabeça, o pior já passou um pouco, agora*

*a gente está tendo dificuldade no pagamento. O que está faltando é um pouco de esforço nosso e também o aluguel que está muito alto, por isso o povo não está ficando” (Cooperado 8).*

Durante acompanhamento do processo de incubação verificou-se que uma das cooperadas desistiu e retornou para a cooperativa várias vezes. Quando perguntado se ela prefere trabalhar sozinha ou no coletivo, a resposta foi “sozinha”, e de quem é a cooperativa a resposta foi:

*“Acho que é de vocês, não é não?” (Cooperada 9).*

Suas respostas deixam claro o descompasso com os demais. A rotatividade não permitiu a apropriação do sentido novo do trabalho coletivo e, conseqüentemente, dificultará o estabelecimento de seu vínculo e a busca por um objetivo comum.

Singer (2005) argumenta que as cooperativas são associações de trabalhadores autônomos, o que não gera nenhuma responsabilidade sobre o ganho e os direitos dos cooperados, mas que exige dedicação e tempo para que haja um retorno efetivo. É justamente nesse quesito que o trabalho cooperado se torna um grande desafio, principalmente porque é uma atividade que exige confiança e vínculo.

A ocorrência deste fato culmina em perda tanto para a cooperativa quanto para a proposta da Economia Solidária. Para que a cooperação possa existir, é necessário que os vínculos e a confiança com o grupo sejam construídos e fortalecidos, cada um a seu tempo, mas que todos caminhem em função de um objetivo comum.

Apesar de constatar que a renda é o fator principal de rotatividade no empreendimento, para alguns existe uma perspectiva de crescimento que vislumbra um melhor salário. Este é o fator da sua permanência nas cooperativas.

*“É, e pela minha idade não é qualquer empresa que pega pra trabalhar. Pelas minhas condições físicas talvez, pela idade não. Então não seria uma coisa que me prende aqui, mais uma oportunidade de crescer. Porque se agente conseguir um quadro consciente do que é uma cooperativa, tem grandes possibilidades de crescer. Alguns não têm esse ponto de vista, não vê a possibilidade da cooperativa crescer, só vê o dia a dia. Mas como o meu modo de pensar a gente tem que pensar lá na frente, eu vejo grande possibilidades aqui dentro. Já conheço várias cooperativas que não tinham nada e já cresceram bastante, eu espero que a nossa também cresça” (Cooperado 3).*

A resposta do cooperado evidencia que há uma perspectiva abandonada de produção individualizada adquirida anteriormente e internalização da dimensão do trabalho coletivo e da autogestão.

*b) Confiança e superação de hierarquia*

Para o desenvolvimento da autogestão nas cooperativas é primordial que as pessoas desenvolvam confiança, solidariedade e que busquem o bem comum. É assim que os membros contribuem para a formação do capital do empreendimento, o qual é controlado de forma democrática. Parte desse capital é de propriedade comum e poderá ser destinado a investimentos na própria cooperativa. O restante dos rendimentos é dividido entre os sócios de acordo com a contribuição no trabalho de cada um.

Entretanto, a cultura individualista, de competição e defesa de interesses próprios ainda chama atenção nos empreendimentos. Para a nova dinâmica organizacional, essas relações precisam ser rompidas. A autogestão e cooperativismo exige novas formas de relacionamentos.

A maioria dos cooperados demonstram nas entrevistas que possuem uma relação de confiança e consideram ser uma família. Contudo, outros revelam que existem alguns descontentamentos e conflitos que segundo a análise dos dados se apresenta como fatores que dificultam o processo de construção do diálogo. É a presença de nuances de confiança/desconfiança, isto é, uma confiança parcial em determinados aspectos.

*“Não me sinto, porque meu cargo é de tesoureira e o pessoal desconfia muito de mim. Sem motivo porque tudo eu tenho anotado e como provar, tenho controle, extrato de banco, assinatura. Então quando o dinheiro não dá pra dividir a culpa é da tesoureira” (Cooperada 6).*

*“Normal, não confio muito, a gente já teve problema aqui por causa disso” (Cooperado 8).*

No contexto desta pesquisa, a confiança é vista como elemento a ser construído. É comum que haja maus entendidos. Como uma problemática no desenvolvimento de qualquer laço social, seus conceitos podem englobar diversas dimensões como as psicológicas e afetivas, as dimensões cognitivas, emocionais e comportamentais. Mas a sua significação prática reside na ação social que ela implica e de certa forma irá impactar a maneira como o indivíduo se relaciona, como produz e como é percebido pelos demais (VALENTIM, 2006).

Embora seja perceptível que o sentido de confiança gerado nas cooperativas está relacionado aos laços de amizade e sentimento de grupo, existem exceções que demonstram que o sentido de confiança está implícito na tarefa realizada ou a ser realizada pelos indivíduos.

Segundo Grimberg (2007), a falta de confiança acaba criando um ambiente propício para a reprodução de relações hierarquizadas que não são desejáveis em organizações que buscam priorizar a cooperação e a solidariedade, além disso, espera-se que as regras e os papéis de cada membro sejam esclarecidos. É necessário que todos entendam o processo produtivo, os aspectos do negócio e estabeleçam relações simétricas que garantem a todos o direito de participar da gestão e dos resultados.

Para Grimberg (2007),

[...] a participação nos processos que envolvem as principais decisões constitui-se num aspecto fundamental da dinâmica cooperativista. Assegurar que todos e todas estejam informados e participem dos encaminhamentos dados nas questões internas e externas à cooperativa é um dos fatores estratégicos para a construção de processos de emancipação, uma vez que permite substituir as relações hierarquizadas pelas horizontalizadas. Amplia-se, assim, o alcance da democracia participativa (GRIMBERG, 2007, p.79).

Outro aspecto identificado relacionado à confiança é a existência de uma hierarquia simbólica (não constituída em regimento formal interno) que inibe os demais, ou anula a fala de alguns trabalhadores. Uma cooperada deixou essa observação clara ao dizer que,

*“Eu tenho coragem, mais não posso. Tenho muitas ideias, mas não posso expressar. Tem coisas que se eu pudesse falar é desse jeito que vocês vão fazer e pronto, ia pra frente, mais é muita gente” (Cooperada 1).*

Uma das preocupações para Freire é com as pessoas que se encontram mergulhadas na cultura do silêncio, aqueles que não possuem voz própria, postura crítica, que sofrem de dualidade existencial e de um senso de autodepreciação e são caracterizados pela submissão. Este sujeito pensa-se a si próprio como fazendo parte do mundo “natural” e não como seu transformador. É o homem preso a uma consciência mistificada (LIMA, 1984).

Há duas vertentes desta relação de hierarquia simbólica. De um sujeito passivo, imerso e condicionado culturalmente à opressão, que vai identificar a presença dessa hierarquia simbólica como autoridade sobre suas ações - essa figura pode fazer parte do imaginário do sujeito. E dos sujeitos que, ao tomarem para si (individual) a responsabilidade da cooperativa, se posicionam com superioridade.

Por outro lado, em algumas cooperativas que não fazem parte do estudo, essas forças simbólicas não despertam o sentimento de autoridade pelos cooperados e sim um modelo de representação interna de “voz do povo”. Normalmente são lideranças que representam o canal de identificação para os liderados. São pessoas fortes que servem até mesmo de inspiração e que direcionam as decisões, mas não são presidentes.

### *c) Processo decisório*

No espaço concreto de autogestão para a participação, não existe uma hierarquia que legitima as tomadas de decisões, mas um posicionamento dos cooperados em assumir a responsabilidade de gerir e organizar o trabalho de forma coletiva, igualitária e participativa. Segundo Lima (1981), não há construção de conhecimento nem comunicação se a relação entre os sujeitos não for igualitária.

Como organizações democráticas, os empreendimentos são controlados pelos próprios membros, que reunidos, discutem, votam e elegem seus representantes.

Por esta razão, o processo decisório é uma das tarefas mais importantes e desafiadoras do processo de autogestão. Os trabalhadores precisam ter a capacidade e o poder de decisão sobre todas as atividades que acontecem no empreendimento, afinal, esse é construído e controlado democraticamente, além de ser uma ocorrência dialógica.

Segundo Gomes *et al* (2002) uma decisão precisa ser tomada sempre que estamos diante de um problema. É a decisão tomada que vai nortear os resultados da organização. A igualdade entre os membros deve ser a base de todas as decisões onde cada pessoa vale um voto. Esta ação fortalece a identidade social do grupo através do resgate dos direitos sociais individuais e coletivos e do exercício da cidadania.

Há um grande esforço da incubadora social em fazê-los compreender através da realidade do empreendimento o que está em jogo em cada decisão e a importância da participação de cada membro. O que de fato acontece é que o modelo de gestão é horizontal, contudo, a questão “igualdade completa” entre os membros ainda é um pouco conflituosa. Todos votam, todos podem votar e serem votados, todos têm iguais responsabilidades e direitos conforme o Estatuto, porém, há sempre uma força simbólica de alguns que os diferencia dos demais. Conforme entrevista, sempre tem alguém que toma a frente das decisões e se destaca.

Situações como esta conduzem negociação ao diálogo, à produção do conhecimento, ao processo autogestionário e ainda ao fortalecimento da identidade do sujeito como

participante do meio em que está inserido. Por mais que as regras de conduta e o esclarecimento do papel de cada um dos membros são decididos coletivamente e democraticamente, este é um processo complicado e conflituoso.

- Existem cooperados que possuem talentos que em muitos momentos são mal vistos dentro da própria cooperativa, o que dificulta a definição de seu papel e suas responsabilidades;
- Muitas vezes um membro do empreendimento espera atitude do outro, o que paralisa o grupo;
- Em alguns momentos há precipitação de alguns membros em decidir e fazer.

Estes tipos de relações são bem complexos. A economia solidária requer processos democráticos de gerenciamento e condução das atividades desempenhadas pelos associados. Ou seja, os processos precisam ser geridos em sintonia para o desenvolvimento adequado. Como diz Fernando Bartholo, a autogestão nada mais é do que a combinação. As pessoas ali decidem, combinam e colocam em prática. É um processo em que eles aprendem a lidar entre eles (Informação verbal)<sup>31</sup>.

#### 5.3.1.4 Autonomia e autogestão: resultados da atuação da equipe gestora de incubação

A discussão sobre a autonomia dos empreendimentos tem sido motivo de preocupações da incubadora social da UFG. Na ação de interação entre orientadores e cooperados, fica sempre o cuidado para que o orientador não vá além da orientação, isto é, de não fazer o que é função do próprio cooperado. Nisto está sua incumbência apenas de mediador do conhecimento.

Esta não é uma tarefa fácil, pois é muito natural o seu envolvimento, em especial, quando se depara com situações problemas ou de sobrevivência das quais ele consegue resolver e visualizar de forma ampla. Por isto a necessidade de saber recuar para que os cooperados caminhem por si só, pois é uma relação que pode causar dependência.

Por esta razão, a autonomia é considerada um grande desafio. É por meio dela que se consegue visualizar os resultados da atuação da incubadora como a apropriação do sujeito no processo de produção do conhecimento, sua aprendizagem, mudança e abertura para o diálogo.

---

<sup>31</sup>Informação fornecida pelo coordenador da incubadora social durante entrevista informal com a pesquisadora.

De modo geral, durante o acompanhamento com a equipe da incubadora nas cooperativas, é perceptível diversas mudanças a partir da vivência do cooperado para o trabalho e no trabalho. Estas mudanças destacam a aprendizagem e podem ser visualizadas em níveis interacionais, pessoais e comportamentais. Aos poucos, por meio das problematizações e tomada de consciência, os cooperados vão desenvolvendo sua autonomia como um processo a ser construído no novo modo de organização do trabalho, pois afinal, “a problematização implica um retorno crítico à ação. Parte dela e a ela volta” como diz Freire (2013, p.114).

A inserção do modo cooperativo e da autogestão é um momento que exige o desenvolvimento de diferentes competências e habilidades sociais necessárias à prática da gestão coletiva. Segundo Gadotti (2009), é um projeto de sociedade que implica novos valores e favorece a construção da autonomia com bases democráticas.

Seguem algumas atividades realizadas pelos cooperados, em que foi possível observar seu desenvolvimento:

- Os cooperados estão utilizando o controle da folha de ponto na cooperativa;
- A presença da inovação social é de fácil identificação no trabalho, isto é, mudam constantemente o modo de produção de acordo com as necessidades que surgem, apresentam metas a serem conquistadas;
- Aos poucos conseguem fazer os pagamentos, mas necessitam da ajuda da equipe de contabilidade da incubadora;
- Dividem responsabilidades;
- Realizam assembleias gerais e rodas de conversas;
- Fazem contato com as empresas compradoras.

No início da incubação, o que se via eram pessoas caladas, sem opinião, com dificuldades de entendimento sobre o que fazer diante das situações problemas que surgiam no cotidiano das cooperativas, mas na medida do desenvolvimento do trabalho, eles vão crescendo e se organizando. Cabe ressaltar que as cooperativas em pesquisa ainda não conseguem negociar sozinhas com o poder público e com outros setores externos na busca de parcerias.

Um aspecto importante a ser observado é que não se pode exigir dos cooperados o mesmo grau de desenvolvimento. Nas cooperativas existem pessoas idosas, com problemas de saúde, com limitações físicas etc. Cada um caminha segundo o seu passo. Por esta razão, consiste em um processo lento e longo. Segundo Freire (2013), “toda demora é ilusória, significa um tempo que se ganha em solidez, em segurança, em autoconfiança e em interconfiança” (FREIRE, 2013, p.64).

Mas quando é a hora dos orientadores irem embora? Para Pinhel (2013),

Infelizmente não existe uma resposta exata. No trabalho de capacitação de uma cooperativa, existem muitas variáveis que podem fazer com que esse tempo seja maior ou menor: o tempo de existência e maturação do grupo (cada cooperativa tem seu tempo e isso deve ser sempre respeitado), o tamanho da cooperativa (em número de cooperados, espaço físico de trabalho, quantidade de material reciclável coletado, triado e vendido), o grau de escolaridade dos cooperados e a estrutura física adequada à atividade (PINHEL, 2013, p.172).

Diante disso é que se esbarram algumas discussões sobre o tema. Conforme depoimento de alguns orientadores, a autonomia dos empreendimentos é um processo a “construir”, por isso não é vislumbrada. Caminham para isso.

*“A maioria dos empreendimentos não são autônomos. Eles sempre se tornam dependentes da incubadora, dependentes da contabilidade no caso. Não conseguem fazer pagamentos sozinhos ou resolver conflitos” (Orientador D).*

*“Eles caminham pra isso. Não posso dizer que não conseguiram desenvolver porque eles possuem sua própria autonomia. Porém é uma autonomia um pouco diferente de outras cooperativas. Se eu falar vai atrás de parceria, eles riem da minha cara. Não é tão fácil assim. Mas já conseguem se organizar entre eles” (Orientador B).*

O Orientador A além de reforçar que os empreendimentos não são autônomos, argumenta que também nunca serão. Isso devido a diversos fatores que ele acredita que não são tão simples de resolver.

*“Essa é uma situação de debate nacional, não é só uma questão fácil de resolver ideologicamente. É preciso entender o que gerou toda uma dependência e quando você entra na cooperativa com uma perspectiva social não dá pra abarcar somente o aspecto técnico. Somente formar uma cooperativa com CNPJ, separar o dinheiro em partes iguais e prestar contas a Receita Federal. Não é isso, as pessoas ali possuem dificuldades que vão além de estatuto. Eles trazem de suas vivências problema de escolaridade, de saúde. Por exemplo, algumas cooperativas tem uma faixa etária com pessoas de 50 anos de idade, então exigir*

*uma produção de cinquenta toneladas de material com essa faixa etária você vai ter um dado negativo. Só que muitas vezes esse dado negativo pode se tornar um dado qualitativo a partir de uma percepção de que a pessoa agora tem a possibilidade de gerar a própria renda, antes ela estava no lixão agora já está em um local adequado pra trabalhar, que ainda não é ideal. Isso influencia na autonomia que a cooperativa tem da incubadora. Muitas vezes a incubadora não entra só nesse aspecto técnico, entra também nestas questões sociais, auxiliam as cooperativas a buscar soluções para os seus cooperados. Então, falar em pós-incubação, desincubação eu ficaria triste. São muitos anos para resolver um problema e de repente você quer resolver tudo de forma papelada, não é assim. É uma mudança de cultura humana e material, A gente ta falando de lixo, de uma coisa que era escondida. É preciso também as pessoas desenvolverem a mudança pra que isso não atinja a vida dos cooperados. A dependência é muito grande. O próprio meio cooperativista um depende do outro pra se desenvolver enquanto grupo, mas isso não significa que vão cortar os laços. A rede a gente não incuba, mas não podemos negar que temos um laço com eles. É um exercício de ajuda mútua. Falar em autonomia é muito superficial ainda. Eu digo que eles não são autônomos por uma série de fatores e não serão. A desincubação não é um projeto de “4 módulos e 360 horas” (risos) (Orientador A).*

Baseado nas argumentações do orientador A e nas observações do campo em estudo, falar em autonomia nos leva a grandes reflexões. Como disse o orientador, a atuação da incubadora não visa somente alcançar níveis técnicos. Existem dificuldades que vão além de “estatuto”, dificuldades culturais e sociais que precisam ser consideradas. Não é como um projeto realizado por módulos. A incubação é um processo embrionário que exige tempo, dedicação e principalmente respeito à diversidade. Por esta razão, a relação dos orientadores não pode ser ofertista linear. O que está em jogo não é somente o tempo dos cooperados adquirirem autonomia, mas também o tempo necessário para os orientadores refletirem criticamente sobre sua participação.

## **6 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa “O processo de incubação social da Universidade Federal de Goiás: desafios para a interação significativa na construção do conhecimento” teve como objetivo compreender o processo comunicacional oriundo da interação entre Universidade e os empreendimentos populares de autogestão para a construção do conhecimento dado em um movimento de diálogo. Para tanto, baseou-se num universo específico, as cooperativas de catadores de materiais recicláveis que fazem parte do projeto de incubação da incubadora social da UFG.

Ficou evidente neste estudo que a dinâmica de construção do conhecimento exige uma forte interação da equipe gestora de incubação, docentes e discentes da academia, cooperados e Governo. Ou seja, os atores Universidade, Empresa e Governo atuando em conjunto são fundamentais para o cenário em estudo.

Em um primeiro momento, as estratégias dialógicas identificadas para a interação criam possibilidades de construção e resignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos sujeitos, conforme argumenta Sampaio *et al* (2014). É o estabelecimento de uma horizontalização das relações de poder cujos sujeitos se implicam, dialeticamente, como atores históricos, sociais, críticos e reflexivos diante da realidade (SAMPAIO *et al*, 2014). A saber, possuem um sentido importante de valor em que por meio do diálogo e convivência, os sujeitos vão estabelecendo a confiança. Além de propiciar a construção de conhecimento, é local de confronto, pois configura espaço de decisão e negociações dos sujeitos, como diz Sampaio *et al* (2014), há o acionamento para a construção de novas possibilidades ao pensar, num movimento contínuo de perceber – refletir – agir – modificar, em que os participantes podem se reconhecer como condutores de sua ação e da sua própria possibilidade de “ser mais”. Por esta razão, as rodas são altamente potencializadoras.

No processo de incubação, os gestores são fundamentais. Considerados mediadores de conhecimento cuja tarefa é de problematizar aos cooperados o conteúdo que os mediatiza, e não a de dissertar sobre ele, estendê-lo, entregá-lo, como se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado (FREIRE, 2014).

É nesta relação de diálogo horizontal entre gestores e cooperado que segundo Galeffi e Sales (2014), os sujeitos se respeitam, não apenas como seres humanos, mas no reconhecimento de que ambos são detentores de saberes.

Ninguém, na verdade, problematiza algo a alguém e permanece, ao mesmo tempo, como mero espectador da problematização. [...] Esta é a razão pela qual o educador continua aprendendo, e quanto mais humilde seja na re-admiração que faça através da admiração dos educandos, mais aprenderá. (FREIRE, 2014, p. 112)

A transformação e o não autoritarismo é característica deste processo. Nisto se confirma a concepção dialógica de Freire, em que a comunicação é a co-participação dos sujeitos no ato de conhecer e estar no mundo, isto é, encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. Portanto, o cooperado não é um boneco de manobra e sim agente transformador de todo processo, cujo, o conhecimento é construído e reconstruído

em conjunto, contudo, ele quase não se reconhece como ator principal, devido às condições culturais em que se encontra.

Um aspecto a ser considerado diante dos resultados da pesquisa é a consciência dos gestores da incubadora de que o processo de incubação dos empreendimentos autogestionários é uma construção coletiva onde todos, por meio do diálogo, aprendem mutuamente. Sendo assim, os sujeitos se reconstróem e alteram a realidade de suas vidas.

A relação estabelecida para esta construção é com base na realidade vivenciada pelo cooperado para modificar e construir uma nova realidade de trabalho. Como já visto, configura um caminho diferente, inverso, que se constrói por meio da experimentação e com bases iniciais que são constantemente adaptadas. É um processo que rompe limites iniciais, de constantes descobrimentos mútuos, de construção e reconstrução de conhecimentos em que um se alimenta do outro.

Essa realidade, quando é exercida, exclui os mecanismos de manipulação e domesticação, gerando caminhos de possibilidade da construção conjunta. Tanto a Universidade, como os empreendimentos se abrem para o novo e para o diferente.

Todo esse processo é lento e conforme dados obtidos, a incubadora possui efetividade no desenvolvimento de suas ações, contudo, a autonomia e a emancipação que se espera é um processo a ser construído, tanto para os cooperados, como para o tempo de atuação dos gestores.

A cultura, segundo Paulo Freire, é determinante em todo processo de dialogicidade, pois é criada pelo homem por meio de sua práxis e de seu trabalho, é o universo simbólico e abrangente onde o sujeito atua como ser consciente (LIMA, 1981). Por isto, muitos cooperados não conseguem enxergar suas vidas fora do contexto que estão inseridos. Estão condicionados a uma herança cultural. Esta herança cultural em muitos momentos é considerada entrave para o processo inicial de incubação, isto é, as dificuldades e resistências dos cooperados na construção de conhecimento são sempre culturais.

A construção do diálogo é estabelecida por meio da confiança e da convivência. Nisto, quando o sujeito se abre para o diálogo por meio das problematizações e práticas, ele consegue assimilar os conhecimentos que estão sendo construídos e passa por um processo de conscientização de forma gradativa. Segundo Lima (1981), os homens são porque são em uma situação. E serão mais, quanto mais não apenas refletirem criticamente sobre sua existência, mas, ao atuarem criticamente sobre ela. Refletir sobre a situação é refletir sobre a condição

mesma da existência: é o pensamento criativo por meio do qual os homens se descobrem numa situação.

Somente quando esta situação deixa de se apresentar como uma realidade densa e sufocante ou uma angustiante escuridão e, os homens passam a percebê-la como situação objetiva – problemática - pode ocorrer o comprometimento. Os homens emergem de onde se encontravam mergulhados e adquirem a capacidade de intervir na realidade na medida em que esta é desvendada. A intervenção da realidade – ela própria consciência histórica – representada, oportuniza um passo a frente em relação à emergência, e deriva da conscientização da situação. A conscientização é o aprofundamento da atitude de consciência característica de toda emergência (LIMA, 1981, p. 105).

Então, “se há diálogo não há imposição” (PACHECO JUNIOR; PACHECO, 2009, p.105). A imposição de um discurso é uma prática própria dos mecanismos de dominação que tornam os homens incapazes de desenvolverem sua humanização.

O diálogo é o único meio capaz de produzir um verdadeiro pensar e que não se encerra nele mesmo, quer dizer, não basta somente desvelar a realidade opressora, é necessário que a ação e reflexão caminhem juntos nesse processo de busca pela sua libertação (PACHECO JÚNIOR; PACHECO, 2009, p.105).

Logo, em termos gerais, por meio das problematizações, há a apropriação e aprendizagem dos saberes construídos. Os cooperados conseguem assimilar os conteúdos, mesmo com dificuldades. A grande chave está no acionamento para o desenvolvimento efetivo das ações, o que colaborou para que se percebesse que a apropriação do novo conhecimento quando comparado a outras direções não é sempre uma valorização positiva, isto é, nem sempre é utilizado, o que evidencia um sujeito autônomo (condicionado e imerso à cultura do seu contexto), produto e ao mesmo tempo produtor ativo de sentidos, agente do conhecimento e não simples consumidor de informações.

Em vista disso, há um processo de tomada de decisão no acionamento do conhecimento para colocá-lo em ação, que opera e negocia em conjunto com a cultura, pois afinal, o ser é movido e inerente à cultura, produzindo-a e, ao mesmo tempo, a cultura o produz. A comunicação neste movimento constitui-se em manifestação cultural, isto é, depende da cultura para se materializar assumindo formas e sentidos específicos. Assim, é nos valores centrais da cultura que a comunicação encontra sua orientação.

A pesquisa sinalizou que os cooperados agregados às cooperativas amadurecem sua autoestima e ressignificam sua identidade face às situações e imagens que desejam superar a

partir da vivência no e para o trabalho e da valorização do seu papel social como trabalhadores. Também foi possível observar que a identidade dos grupos encontra-se em processo de formação devido às complexas tensões e fragilidades as quais são submetidos. Nesse processo de formação é que os sujeitos vão dando significados e atribuindo valores ao “espaço de trabalho” e as construção de laços sociais.

Assim sendo, os cooperados inseridos na prática autogestionária passam pelo desenvolvimento contínuo de aprendizado de como “praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos melhorando a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho e a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados a sua disposição” (GADOTTI, 2009, p.13). Além disso, esta prática autogestionária e o próprio contexto da reciclagem representam a inovação social tão importante para a inclusão social e transformação da realidade destes cooperados.

O estudo no contexto da incubadora social possibilitou pensar a atuação da Universidade. Ficou evidente de que há uma dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Apesar de a extensão ser considerada o eixo mais fortalecido no tocante à interação da Universidade com a comunidade, internamente a extensão ainda é uma atividade com pouco envolvimento e reconhecimento dos docentes e discentes.

Dagnino (2015) argumenta que o modo como os docentes realizam pesquisa e ensino na universidade não está orientado para tratar problemas de maneira interdisciplinar. A pesquisa é auto-referenciada: não se pergunta a ninguém o que se deve pesquisar.

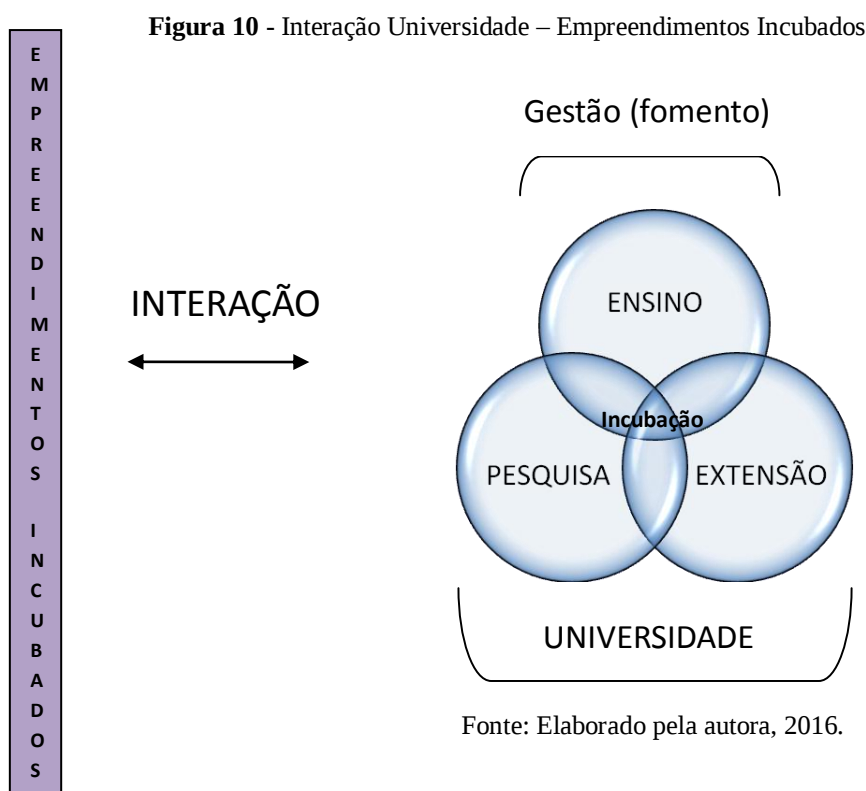
Nós a definimos em função de uma espécie de consciência pesada. Depois de exercer o direito à “liberdade acadêmica” e o dever auto-imposto de buscar a “qualidade”, depois de fazermos a pesquisa que nos interessa fazer, então, marginalmente e no tempo que sobra, “estendemos” o seu resultado à sociedade para “retribuir” o que ela gasta para manter a universidade (DAGNINO, 2015, p.319).

Há que se destacar também que existe uma cultura organizacional que considera a Extensão Universitária como um movimento assistencialista e não como um campo de pesquisa e aprendizagem que possibilita a revisão de conceitos e aplicações que realimentam o ensino como um processo contínuo.

Isso indica uma forte dificuldade da Universidade em integrar suas três formas de atuação (ensino, pesquisa, extensão) impedindo o avanço do conhecimento e sua reflexão sobre a realidade e as experiências. Além disso, existe a necessidade de superação do capitalismo em que as universidades estão inseridas para um redirecionamento de produção

de tecnologia e ciência voltadas para interesses populares. No que tange a participação do Governo, observou-se que as relações estabelecidas também são frágeis.

Uma vez que a Extensão é, por excelência um campo para o Ensino e a Pesquisa, o estudo sugere que a Universidade interaja com os empreendimentos incubados por meio do tripé indissociável: extensão, pesquisa, ensino, como mostra a figura a seguir. Vale ressaltar que o processo de incubação está representado na intersecção entre o tripé de atuação a Universidade.



Como já argumentado, a figura acima não contempla a realidade atual. Segue, portanto, algumas observações conclusivas sobre a atuação de cada esfera no que tange a interação com os empreendimentos e não relacionado a todo universo da Universidade.

- **Extensão:** Esta esfera representa a maior possibilidade de interação, pois sua vinculação e as ações extensionistas contemplam mais fortemente a atuação em contato direto com a comunidade. Conforme constatado na realidade em estudo, não acontece de forma tão efetiva.

- Pesquisa: A esfera da pesquisa contempla uma interação com os empreendimentos incubados em menor intensidade, se comparada à Extensão. Isto se justifica uma vez que os projetos geralmente são vinculados aos interesses dos professores pesquisadores e não de acordo com as demandas provenientes dos empreendimentos incubados.
- Ensino: As ações na esfera do ensino podem contemplar a interação com os empreendimentos incubados, porém, a prática demonstra que isto ocorre de forma extremamente baixa. Vale citar mais uma vez que o interesse dos professores é fator determinante para a ocorrência desta interação.
- Gestão: A esfera da Gestão se justifica por sua relevância, uma vez que se refere às ações de gestão dos recursos provenientes do Governo com a finalidade assistencialista para com as pessoas em situações de vulnerabilidades sociais (Agências de fomento, ministérios, dentre outros).

Em síntese, fica perceptível a incipiência de articulação entre as três esferas da Universidade. Tal situação confere as fragilidades ao campo da Extensão. Alguns possíveis caminhos seriam:

- Mudar a maneira que se faz Extensão, não sob uma visão assistencialista, mas sim, entendendo-a como campo de atuação e fortalecimento do Ensino e Pesquisa, conferindo a indissociabilidade idealizada nos fundamentos da atuação da Universidade;
- Mudar a maneira que se faz pesquisa e ensino compreendendo o tripé como um modelo não ofertista linear e sim como uma dinâmica relacional recursiva. A sociedade gera demandas de pesquisa que nem sempre a Universidade se dispõe a entender e atender.
- Compreender a extensão, por excelência como campo para atuação do Ensino e da Pesquisa.

Infere-se, portanto segundo os pontos conclusivos da pesquisa que, existem grandes dificuldades e desafios comunicacionais no contexto investigado tendo a tríplice hélice

Universidade – Empresa – Governo (U-E-G) como representação de política de atuação expressos por meio de cada agente. A Universidade que, por questões fundamentalmente culturais não consegue orquestrar a contento sua tríade Ensino, Pesquisa e Extensão; os Empreendimentos Populares: apresentando dificuldades de ressignificação de identidade em função de suas características não estruturadas e formação do grupo composta por pessoas em situação de extrema exclusão social; e o Governo: que não se apresenta de forma tão efetiva para assegurar diplomaticamente as relações ou criar políticas públicas que atendam as necessidades sociais.

Por último, os objetivos do estudo foram alcançados e cabe registrar que esta pesquisa sinalizou indicativos para investigações futuras sobre o tema. Além disso, as incubadoras universitárias de empreendimentos autogestionários, pelo trabalho inovador, deveriam adquirir dentro da Universidade o caráter de Centro de Pesquisas, a fim de subsidiar a elaboração de políticas públicas (CULTI, 2006). Isso significa que em muitos momentos para a atual realidade brasileira os cooperados não são valorizados e poderão a qualquer momento voltar para o contexto da exclusão e, conseqüentemente, ao modelo de produção capitalista.

## REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2003.

ASSUMPÇÃO, Raiane. (Org). **Educação popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BALDISSERA, Rudimar. **A comunicação no (re)tecer da cultura organizacional**. 2011. Disponível em: <<http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/viewFile/82/80>>. Acesso em: 15 jul 2015.

BALESTRO, Moisés V. **Capital social, aprendizado e inovação**: um estudo comparativo entre redes de inovação na indústria de petróleo e gás no Brasil e Canadá. 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas) - UnB, Brasília, DF, 2006.

BAQUERO, Marcelo. Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: Baquero, Marcelo. ; CREMONESE, Dejalma. **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006. Parte I, p. 43 – 71.

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. 328 p.

BAUMGARTEN, Maíra. C&T na semiperiferia e inovação social: desigualdades, excelência e competitividade. In: MACIEL, M. L. ; ALBAGLI, S. **Informação e desenvolvimento**: conhecimento, inovação e apropriação social. Brasília: IBICT, UNESCO, 2007. p. 271 – 296. Cap. 11.

BEGNETTI, Luiz Paulo. As Inovações Sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**. v. 47, n. 1, p. 3-14, janeiro/abril 2011  
Disponível em: <[http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/1040/235](http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040/235)>. Acesso em: jan 2016.

BERNHEIM, Carlos Tünnerman. ; CHAUÍ, Marilena Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**. Brasília: UNESCO, 2008.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BORGES, Mário Neto. **Vale o Investimento!**. Disponível em:  
<[www.ietec.com.br/site/techoje/categoria/abrirPDF/815](http://www.ietec.com.br/site/techoje/categoria/abrirPDF/815)> Acesso em: 30 mar 2015.

BORDENAVE, J. E. D. **Alem dos meios e mensagens**: introdução a comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. Disponível em:  
<[http://uainformatica.net/luciana/campo\\_cientifico\\_bourdieu.pdf](http://uainformatica.net/luciana/campo_cientifico_bourdieu.pdf)> Acesso em: 10 nov 2014.

BRAGA, José Luiz. Dispositivos interacionais: lugar para dialogar e tensionar conhecimentos. **Revista Dispositiva**, v.1, n.1, maio/out, 2012.

\_\_\_\_\_. Os estudos de interface como espaço de construção do campo da comunicação. **Revista Contracampo** - n. 10/11 (2004). Disponível em:  
<<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/542/308>> Acesso em: 10 dez 2014.

\_\_\_\_\_. Desentranhar o comunicacional: a comunicação segundo José Luiz Braga. Questões Transversais. **Revista de Epistemologias da Comunicação**. V. 1, n. 2, julho-dezembro/2013.

\_\_\_\_\_. **Dispositivos interacionais**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação, do XX Encontro da Compós, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 14 a 17 de junho de 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em:  
<<http://www.renex.org.br/>>. Acesso em: 16 dez 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35.ed. 2012. Disponível em:  
<<http://bd.camara.gov.br/bd/>> Acesso em: 16 dez 2014.

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paulo: Ed. UNESP/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Trad. Plínio Dentzen. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CANÇADO, Airton Cardoso. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. In: Cançado, Airton Cardoso *et al.* **Economia Solidária, cooperativismo popular e autogestão: as experiências em Palmas/TO**. Palmas TO: NESol, UFT, 2007. 45-71.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007. 85 p.

CASTELFRANCHI, Yuri. **As serpentes e o bastão: tecnociência, neoliberalismo e inexorabilidade**. Campinas, 2008. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cultura científica: imaginando uma paleontologia da cultura científica**. Disponível em:  
<<http://www.comciencia.br/reportagens/cultura/cultura17.shtml>> Acesso em: 19 jun 2015.

CEMPRE. Disponível em: <<http://cempre.org.br/artigo-publicacao/artigos>> Acesso em: 24 set 2015.

CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho. **Método do estudo de caso (case studies) ou método do caso (teaching cases)?** Uma análise dos dois métodos no ensino e pesquisa em administração. Disponível em:  
<[http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul\\_dez\\_05/06.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2013.

CHASSOT, A. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. 4ª ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da ANPED, Poços de Caldas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Convite à filosofia**. 12.ed. São Paulo: Ática, 2001.

COSTA, Adriano Borges. **Tecnologia social e políticas públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. Disponível em:  
<[https://www.fbb.org.br/data/files/74/F0/9D/40/74652410D7D06524BD983EA8/Livro%20TS%20e%20Pol\\_ticas%20P\\_blicas.pdf](https://www.fbb.org.br/data/files/74/F0/9D/40/74652410D7D06524BD983EA8/Livro%20TS%20e%20Pol_ticas%20P_blicas.pdf)> Acesso em: 23 jan 2015.

CULTI, Maria Nezilda. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. 248f.

CULTI, Maria Nezilda. Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como processo educativo. **Outra Economia**, v.3, n.5. 2009. Disponível em:  
<[file:///C:/Users/bibli%2002/Downloads/1163-3373-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/bibli%2002/Downloads/1163-3373-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 20 mai 2015.

DAGNINO, Renato. O envolvimento da FBB com políticas públicas em tecnologia social: mais um momento de viragem. In: COSTA, Adriano Borges. **Tecnologia social e políticas públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. Disponível em:  
<[https://www.fbb.org.br/data/files/74/F0/9D/40/74652410D7D06524BD983EA8/Livro%20TS%20e%20Pol\\_ticas%20P\\_blicas.pdf](https://www.fbb.org.br/data/files/74/F0/9D/40/74652410D7D06524BD983EA8/Livro%20TS%20e%20Pol_ticas%20P_blicas.pdf)> Acesso em: 23 jan 2015.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2009. Disponível em:  
<<http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/tec%20sol%20dagnino.pdf>> Acesso em: 20 jan 2015.

\_\_\_\_\_. A tecnologia social e seus desafios. FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (Org). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social, 2004. p.187-210.

\_\_\_\_\_. (org.) Tecnologia social e economia solidária: construindo pontes. **Revista Latinoamericana de Políticas Y Acción Pública**, v.1, n.1, nov, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/6443/1/RFLACSO-MP1-04-GAPI.pdf>> Acesso em: 20 jan 2015.

\_\_\_\_\_. A relação Universidade-Empresa no Brasil e o “Argumento da Hélice Tripla”. **Revista Brasileira de Inovação**. V. 2, n. 2. Jul/Dez, 2003. p. 267 – 307.

\_\_\_\_\_. Elementos para uma avaliação das incubadoras universitárias de cooperativas. **Outra Economia**, v.6, n. 11, jul/dic, 2012. p.185 – 197.

\_\_\_\_\_. **Ciência e tecnologia para a cidadania ou Adequação Sócio-técnica com o Povo?**. Disponível: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/206.pdf>>. Acesso em 22 mar 2016.

\_\_\_\_\_. Como é a universidade de que o Brasil precisa?. **Revista Avaliação**, Campinas, v.20, n.2, Jul, 2015. p. 293-333. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772015000200293](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772015000200293)>. Acesso em 05 dez 2015.

DAGNINO, Renato P. ; BRANDÃO, Flávio C., NOVAES, Henrique T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: DAGNINO, Renato P. (org.) **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2.ed. rev. ampl. Campinas: Komedi, 2010. p.71-112.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares. In: Baquero, Marcelo. ; CREMONESE, Dejalma. **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006. Parte I, p. 159 – 187.

DIAS, Rafael de Brito. A agenda da política científica e tecnológica brasileira: uma perspectiva histórica. In: DAGNINO, Renato. **Estudos sociais da ciência e tecnologia e política de ciência e tecnologia: abordagens alternativas para uma nova América Latina**. Campina Grande: EDUEPB, 2010. p.65-92.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

DIEHL, Astor Antônio.; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DUARTE, Jorge. ; BARROS, Antônio Teixeira de. **Comunicação para a ciência, ciência para a comunicação**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

DUARTE, Jorge. ; BARROS, Antônio Teixeira de. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In:DUARTE, Jorge. ; BARROS, Antônio Teixeira de. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 62 – 83.

EIGENHEER, E. **Lixo, Vanitas e Morte**. Niterói: Ed. UFF, 2003

\_\_\_\_\_. **Hélice Tríplice**: metáfora dos anos 90 descreve bem o mais sustentável modelo de sistema de inovação. 2010. Disponível em: <<http://inovacao.scielo.br/pdf/cinov/v6n1/02.pdf>>. Acesso em: 20 jan 2015.

Etzkowitz, H. **Hélice tríplice**: universidade-indústria-governo: inovação em movimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

ETZKOWITZ, Henry. LEYDESDORFF, Loet. Emergence of a triple helix of university – industry – government relations. **Science and Public Policy**, v.23, n. 5, p. 279 – 286, 1998.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, Chunyan. Triple Helix twins: innovation and sustainability. **Science and Public Policy**, v.33, n.1. 2006. p. 77-83. Disponível em: <<http://spp.oxfordjournals.org/content/33/1/77.abstract>>. Acesso em: 30 mai 2015.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A universidade, espaço de pesquisa e criação do saber. **Educação e filosofia**, 13 (25) 249-259, jan/jun. 1999.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

FRANÇA, Vera Veiga; MARTINO, Luiz C. ; HOLFELDT, Antonio. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 16.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 56.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. 29.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FUJINO, A. Política de informação e a Tripla Hélice: reflexão sobre serviços de informação na cooperação U-E. In: **CINFORM**, 5, 2004, Salvador.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social, 2004. 216p.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como praxis pedagógica**. São Paulo: EDL, 2009. p. 135.

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas**. 8.ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. **Paulo Freire – Uma Biobibliografia**. São Paulo: Cortez : Instituto Paulo Freire; Brasília, DF : UNESCO, 1996.

GALEFFI, Dante Augusto.; SALES, Kathia Marise Borges. **Libertação, conscientização, diálogo e comunicação - apropriação de conceitos freirianos em uma epistemologia da difusão social do conhecimento**. Int. J. Knowl. Eng. Manage, v. 2, n.4. Florianópolis, nov/fev, 2013. p.189-205.

GARCIA, Sylvia Gemignani. A tecnologia social como alternativa para a reorientação da economia. **Estudos Avançados**, v.28, n.82. São Paulo, out/dez, 2014. p. 251-275. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300015)>. Acesso em 16 mar 2016.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro:LTC,1989.

GIBBONS, M. *et al.* **The new production of knowledge: dynamics of science and research in contemporary societies**. London: Sage Publications, 1994. Cap. 1 e 2.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOFFMAN, E. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Sabotagem, 1963.

GOMES, P. G. **Tópicos de teoria da comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

GOMES, Suely Henrique de Aquino. **Inovação tecnológica no sistema formal de comunicação científica**: os periódicos eletrônicos nas atividades de pesquisa de acadêmicos de pós-graduação no Brasil. Disponível em:  
<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ivenancib/paper/viewFile/2701/1829>> Acesso em: 21 fev 2015.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro. ; GOMES, Carlos Francisco Simões. ; Almeida, Adiel Teixeira de. **Tomada de decisão gerencial**: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Jomara Brandini. ; CASAGRANDE, Lisete Diniz Ribas. A educação reflexiva na Pós-modernidade: uma revisão bibliográfica. **Revista Latino-am Enfermagem**, n. 10, v.5, 2002, set/out, p.696 – 703.

GREGÓRIO, José Renato Bez de. **A universidade Pública como parceira do capital: a constante necessidade de produzir inovações tecnológicas**. 2015. p. 18-31. Disponível em: <  
<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-243796606.pdf>>. Acesso em: 9 jul 2015.

GRIMBERG, Elisabeth. **Coleta seletiva com inclusão social**: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo. Experiência e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2007. 148p.

GRIPPI, Sidney. **Lixo**: reciclagem e sua história. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1989.

HENRIQUES, Lucas Fernando César. ; TORRES, Michelangelo Marques. Pontencialidades do círculo de cultura na Educação Popular. In: ASSUMPÇÃO, Raiane (org.). **Educação popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2009. p. 115 – 142.

HERRERA, Amílcar (org.) América Latina: ciencia y tecnología en el desarrollo de la sociedad. Santiago de Chile: Ed. Universitária, 1970.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 3. ed. São Paulo : WMF Martins Fontes, 2012.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL – ITS. Disponível em:  
<<http://www.itsbrasil.org.br/>> Acesso em: 20 dez 2014

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Reflexões sobre a construção social. In:Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social, 2004.p. 117 - 134.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Cidadania em CT&I**: uma mudança de paradigma. 1998. Disponível em: <  
[http://itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Digite\\_o\\_texto/3CNCTI\\_artigo\\_cidadania\\_ITS.pdf](http://itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Digite_o_texto/3CNCTI_artigo_cidadania_ITS.pdf)> . Acesso em 15 jan 2016.

JESUS, Vanessa, M. B. de. ; COSTA, Adriano B. Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, Adriano Borges. **Tecnologia social e políticas públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. p. 17 – 31. Cap. 1. Disponível em: <<https://www.fbb.org.br/data/files/74/F0/9D/40/74652410D7D06524BD983EA8/Livro%20TS%20e%20Politic%20Publicas.pdf>> Acesso em: 23 jan 2015.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Identidade e pertença: disposições morais e disciplinares em um grupo de jovens. **Etnográfica**, v. 14, n.1, jan 2010. p.27 – 58.

KHUN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

LACERDA, Luiz Felipe Barboza; FERRARINI, Adriane Vieira. Inovação social ou compensação? Reflexões acerca das práticas corporativas. **Polis Revista Latinoamericana**. v. 35, 2013. Disponível em: < <http://polis.revues.org/9108>>. Acesso em jan 2016.

LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e cultura: às idéias de Paulo Freire**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. Reflexões sobre currículo: as relações entre senso comum, saber popular e saber escolar. **Texto apresentado na XVI reunião anual da ANPEd**, Caxambu, MG, 1993. Brasília, ano 12, n.58, abr/jun, 1993.

LOPES, Vaneide Ferreira. **A inserção da universidade Federal de Sergipe (UFS) no processo de inovação e desenvolvimento local**: intenção e prática. Recife, 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação engenharia da produção – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. 159f.

MACHADO, Cristina de Amorim. Popper, a demarcação da ciência e a astrologia. In: OLIVEIRA, Paulo Eduardo de. **Ensaio sobre o pensamento de Karl Popper**. Curitiba: Circulo de Estudos Bandeirantes, 2012. Cap 3.

MANUAL de oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3.ed. 1997. Disponível em: <<http://www.uesc.br/nucleos/nit/manualoslo.pdf>> Acesso em: 10 jan 2015.

MARCONI, M. Andrade ; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007. 315 p.

MARTIN-BARBEIRO. J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MASSENA, C. ; CASTRO, R. **Verdade/Jogos de verdade**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/jogos-de-verdade.html>> Acesso em: 22 mai 2015.

MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação**: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.

MEDEIROS, Luiza Ferreira de Rezende e MACÊDO, Kátia Barbosa. Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. G&DR. v. 3, n. 2, mai/ago. 2007. p. 72-94.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge. ; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: atlas, 2008. p. 269 -279.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cultura de massas no século XX: necrose**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

\_\_\_\_\_. Cultura – conhecimento. In: MORIN, Edgar. **O método 4**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 19-27.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

\_\_\_\_\_. **O método IV. As ideias: a sua natureza, vida, habitat e organização**. Publicações Europa-américa, 1991.

MORGADO, Flávio. **Confiança na comunicação de informações econômico-financeiras: o caso das empresas de autogestão**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em comunicação e semiótica - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOTA, Teresa Lenice Nogueira da Gama. **Interação universidade-empresa na sociedade do conhecimento: reflexões e realidade**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n1/28n1a10.pdf>. Acesso em 20 jan 2015.

MINISTÉRIO da CIÊNCIA e TECNOLOGIA (MCT). **Manual para a implantação de incubadoras de empresas. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico**. Brasília, 1998.

NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog\\_autogestaocooperativismo.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog_autogestaocooperativismo.pdf)> Acesso em: 10 jan 2015.

NOVAES, Henrique T. ; DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009. p. 17 – 55.

NUNES, Débora. ; VASCONCELOS, Nilton. **Economia Solidária e Metodologias de Incubação**. 2007. Disponível em:

< <http://mundo-do-trabalho.blogspot.com.br/2007/02/economia-solidria-e-metodologias-de.html> >. Acesso em 09 dez 2015.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo de. **Ensaio sobre o pensamento de Karl Popper**. Curitiba: Circulo de Estudos Bandeirantes, 2012.

OLIVEIRA, M. C de. ; AZEVEDO, A. M. S. ; ARAUJO, G. C. Os sentidos de rotatividade em uma cooperativa de reciclagem. **Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 3, n. 1, mar. 2014, p. 227-243.

ORG. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

PACHECO JÚNIOR, Isis. ; PACHECO, Shirley. Dialogicidade em Paulo freire. In: ASSUMPÇÃO, Raiane (org.). **Educação popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2009. p.93- 114

PEREIRA, Zulema Lopes. **Qualidade e inovação**. Disponível em:  
<[http://qi.idit.up.pt/uploads/qi\\_projdocs9.pdf](http://qi.idit.up.pt/uploads/qi_projdocs9.pdf)> Acesso em:14 abr 2015.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa ação. In: DUARTE, Jorge. ; BARROS, Antônio Teixeira de. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008. Cap. 8. p. 125-144.

PINHEL, Julio Ruffin. **Do lixo à cidadania**: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013.

PRONINC. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/proninc.htm>> Acesso em: 18 dez 2014.

REGISTRO do Fórum Nacional da RTS (1. : 2006 : Salvador) Anais / Registro do 1º Fórum Nacional da RTS, Salvador, dezembro de 2006; organizadora Rede de Tecnologia Social, Editora Abipti. — Brasília: 2006. 122 p. :il Disponível em:  
<[https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128117/16abr2007\\_rts\\_anais\\_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128117/16abr2007_rts_anais_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em: 20

REZENDE, Laura Vilela Rodrigues. **Incubadoras sociais**: gestão da informação e do conhecimento na construção de tecnologia social. 2009. 216 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6976>>. Acesso em: 15 jan 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social, Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999. 249 p.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SALOMONI, Salete Maria. **Moradores do universo**: afetos e significados da relação exclusão/inclusão social em programas de melhoramento urbano, Fortaleza, 2009. Dissertação (Mestrado) – Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, Centro de ciências Humanas – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2009. f. 109.

SALVADOR, Patrícia. ; MIEALDES, Tatiana. ; FRANCO, Mário. ; ALMEIDA, Francisco A. S. Barreiras à inovação em PME de base tecnológica: um estudo de caso na “Inklusion Entertainment”. In: ALMEIDA, F. A. S. **Coletânea Luso-Brasileira. Gestão da informação, inovação e logística**. Goiânia: Faculdade de tecnologia SENAI de desenvolvimento gerencial, 2013. Cap. 7. p. 189 – 210.

SAMPAIO, J. ; SANTOS G. C. ; AGOSTINI, M. ; SALVADOR, A. S. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. Botucatu: **Interface**, 2014. p.1299-1312.

SANTIN, Silvino. **Pelos caminhos do pensamento crítico: universidade e sociedade**. 1988. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/ABA.htm>> Acesso em: 18 mai 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

SANTOS, Aline Mendonça dos.; CRUZ, Antonio Carlos Martins da. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária, **e-cadernos**. 2008. Disponível em: <<http://eces.revues.org/1354>> Acesso em: 15 jan 2016.

SANTOS, Adriana B. A. dos. ; FAZION, Cíntia B. ; MEROE, Giuliano P. S de. Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpter. **Cadernos de Administração**, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/9014>> Acesso em: 08 mar 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. ;NUNES, João Arriscado. **Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo**. Disponível em: <<http://www.biomias.ufop.br/biomias/texto1.pdf>>. Acesso em: 22 mai 2015.

STAL, Eva ; FUJINO, Asa. As relações Universidade –Empresa no Brasil sob a ótica da lei de inovação. **Cadernos de pós-graduação – administração**, v.4, n.1, especial RAI, 2005, p. 269-283.

SCHIAVO, Marcio R; MOREIRA, Eliesio N. **glossário social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005. Disponível em: <[http://www.comunicarte.com.br/glossario\\_social.pdf](http://www.comunicarte.com.br/glossario_social.pdf)>. Acesso em 04 fev de 2016.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. 496p.

SCHOLZ, Robinson Henrique *et al.* **Se deixar só pelo grupo, as coisas não vão andar: dádiva, inovação social e liderança solidária compartilhada em cooperativas de catadores**. In: SCHOLZ, Robinson Henrique (org.) Economia solidária e incubação: uma construção coletiva de saberes. São Leopoldo: Oikos, 2014. p.25 – 46.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento**. 2008. Disponível em: < <http://www.schwartzman.org.br/simon/polcon.pdf>> Acesso em: 25 jun 2015.

SEBRAE. Disponível em:<<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4827&%5E%5E>>. Acesso em: 18 jan 2015.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Brasília – DF: Grupo informe, comunicação integrada, 2014.

SENHORAS, Elói Martins. As redes do desenvolvimento econômico e social no sistema de ensino superior brasileiro. **Liinc em Revista**. v. 4, n.1, p.138-153, mar. 2008.

\_\_\_\_\_. **Estruturas de Gestão Estratégica da Inovação em Universidades Brasileiras**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

SIGNATES, Luiz. Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação. **Comum. & Inf.**, v. 15, n. 2, p. 133-148, jul./dez. 2012.

SILVA, Cristiane Vieira da. **Processo de transferência de conhecimento na interação universidade – empresa**: programas de incubação do distrito federal. Brasília, 2010. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de ciência da Informação e Documentação – Universidade Federal Brasília, Brasília, 2010.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizonte Antropológico**, vol 15, nº 32, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a08.pdf>>. Acesso em: 11 jul 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In:\_\_\_\_\_. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p.73 – 102.

SILVEIRA, Fialho. Emponderamento e a constituição de capital social entre a juventude. In: BAQUERO, Marcelo. ; CREMONESE, Dejalma. **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006. Parte II, p. 251 – 275.

SINDICATO Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. Seminário Ciência e Tecnologia no Século XXI, 4, 2011, Brasília. Produtivismo acadêmico está acabando com a saúde dos docentes. Disponível em:< <http://www.andes.org.br:8080/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5020>>. Acesso em: 01 abr 2016.

SINGER, Paul. ;Kruppa, Sonia Maria Portella. Senaes e a economia solidária: democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2004.

SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In: Kruppa, Sonia Maria Portella. **Economia solidária e educação de jovens e de adultos**. Brasília: INEP/MEC, 2005. p.15-20.

SOBRINHO, José Dias. **Educação superior, globalização e democratização**. Qual universidade?. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100014&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15 mar 2015.

SOTO, Magda Martina Tirado. **Análise e formação de redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no âmbito da economia solidária**. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado) –

Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, D. I. *et al.* **Manual de orientações para projetos de pesquisa**. Novo Hamburgo: FESLVC, 2013. 55 p. Disponível em: <[http://www.liberato.com.br/UserFiles/File/noticias/Manual\\_de\\_orientacoes\\_para\\_projetos\\_de\\_pesquisa.pdf](http://www.liberato.com.br/UserFiles/File/noticias/Manual_de_orientacoes_para_projetos_de_pesquisa.pdf)> Acesso em: 18 jul. 2013.

STAL, Eva ; FUJINO, Asa. As relações Universidade –Empresa no Brasil sob a ótica da lei de inovação. **Cadernos de pós-graduação – administração**, v.4, n.1, especial RAI, p. 269-283, 2005.

TARGINO, Maria das Graças. **Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos**. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248>> Acesso em: 19 mai 2015.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. **As bases sociológicas nos estudos das teorias da comunicação**. Comunicação Veredas, n. 4, ano. IV, p.271-295, nov. 2005.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. A comunidade científica, o Estado e as universidades, no atual estágio de desenvolvimento científico tecnológico. **Sociologias**. Porto alegre, ano 3 , nº 6 jul/dez 2001. P. 30-50.

VALENTIM, Igor Vinicius Lima. **Confiança interpessoal: uma análise das relações em uma associação de reciclagem de resíduos sólidos**. Porto alegre, 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grane do Sul, Porto Alegre, 2006.

VALLE, Edênio. Conversão: da noção teórica ao instrumento de pesquisa. **Revista Eletrônica de Estudos da Religião – REVER**. Disponível no site: [http://www.puc.br/rever/rv2\\_2002/t\\_valle.htm](http://www.puc.br/rever/rv2_2002/t_valle.htm). Acesso em 06 jan 2016.

VALOURA, Leila de Castro. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador**. 2010. Disponível em: <[tupi.fisica.ufmg.br](http://tupi.fisica.ufmg.br)> Acesso em 04 fev 2016.

VERGER, Jacques. **As universidades na idade média**. SP, UNESP,1990.

VOGT, Carlos. **Cultura científica: desafios**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2006.

WARSCHAUER, Cecília. **Rodas e narrativas: caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação**. 2004. Disponível em: <[http://www.rodaeregistro.com.br/pdf/textos\\_publicados\\_3\\_rodas\\_e\\_narrativas\\_caminhos\\_para\\_a\\_autoria.pdf](http://www.rodaeregistro.com.br/pdf/textos_publicados_3_rodas_e_narrativas_caminhos_para_a_autoria.pdf)>. Acesso em: 01 dez 2015.

WOLFE, R. Organizational innovation: review, critique and suggested research directions. **Journal of Management Studies**. 31. 3, May, 1994

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010. P.96

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p.7-72.

**APÊNDICE A – Guia para entrevista semi-estruturada – Cooperativas  
Cooperados**

**Data:** 01/11/2013 – Goiânia, GO.

**Dissertação** – Comunicação, Mídia e Cultura - Aluna: Geisa Muller

**Orientação:** Profª Dra. Suely Henrique Gomes – Co-orientadora Prof. Dra. Laura Vilela R. Rezende

**Entrevistadora:** Geisa Müller

Idade: Sexo: Estado civil:

Filhos:

Qual espécie do seu domicílio:

Sabe ler e escrever:

Escolaridade:

Há quanto tempo trabalha na cooperativa:

Qual sua carga horária semanal:

Trabalha quantos dias na semana:

Recebe algum assistencialismo do Governo?

- 1) Quanto tempo você é um cooperado?
- 2) Era catador?
- 3) Porque trabalha como catador?
- 4) O fato de você não precisar ficar todos os dias, acredita ser uma vantagem? Eu digo na questão da flexibilidade que a cooperativa te oferece?
- 5) Você se sente parte da cooperativa?
- 6) O que você acha que precisa ser desenvolvido para melhorar? Tem alguma idéia, alguma sugestão?
- 7) O que você vê de melhoras, depois da ajuda da incubadora, o que melhorou na sua vida?
- 8) Você se sente discriminada pela comunidade?
- 9) Acha que existe preconceito pelo fato de ser catadora ou trabalhar na cooperativa?
- 10) O que você acha do programa de incubação da UFG, o que você sente com as ações?
- 11) Gosta de sentar em roda para conversar?
- 12) Como você leva isso para outras pessoas?
- 13) Tem algo que você aprende aqui que você utiliza na sua casa, ou desenvolve aqui mesmo?

- 14) Acha que são conhecimentos relevantes pra vida de vocês, acha que faz diferença?
- 15) Como são tomadas as decisões aqui?
- 16) Acha que sempre tem alguém que se destaca?
- 17) Se sente confortável com as decisões que são tomadas nas reuniões do grupo?
- 18) Você acredita na cooperativa?
- 19) Porque você acha que cooperativa ainda não conseguiu se desenvolver?
- 20) Acha que a cooperativa é organizada?
- 21) Qual a sua relação com os seus colegas de trabalho?
- 22) A relação de vocês aqui é só no trabalho?
- 23) Em sua opinião, de quem é a cooperativa?
- 24) Quais os maiores problemas que você observa na cooperativa?
- 25) Vocês conseguem se dividir no trabalho?
- 26) Gosta de trabalhar em cooperação?
- 27) Quero que você me conte um breve histórico da sua vida até chegar na cooperativa?

**APÊNDICE B** – *Guia para entrevista semi-estruturada – Incubadora Social*  
*Equipe gestora da incubadora social*

**Data:** 16/12/2015 – Goiânia, GO.

**Dissertação** – Comunicação, Mídia e Cultura - Aluna: Geisa Muller

**Orientação:** Profª Dra. Suely Henrique Gomes – Co-orientadora Prof. Dra. Laura Vilela R. Rezende

**Entrevistadora:** Geisa Müller

Idade: 24

Sexo: Feminino

Há quanto tempo trabalha na Incubadora: 2 anos

Função: Assistente Social

- 1) Você tem dificuldade para orientar os trabalhadores cooperados no processo de diálogo na incubação do empreendimento?
- 2) Você acha que os cooperados têm dificuldades para assimilar as orientações no processo prático de incubação de seu empreendimento?
- 3) A cooperação prevista teoricamente na autogestão para o funcionamento das cooperativas de trabalhadores se concretiza na prática do trabalho coletivo?
- 4) No processo prático da incubação há integração entre os conhecimentos (científico e não científico)?
- 5) Mudou ou não, a maneira de você entender hoje a relação teoria-prática no processo de incubação?
- 6) Que efeitos você acha que a incubação está produzindo em você:  
     Enquanto orientador?  
     Nos trabalhadores cooperados?
- 7) Há necessidade de você se educar no processo de incubação?
- 8) Como você se posiciona para levar o conhecimento?
- 9) Existe resistência dos cooperados para avançar no processo? Quais?
- 10) O conhecimento teórico-prático passa por algum processo de adaptação?
- 11) Como é a autonomia dos empreendimentos em relação aos educadores?

*Coordenador da incubadora social*

**Data:** 03/02/2016 – Goiânia, GO.

**Dissertação** – Comunicação, Mídia e Cultura - Aluna: Geisa Muller

**Orientação:** Prof<sup>a</sup> Dra. Suely Henrique Gomes – Co-orientadora Prof. Dra. Laura Vilela R. Rezende

**Entrevistadora:** Geisa Müller

- 1) Bom, eu gostaria que você falasse um pouco da questão da extensão na universidade, da baixa procura dos professores na realização de pesquisa aqui e da cultura do lixo.
- 2) Há participação e procura dos docentes?
- 3) A cultura do lixo
- 4) Leis de incentivo?

## APÊNDICE C – Termo de compromisso: Comitê de Ética em Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CEP



### TERMO DE COMPROMISSO

Declaro que cumprirei os requisitos da *Resolução CNS n.º 466/12*, e suas complementares, como pesquisadora responsável, juntamente com as orientadoras Prof. Dra. Suely Henrique Gomes e Prof. Dra. Laura Vilela Rodrigues Rezende do projeto intitulado “O processo de incubação social da universidade federal de Goiás: os desafios para a interação significativa na construção do conhecimento”.

Comprometo-me a utilizar os materiais e os dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo da pesquisa acima referido e, ainda, a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto, considerando a relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração de todos os interesses envolvidos.

Data: 02/03/2015

| Nome do(a) Pesquisador(a)         | Assinatura |
|-----------------------------------|------------|
| 1. Geisa Müller de Campos Ribeiro |            |

Orientadora Prof. Dra. Suely Henrique Gomes

Co-Orientadora Prof. Dra. Laura Vilela Rodrigues Rezende

---

Comitê de Ética em Pesquisa/CEP  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/PRPPG-UFG, Caixa Postal: 131, Prédio da Reitoria, Piso 1,  
Campus Samambaia (Campus II) - CEP: 74001-970, Goiânia – Goiás, Fone: (55-62) 3521-1215.  
E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com

**APÊNDICE D – Termo de anuência: Universidade Federal de Goiás**

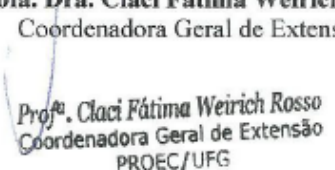
**TERMO DE ANUÊNCIA**

A Universidade Federal de Goiás está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “O processo de incubação social da universidade federal de Goiás: os desafios para a interação significativa na construção do conhecimento”, coordenado pela pesquisadora Geisa Müller de Campos Ribeiro e desenvolvido em conjunto com a pesquisadora orientadora Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes e co-orientadora Dra. Laura Vilela Rodrigues Rezende da Universidade Federal de Goiás.

A Universidade Federal de Goiás assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante o ano de 2015 até maio de 2016.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Goiânia, 02 de março de 2015

  
**Profa. Dra. Claci Fátima Weirich Rosso**  
 Coordenadora Geral de Extensão  


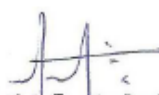
## APÊNDICE E – *Termo de anuência: Incubadora Social*

### TERMO DE ANUÊNCIA

A Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “O processo de incubação social da universidade federal de Goiás: os desafios para a interação significativa na construção do conhecimento”, coordenado pela pesquisadora Geisa Müller de Campos Ribeiro e desenvolvido em conjunto com a pesquisadora orientadora Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes e co-orientadora Dra. Laura Vilela Rodrigues Rezende da Universidade Federal de Goiás.

A Incubadora assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante o ano de 2015 até maio de 2016.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.



Fernando Antônio Ferreira Bartholo  
Coordenador da Incubadora Social da UFG  
Pro-Reitoria da Extensão e Cultura / UFG  
Mat. 1115428

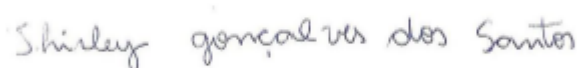
**APÊNDICE F – Termo de anuência: Cooperabem****TERMO DE ANUÊNCIA**

A cooperativa de catadores de materiais recicláveis “COOPERABEM”, está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **“O processo de incubação social da universidade federal de Goiás: os desafios para a interação significativa na construção do conhecimento”**, coordenado pela pesquisadora Geisa Müller de Campos Ribeiro e desenvolvido em conjunto com a pesquisadora orientadora Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes e co-orientadora Dra. Laura Vilela Rodrigues Rezende da Universidade Federal de Goiás.

A cooperativa COOPERABEM assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta durante o período do estudo.

Declaramos ciência de que nossa instituição é co-participante do presente projeto e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com resguardo da segurança e bem estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Goiânia, 06 de novembro de 2015



---

**Presidente da cooperativa COOPERABEM**

## APÊNDICE G – *Termo de anuência: Crecer*



### TERMO DE ANUÊNCIA

A cooperativa de catadores de materiais recicláveis “CRECER”, está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “O processo de incubação social da universidade federal de Goiás: os desafios para a interação significativa na construção do conhecimento”, coordenado pela pesquisadora Geisa Müller de Campos Ribeiro e desenvolvido em conjunto com a pesquisadora orientadora Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes e co-orientadora Dra. Laura Vilela Rodrigues Rezende da Universidade Federal de Goiás.

A cooperativa CRECER assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta durante o período do estudo.

Declaramos ciência de que nossa instituição é co-participante do presente projeto e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com resguardo da segurança e bem estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Goiânia, 06 de novembro de 2015

*Marcia Aparecida da Silva*

**Presidente da cooperativa CRECER**

## APÊNDICE H – TCLE: *Termo de Consentimento Livre Esclarecido*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Nível de Mestrado

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “O processo de incubação social da universidade federal de Goiás: os desafios para a interação significativa na construção do conhecimento”.

Meu nome é Geisa Müller de Campos Ribeiro. Sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Comunicação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail ([geisamuller@hotmail.com](mailto:geisamuller@hotmail.com), [suelyhenriquegomes@gmail.com](mailto:suelyhenriquegomes@gmail.com) e [lauravilrr@gmail.com](mailto:lauravilrr@gmail.com)) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (62) 8226-9583. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

#### 1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa de Título “O processo de incubação social da universidade federal de Goiás: os desafios para a interação significativa na construção do conhecimento” se justifica por observar que a incubadora social assessora empreendimentos de projetos sociais, atendendo às necessidades da sociedade para gerar capacitação, melhoria na qualidade de vida, emprego e renda, além de, ampliar as chances das cooperativas se consolidarem no mercado com inovação e competitividade. É uma forma de impulsionar o setor econômico, gerando um grande desenvolvimento social. Porém, a interação entre a universidade e os pequenos empreendimentos populares incubados é uma relação bem complexa. Tanto uma, como a outra, possuem dinâmicas de funcionamento bastante distintas podendo gerar conflitos em sua efetivação.

Essas diferenças podem causar um estranhamento nas atividades, e ações que a incubadora oferece, no desenvolvimento do trabalho dos cooperados e por isso é importante o entendimento desta relação comunicacional. É neste sentido que esta pesquisa se torna relevante. Um conhecimento não é transferido, esta é uma ação que nega o outro. Podemos dizer que os cooperados dos projetos de incubação também são produtores de conhecimento.

O movimento comunicacional que ocorre no processo de incubação implica cooperação mútua entre as partes envolvidas, é uma ação de trocas, de diálogo de conhecimentos acumulados diferentes que se misturam e se produzem. Assim, torna-se imprescindível analisar a dinâmica de construção, oportunizada pelo diálogo, pela interação para então identificar como os sujeitos se apropriam deste conhecimento para seu cotidiano.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Nível de Mestrado

Portanto será analisado como é a interação da universidade com a cooperativa, quais as principais dificuldades e os aspectos que fortalecem essa interação; compreender como os mesmos se apropriam do conhecimento que a incubadora leva e como eles produzem conhecimento juntos no seu cotidiano.

Para obter os dados necessários para a pesquisa, o pesquisador responsável participará de reuniões na cooperativa, das ações da incubadora, e aplicará entrevistas. As entrevistas serão gravadas para transcrição posteriormente, resguardando ao entrevistado sigilo absoluto que assegure a privacidade e o anonimato do participante.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, a identidade do participante não será mencionada. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

A participação é voluntária, e o participante possui total liberdade de recusar a participar ou retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, assim como, se recusar a responder questões que lhe causem constrangimento, desconforto, ou qualquer outro sintoma de risco.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente o participante estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

## 1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito(a) sob o RG/ CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Incubação social: a produção do conhecimento na interação universidade - empreendimentos populares de autogestão”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável Geisa Müller de Campos Ribeiro sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, ..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
Assinatura por extenso do(a) participante

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Nível de Mestrado

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

**Modelo para coleta da(s) assinatura(s) de participante sem letramento.**

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica

